

JOAQUIM BAROSA

Memórias da Marinha Grande

(3.ª edição, ampliada)

Introdução, notas, fixação e revisão do texto por
JOSÉ M. AMADO MENDES

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

1993

MEMORIAS

DA

Marinha Grande

POR

Joaquim Barosa

Operario vidreiro (oficial do cristal)

EM

1911-912



1912

Imprensa Comercial (á Sé)

LEIRIA

JOAQUIM BAROSA

**Memórias
da
Marinha Grande**

(3.^a edição, ampliada)

Introdução, notas, fixação e revisão do texto por
JOSÉ M. AMADO MENDES

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

1993

PREFÁCIO À 3.ª EDIÇÃO

*Para compreender o Passado e preparar o Futuro, é preciso não perder o fio com o Passado. As **Memórias da Marinha Grande**, que **Joaquim Barosa**, um «operário vidreiro (oficial do cristal)», como ele próprio orgulhosamente se intitulou na capa da 1.ª edição do seu livro, em 1912, é o fio que nos liga ao Passado e, dando-nos a conhecer um pouco da nossa história, ajuda-nos a compreender o nosso Presente e a nossa identidade cultural. Sem este livro muito se teria esquecido; com ele fixou-se a nossa memória colectiva.*

*Quando da morte de **Joaquim Barosa**, Alfredo Gândara, o jornalista marinhense, escreveu no «Correio da Marinha Grande» (12.12.40):*

*«(...) **Joaquim Barosa** pertencia a essa pleiade de operários-intelectuais, de operários-artistas, que constitui o escol da Fábrica Velha e de que restam, hoje, poucas ou nenhuma relíquias. Pelo aprumo moral, pela maciça honradez, pela inteligência, pela bondade e por uma vida exemplaríssima, a sua figura recortou-se vincadamente no fundo da vida da Marinha Grande (...)*

*A capital do vidro deve muito, muitíssimo a **Joaquim Barosa**. As **Memórias da Marinha Grande** constituem um legado precioso, que imortaliza um nome. A monografia que o vidreiro-escritor dedica à sua terra pode não ser um modelo do género. Mas o que ela é – é o único trabalho histórico até hoje feito sobre a Marinha Grande. (...)*

O simples facto de um operário se abalançar a coligir documentos históricos e a publicá-los em livro, com notas e esclarecimentos, prova, pelo menos, duas coisas: a superioridade de um espírito, que vence, pela ânsia de se evadir da ganga material, a insuficiência de letras; e o intenso amor de um homem à terra que lhe foi berço. (...)

*Alfredo Gândara escrevia ainda que **Joaquim Barosa**, até à sua morte, continuou a fixar em «memorial, os sucessos importantes da vida da Marinha». Nesse manuscrito, deve estar a história dos últimos anos da vida do concelbo. Pode dizer-se que é a continuação das **Memórias da***

Marinba Grande». E, acrescentava: «sabe Deus a quem as destinava». Esse manuscrito tem agora a sua 1.^a edição, numa Ampliação que vem completar as **Memórias da Marinba Grande**, encontrando finalmente o seu destino, que é, estamos certos, aquele que desejava **Joaquim Barossa**.

A **Câmara Municipal da Marinba Grande**, ao publicar uma nova edição do seu livro, presta uma justa homenagem ao homem que soube honrar a sua arte de vidreiro e soube amar e prestigiar a sua terra, legando-nos nas suas **Memórias**, a memória de todos os Marinbenses.

Marinba Grande, Março de 1993

NORBERTO BARROCA

INTRODUÇÃO

JOAQUIM BAROSA: O HOMEM, O MEIO E A OBRA

Joaquim Barosa (1863-1940), autor das *Memórias da Marinha Grande*¹, ora reeditadas, já não é, propriamente, um desconhecido. Com efeito, o seu nome, frequentemente associado à autoria das referidas «Memórias» – inclusive no seu epitáfio² –, não só faz parte da toponímia marinhense³, como aparece por vezes mencionado, na bibliografia sobre a Marinha Grande⁴. Todavia, a personalidade e a acção de Joaquim Barosa, tão ricas e multifacetadas, não se esgotam nas duas vertentes mais divulgadas: operário vidreiro (oficial de cristal)⁵ e autor das *Memórias*. É que, de facto, estamos perante não só um «operário-filósofo», como lhe chamou Alfredo de Oliveira Gândara, como também de um estudioso e intelectual, de um historiador, de um artista, poeta e músico, de um autarca e sindicalista, em suma, de uma figura a quem a «sua» Marinha Grande muito deve. Como salientou, ainda, Alfredo de O. Gândara, pouco depois do falecimento daquele – num sentido e justificado «elogio fúnebre», intitulado «Saudade de Joaquim Barosa» – tratava-se de «um grande marinhense que, como pouquíssimos, honrou a nobre arte do vidro e a sua terra»⁶.

1. BIOGRAFIA SUCINTA DE JOAQUIM BAROSA

Joaquim Barosa (também conhecido por Joaquim dos Santos Barosa Sobrinho ⁷ e por Joaquim Barosa Sobrinho ⁸) nasceu em Casal da Formiga – Marinha Grande, em 14 de Junho de 1863, e faleceu, em Pedraenes, também da freguesia da Marinha Grande, em 15 de Novembro de 1940. Contava, pois, 77 anos de idade, tendo sido registada, como causa de morte, a «senilidade» ⁹.

Era filho de José dos Santos Barosa e de Maria Guilhermina, naturais da freguesia da Marinha Grande, neto paterno de Manuel dos Santos Barosa – natural da Barosa – e Inácia Maria de Jesus, e neto materno de José Duarte e Luísa de Jesus, naturais da Marinha Grande.

Como já procurei esclarecer, ao focar a ascendência de José dos Santos Barosa (1855-1923) – fundador da Fábrica Santos Barosa ¹⁰ –, também no caso de Joaquim Barosa o apelido está relacionado com a naturalidade de seu avô, Manuel dos Santos Barosa, oriundo da Barosa, localidade do concelho e distrito de Leiria. Aliás, Joaquim Barosa e José dos Santos Barosa eram primos, filhos de irmãos – José dos Santos Barosa e Joaquim dos Santos Barosa, respectivamente – e, por consequência, ambos netos paternos do casal, já mencionado, Manuel dos Santos Barosa e Inácia Maria de Jesus. Na «genealogia», que se apresenta, podem colher-se outros elementos sobre a ascendência do autor das *Memórias*.

A vida de Joaquim Barosa, salvo uma ou outra excepção, encontra-se relativamente bem documentada, graças à sua meticulosidade, ao rigor, ao método e ao cuidado com que anotava tudo o que lhe parecesse significativo. Além das *Memórias* – praticamente a única fonte utilizada, até ao momento – e de alguns artigos de jornal ¹¹, dispomos hoje de três outras fontes da maior relevância, a saber: a «AMPLIAÇÃO» às *Memórias* – feita por ele próprio, em letra manuscrita, no exemplar que lhe pertenceu ¹² –, publicada, pela primeira vez, na presente edição, os *Apontamentos biográficos* – ou, melhor, autobiográficos – e um pequeno livro de poesia. Estas duas últimas fontes, também manuscritas, permanecem inéditas ¹³.

Uma das poucas excepções ao que anteriormente se aludiu, sobre a carência de informação, reporta-se exactamente aos primeiros anos de vida de autor. Por exemplo, nada nos diz sobre o seu contacto inicial com as «primeiras letras» nem sobre as condições em que aquele se efectuou. De qualquer modo, dada a tenra idade com que começou a trabalhar no vidro – com apenas 9 anos de idade –, a sua formação passou, essencialmente, pelo autodidactismo, do que, aliás, se encontram algumas «marcas» nos seus escritos ¹⁴. Vejamos, em seguida, algumas das vertentes mais significativas da vida do autor das *Memórias*.

1.1. Joaquim Barosa foi *operário vidreiro* cerca de meio século (1873-1922). Com apenas nove anos de idade, inicia-se na arte do vidro, o que relata do seguinte modo: «Dei entrada para a Fábrica Real em 5 de Abril de 1873, aos 10 de idade [que, aliás, só completaria passados cerca de três meses], para a oficina de cristal, na empresa de 30 anos do Visconde de Azarujinha» ¹⁵.

Apesar de ter sido apurado para o Serviço Militar em inícios de 1885, foi «remido por 40 libras». O pagamento desta importância foi conseguido através de uma subscrição, entre família e pessoas principais da terra (que rendeu 67:500 réis), de um «benefício» no Teatro da Real Fábrica de Vidros, promovido pela família do médico da terra, Dr. Pedro Viana (63:100 réis) e do que ganhou com seu próprio trabalho. Sobre este, acrescenta: «E, do resto que fiquei devendo, me foi dado nas minhas horas vagas o corte de chaminés, que paguei tudo no espaço de um ano» ¹⁶.

Refira-se que, pela solidariedade então recebida, com vista a ficar isento de cumprir o Serviço Militar, Joaquim Barosa viria a confessar o seu reconhecimento: «confesso a minha eterna gratidão à Marinha Grande» ¹⁷.

Já casado (22.11.1892) ¹⁸ e após o nascimento do seu filho (22.9.1893) ¹⁹, Joaquim Barosa viria a sofrer os efeitos de um dos grandes conflitos laborais, na então Real Fábrica. Por tal motivo, viu interrompida, durante algum tempo, a sua actividade como vidreiro. A propósito, esclarece: a crise «foi de 4 anos [com início] em 1894, em que fui nomeado guarda, n.º 8, das dunas de S. Pedro de Muel, em que fui mais minha mulher e filho, em 1 de Maio de 1894, para o «chalet» das matas nacionais, em S. Pedro» ²⁰.

Após ter trabalhado como vidreiro cerca de vinte e sete anos (1873-1900), Joaquim Barosa foi promovido a oficial de cristal, às semanas, isto é, alternadamente com Filipe, filho do oficial cuja saída deu origem à vaga. Só no ano seguinte (01.03.1901) passaria a oficial efectivo, ocupan-

do a vaga de Emídio José de Oliveira que, pouco antes, falecera ²¹.

Entre 1904 e 1909, verifica-se, de novo, uma grande crise de trabalho na Nacional Fábrica de Vidros, tendo Joaquim Barosa ficado três anos e meio sem trabalho efectivo. Nesse lapso de tempo trabalhou, esporadicamente, nas fábricas de vidros de :

- Guilherme Pereira Roldão, à Boavista (trabalhou em redomas, garrafas oitavadas, etc.);
- Almeida Morais & C.^a, Lda.;
- José dos Santos Barosa («seu primo», como expressamente sublinha) ²².

Na sequência de um novo conflito laboral e da empresa arrendatária ter interrompido a sua laboração durante três meses (a partir de 12.05.1917), Joaquim Barosa abandona, ao fim de quarenta e quatro anos, a Nacional Fábrica de Vidros. Justifica a sua saída do seguinte modo: «Vendo-me cansado e aborrecido, pelos repetidos conflitos dados entre operários e empresa, em que tomei parte activa nas questões, demiti-me dessa fábrica em 20 de Julho de 1917, data em que fui empregado, como operário oficial de cristal, na mesma fábrica ²³ e na mesma arte, de A. Morais & C.^a, Lda., devido à consideração e estima que me dispensava o seu administrador e gerente, como amigo, José Simplício de Sousa Virgolino» ²⁴.

Cinco anos depois, ou seja, em 1922, com 59 anos de idade e cerca de meio século de profissão (1873-1922), termina a actividade de Joaquim Barosa como operário vidreiro, dando do facto a seguinte explicação: «cuja saída [da Fábrica de A. Morais & C.^a, Lda.] foi pela minha idade um pouco avançada, de 59 anos, procurando assim melhorar a minha estabilidade no futuro» ²⁵.

Entra, seguidamente (21.08.1922), para fiel de armazém do caminho-de-ferro florestal – então armazém geral –, em Pedreanes, tendo sido esta a última – ou, se se preferir, a penúltima – actividade profissional que desempenhou. É que Joaquim Barosa ainda viria a ser também bibliotecário, o que, por certo, lhe terá dado grande prazer, dada a sua relação com os livros e o seu gosto pela cultura.

Fixara residência em Pedreanes (03.11.1926), em casa oferecida pelas Matas, tendo seu filho – José da Silva Barosa, casado pouco antes (11.03.1926), em segundas núpcias, com Henriqueta Salgueiro Ferreira – ficado a habitar o prédio que possuía na Marinha ²⁶. Entretanto, dá conta das suas novas funções: «Fui fundador e nomeado secretário da direcção do Grémio Florestal, no Parque do Engenho, em 22 de Agosto de 1928 e organizador da

biblioteca criada, junta pelo Exmo. Sr. Silvicultor Chefe da Mata Nacional de Leiria, António Arala Pinto, cargo que exerci de bibliotecário os primeiros 2 anos. Aos 65 anos de idade»²⁷.

1.2. Além de operário vidreiro, Joaquim Barosa foi também *sindicalista*, *gerente associativo* e *autarca*. Começou por aderir ao mutualismo, em 1883 – com vinte anos de idade –, ao inscrever-se na Sociedade de Socorros Mútuos do Montepio, a qual havia sido fundada em 1870²⁸. Revelando apurada sensibilidade e espírito humanitário, viria posteriormente a desligar-se do Montepio da Marinha Grande, justificando, assim, a sua atitude: «Deixei de pagar para a associação desta colectividade em 1 de Julho de 1919, com a existência de 35 anos de sócio, por ver a forma pouco atenciosa de tratar os doentes pelo actual médico, António Fernandes Gaspar»²⁹.

Entretanto, o autor das *Memórias* abraça igualmente o sindicalismo, tendo sido, inclusive, um dos principais fundadores da Associação de Classe dos Operários Vidreiros da Marinha Grande, em 1894³⁰. Alguns anos mais tarde (1899), participa no 1.º de Maio, em Lisboa, por incumbência da referida associação. Sobre o assunto, deixou registado: «No dia 29 de Abril de 1899, indo [a Lisboa] na companhia de minha mulher e meu filho José, fomos portar a casa do meu cunhado, Francisco da Silva, Rua Sarai-va de Carvalho, 180. Assistimos a uma batalha de flores, na Avenida, e ao 1.º de Maio, ao qual, por meio de um telegrama que a direcção da Associação de Classe dos Operários Vidreiros da Marinha Grande me enviou, me representei no cortejo, em³¹ que os jornais de Lisboa deram conhecimento»³².

Entre 1900 e 1917 decorre o período mais activo de Joaquim Barosa, sob os pontos de vista sindical, associativo e político. Exerce, então, numerosos cargos – na sequência de alguns que já desempenhara anteriormente –, que relata do seguinte modo: «Fui um dos principais fundadores da Associação dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande e da Associação de Classe dos Operários Vidreiros. Presidente da Direcção e Assembleia Geral do Montepio de Socorros Mútuos. Presidente da Assembleia Geral do Centro Democrático Marinhense Republicano. Vereador da Câmara Municipal de Leiria, nos últimos tempos antes da restauração do concelho da Marinha Grande [1915-1917]³³. Secretário da Comissão Política Democrática, Juiz de Paz substituto, em 1915. Escusando-me a ser regedor nos últimos tempos da Monarquia e nos primeiros tempos da

República. Foi fundador da Cooperativa a Vitrificadora, cujos estatutos estão publicados no DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 163, de 24 de Julho de 1899, criada com o fim de servir, de futuro, aos operários da Antiga Fábrica Nacional de Vidros; e, como operário da mesma fábrica, sempre soube defender os interesses e regalias dos operários, que lhes conferem os arrendamentos da mesma fábrica»³⁴.

Contudo, em 1917, dá-se uma profunda transformação na dinâmica actividade de Joaquim Barosa, ao abandonar a política, numa atitude que faz recordar a de Alexandre Herculano, ao retirar-se para Vale de Lobos, ou de alguns dos vultos da chamada Geração de 70. Colocando a questão operária acima da questão política, esclarece Joaquim Barosa: «Antes da implantação da República já eu votava como republicano e, passado algum tempo, filiei-me no Partido Democrático de Afonso Costa. Pelo conflito dado entre a empresa e os operários em 12 de Maio de 1917, tendo a empresa cessado a laboração da fábrica por 3 meses, sem dar o devido subsídio aos operários, no Governo da presidência [de] Afonso Costa, este em vista disso tirou de princípio as lenhas [...] por este facto me vi obrigado a abandonar a fábrica e [a] retirar-me da política, demitindo-me do Centro Democrático, com telegramas ao Directório do Partido, etc.». E acrescenta o autor das *Memórias*: «Mantendo-me como um simples soldado raso, em defesa da República, e a crença que recebi de meus pais, de operário vidreiro [a] que muito me honra de pertencer, não esperando nada da República»³⁴.

Joaquim Barosa – como outros, aliás – revela, assim, certo desencanto face a uma I República na qual acreditara e que ajudara a implantar, mas que, com grande mágoa sua, via desviar-se do caminho que julgava mais adequado.

Todavia, abandonar a política não significava desinteresse ou apatia, em relação à realidade em que estava inserido. De facto, foi ainda nesse ano, de 1917, que entrou para a maçonaria, como declara: «Entrei para a maçonaria a 17 de Novembro de 1917, na loja Heliodoro Salgado, na Marinha Grande, Largo D. Dinis. Em 9 de Março, de 1918, 5 meses depois, fui elevado ao grau de companheiro»³⁵.

Como se verifica pelo exposto, Joaquim Barosa pode considerar-se um dos lídimos representantes da Marinha Grande, uma vez que assimilou profundamente alguns dos valores socioculturais mais significativos do respectivo meio. Com efeito, foi operário vidreiro – ou seja, também ele «soprou» o vidro, quase toda a sua vida –, mutualista, sindicalista, diri-

gente associativo e autarca. Do ponto de vista político, empenhou-se no derrube do (então) Antigo Regime –, isto é, a velha Monarquia – e na implantação e consolidação da República.

Contudo, apesar de ser Republicano ³⁶, subordinava a actuação política à ética e à solidariedade social. Assim, quando, em seu entender, a política entrava em contradição com estas últimas, voltava-lhe coerentemente as costas, mantendo-se fiel aos seus princípios de operário, dedicado e reivindicativo, num meio de tão largas tradições em tal domínio. Confirma o que se acaba de afirmar o próprio Joaquim Barosa, ao analisar expressamente a sua «forma de pensar como operário vidreiro» ³⁷ e não, por exemplo, como político.

1.3. Mas Joaquim Barosa, além de operário, sindicalista e activista político, foi ainda um *artista* e um *homem de cultura*. A sua sensibilidade artística e poética manifesta-se nos textos que nos legou e noutros testemunhos que dele nos ficaram. Por exemplo, já na 1.^a edição das *Memórias*, numa curta passagem, revela um pouco da sua sensibilidade. Assim, ao referir-se ao isolamento em que, outrora, se encontrava a Praia de S. Pedro de Muel, comenta: «De noite, a não serem os apaixonados, que têm sempre por curta e fácil a distância que separa dois corações que se correspondem, ninguém se atreveria a tomar caminho da praia sob a densidade da ramaria e a ouvir sempre [o] pio agourento das aves nocturnas» ³⁸.

Muito mais elucidativo é, contudo, um longo texto dos seus *Apontamentos biográficos* (p. 9-23), sob o título «A descrição dos meus 23 anos, em 1886». Começa por se referir à Primavera, «a flor que, na campina, sustenta as pompas da vegetação luxuriante», e por evocar a infância que «é o atraente gorjeio das avezinhas que, ao acaso, adormecem na imensidade do espaço!». Pouco adiante, num misto de optimismo – a contrastar com o pessimismo e desalento que manifestará mais tarde, aos 60 anos de idade –, de realismo e de consciência de classe, acrescenta: «Sinto-me contente, não o nego, quando vejo surgir no horizonte [a] aurora do dia dos meus anos!» [14 de Junho de 1886]. «Sou filho do povo, desse que nasceu para o trabalho nas palhas da miséria; mas nasceu na inocência, rindo, e rindo viu o mundo pela primeira vez! Certo é que tenho gravado na minha memória o dia em que minha mãe me deu o ser. O filho do rico que, apesar de nascer num leito de riquezas, nasce triste, cheio de aspirações ³⁹, já pensando no suor dos pobres e na ambição devida aos seus avós... Esse jamais poderá lembrar-se do dia em que viu pela primeira vez o clarão

do Universo. A felicidade da vida do pobre é o trabalho, para o pão de cada dia, sustento de seus filhinhos. Eis-nos o drama da vida no mundo!».

Descreve, em seguida, com pormenor impressionante, o dia do 23.^o aniversário, aludindo ao convívio, com familiares e amigos, aos passeios, pela Marinha e arredores, à curiosidade que despertara o seu fato domingueiro, etc.

Regressando a casa, após ter assistido à missa, «por alma de quem tão novo [o] deixou órfão no mundo» – recordo que o pai de Joaquim Barosa faleceu quando ele tinha apenas 9 anos de idade –, informa o autor: «Quando me sentei sobre o banco do meu lar parecia que uma voz me dizia assim: Procura distração! Canta e ri, modifica o teu pensar! Procura os sons afinados e alegres dos passarinhos no meio das florestas! [...] Olha que a vida é tão leve que se desfaz como a neve. [...] Lançando mão da minha viola (testemunha dos meus segredos...), procurei-lhe a afinação, cantei um fado moderno, que não era feio; e, por sinal, de verdade fez despertar a atenção de umas moleiras, raparigas ainda novas (da Amieira) [que] me costumavam passar pela porta, atrás de uns jumentos carregados de foles». E prossegue Joaquim Barosa: «começando em seguida a desfolhar uma das cadernetas de versos, por mim escolhidos, onde tenho uma colecção menos má de versos e poesias de Victor Hugo, Tomás Ribeiro, Guerra Junqueiro [...] Cantei uma canção que já devem ter ouvido cantar, de bom gosto, “O Amor”. [...] Quando ouvi o apito da Real Fábrica de Vidros, que é o relógio dos lavradores no Verão, já sentia um certo apetite ao jantar que minha mãe diferencçou, comi bem e bebi-lhe do melhor».

Como bom observador que era, o autor das *Memórias* fornece, inclusive, alguns elementos sobre as relações entre os jovens do seu tempo, o namoro e a própria mentalidade: «E a respeito dos meus colegas!... Esses, então, bem ⁴⁰ se vendo com o justo fato domingueiro, são capazes de percorrer, em 5 minutos, todas as ruas desta minha aldeia, mostrando-se às cachopas do seu tempo». E confessa, de seguida: «Eu contra mim falo, pois bem ⁴¹ lhe lembrando as namoradas, são capazes de deixar os melhores divertimentos do mundo para estarem sentados ao pé delas... escutando-lhes promessas, muitas vezes falsas, de amor! Saudades de amor! Segredos do coração, recebendo-se às vezes o calor tépido dos seus alvissimos seios. Aventuras de quem ama».

A parte dos *Apontamentos biográficos*, de que se fizeram as transcrições precedentes, está datada de 25 de Junho de 1887. Decorridos cerca de 40

anos, Joaquim Barosa dá-nos outro testemunho autobiográfico, sob a epígrafe «o Outono da minha vida aos 60 anos de idade, em Pedreanes».

Continua a revelar certa sensibilidade, para com a natureza. A propósito, escreveu: «Que lindas são as manhãs de Abril! Manhãs de Primavera floridas, onde os primeiros raios de sol reflectem ao longe, nas orlas deste laço de verdura. O chilrear dos passarinhos, os campos floridos, onde as chuvas dão lugar às relvas, é tudo um encanto de beleza que a natureza nos oferece nesta quadra do ano». Numa apreciação ao meio social e económico envolvente, observa: «o arrotear dos campos, o terreno é pobre e arenoso, ingrato para a cultura; uma luta constante pela vida. A riqueza do pobre é o trabalho, apanágio de todas as virtudes». «Ao aproximar-se a noite – sublinha o autor – ouve-se o silvo da locomotiva do caminho-de-ferro florestal, dentro da mata, do regresso da condução de madeiras do talhão 243 à estação de caminho-de-ferro, linha do Oeste. Melhoramento importante que dá um certo valor à primeira mata do nosso país».

A descrição do Outono da vida de Joaquim Barosa, em Pedreanes, está datada de 5 de Abril de 1927. Nos anos imediatos – fim dos anos de 1920 e inícios da década seguinte –, o autor das *Memórias* começa a revelar um certo pessimismo e desencanto, para o que terá contribuído – além da idade – o falecimento da esposa, em 28 de Maio de 1931.

A alteração do seu estado de espírito está bem patente na poesia que nos deixou, num livrinho manuscrito ⁴². Com efeito, aos temas de outros tempos – «O mar», «Florinda», «Canção brasileira», «Toda noiva», «A visão», «Saudade da mãe», «A luz da lua», «Fado lírico» e «Numa manhã de Primavera» –, pelos quais perpassava alegria, gosto pela vida e entusiasmo, sucedem-se outros, denunciadores de alguma tristeza e certa desilusão. A transição dá-se entre 1928 – data de «Numa manhã de Primavera ⁴³» – e 1931, em que compõe «Ao pôr do sol». Aqui já a questão da morte está bem presente, como se verá em seguida:

«Ao pôr do sol»

«Vai tão longe a mocidade
Vejo tão perto o meu fim,
Às vezes dá-me vontade
De deitar luto por mim.

Que me importa o viver
Pela idade estou cansado,
Nas passagens desta vida
Eu as vou cantando o fado.

A morte é esquecimento
Do mundo, nada me resta
Rir dos que cá ficam
E deixar a porta aberta.

Pedreanes, 16.02.1931

Joaquim Barosa*

De um outro poema, não datado, consta a seguinte quadra, no mesmo tom:

«Se ouvires chorar os sinos,
Não perguntes quem morreu
Que longe de ti morena,
Ninguém morreu se não eu».

De fase provavelmente posterior – ainda que não datada – é a «Ilusão da vida». Trata-se de nove quadras, carregadas de pessimismo e descrença, como se poderá verificar pela transcrição das a seguir apresentadas:

«Ilusão na vida»

«Não creias. É mau o homem,
é mentira a consciência,
é fantasma a providência,
verdadeira é só a dor.

Não creias. O céu é sonho
de vaidosa fantasia;
o inferno é mercancia
dos que te vendem o céu.

[...]

Não creias. Honra e desonra
é um jogo atraído,
em que perde o mais honrado
e, dizem, lucra no céu!

Não creias. Dizem que existe
Santa amizade! É mentira!
Quando a desgraça de ferir,
abandonado serás.

[...]

Crê na mentira, na infâmia,
dom dos homens, nada mais!
Joga com armas iguais,
paga afronta com afronta.

Pisa aos pés a caridade,
insulta os homens, e Deus;
afronta as iras dos Céus,
zomba da vil sociedade*.

Que motivos terão induzido Joaquim Barosa – outrora frequentemente optimista, confiante e alegre – a escrever estes versos cheios de revolta e de falta de confiança, no homem e na sociedade? Alguns de ordem pessoal – a idade, talvez cerca dos 70 anos, e a doença –, outros de ordem familiar, o já referido falecimento da esposa e, muito provavelmente, o próprio filho que viria a sofrer de alcoolismo crónico, do que viria a falecer em 1943 ⁴¹. Contudo, não poderá também colocar-se a hipótese de Joaquim Barosa se ter apercebido do rumo que a política do Estado Novo estava a tomar, tão contrária aos seus ideais republicanos?

Seja como for, não se conhecem escritos do autor a partir de 1931. Segundo me testemunhou o próprio neto, António José Marques Barosa que, de vez em quando, visitava o avô, em Pedreanes, «para o fim da vida quase não escrevia. Por vezes tocava viola». Faleceu, como vimos já, em 15 de Novembro de 1940, ou seja em plena II Guerra Mundial, mas sem dela já nos poder dar conta, como fez em relação ao primeiro conflito mundial, de 1914-18 ⁴².

2. A OBRA DE JOAQUIM BAROSA

Pela obra de Joaquim Barosa – publicada e inédita – constata-se estarmos perante um homem de cultura, um estudioso e um apaixonado pela história, em geral, e pela história local, em particular. Além de ter prestigiado a aristocracia operária vidreira – a que se orgulhava de pertencer – deu igualmente um excelente contributo à investigação histórica. A propósito, sublinhou Alfredo O. Gândara: «As *Memórias da Marinha Grande* constituem um legado precioso, que imortaliza um nome. A monografia que o vidreiro-escritor dedica à sua terra pode não ser um modelo do género. Mas o que ela é – é o único trabalho histórico até hoje feito sobre a Marinha Grande»⁴⁶. Não obstante algumas achegas posteriores, a situação ainda não se alterou significativamente. Encontrase, no entanto, em vias de mudança⁴⁷.

Permita-se-me que sublinhe, no entanto, que a importância das referidas *Memórias* não sobressai apenas pela negativa, isto é, pela ausência de outros estudos similares sobre a Marinha Grande. Trata-se, pelo contrário, de um trabalho intrinsecamente válido, cujo significado se torna, hoje, mais evidente, devido aos progressos e às transformações verificadas na pesquisa histórica. De entre outros, gostaria de chamar a atenção para alguns aspectos: a monografia, a história do quotidiano e da civilização material, a diversidade dos tipos de fontes e a história recente.

Quanto à função dos estudos monográficos, tem vindo a verificar-se a sua constante revalorização, já que, sem aqueles, a almejada e ainda por vezes propalada «história total» não passará de um conjunto de generalidades e de superficialidades.

Curiosamente, Joaquim Barosa já se dera conta desse facto em 1911, ao escrever, logo no início do prólogo das *Memórias*: «Para se escrever a história completa de uma nação, torna-se indispensável escrever antes a história particular de cada povoação, reunir esses fragmentos perdidos ou pela maior parte abandonados, compará-los depois entre si para que se possa estudar, compreendendo a evolução dos povos, e para que se possa achar a verdadeira ligação histórica»⁴⁸. Em suma: as monografias – regio-

nais e/ou temáticas – são indispensáveis às histórias gerais. A macro-história não poderá construir-se sem o apoio e o concurso da micro-história.

A história, ainda muito em voga ao tempo em que Joaquim Barosa preparava o seu trabalho, era essencialmente política, militar e factual, sem contemplar muitas outras vertentes da realidade. Era a história apelidada de «metódica», por vezes erradamente chamada «positivista»⁴⁹. Ora Joaquim Barosa, obviamente beneficiando, além da sua argúcia, da condição de operário e do meio social, cultural e económico marinhense, integrou nas *Memórias* – que constituem, afinal, o primeiro ensaio de História da Marinha Grande – temas que, só mais tarde, viriam a merecer a atenção dos historiadores: o trabalho e o operariado, a tecnologia e os transportes, o associativismo e o sindicalismo, as empresas e os empresários, os técnicos e os gestores, etc. Assim, a «civilização material», que posteriormente viria a ocupar lugar de relevo na investigação de Fernand Braudel, já estava bem presente nas preocupações do vidreiro-historiador.

Relativamente aos tipos de fontes, também aqui o autor foi inovador, desviando-se do que ainda era então mais usual entre os historiadores profissionais. Enquanto estes privilegiavam a documentação manuscrita e inédita, à guarda dos arquivos oficiais, Joaquim Barosa, sem descurar aquela, recorreu também à legislação, à literatura, às estruturas arquitectónicas, à tecnologia e à observação da paisagem.

No que toca à história recente, para o autor das *Memórias*, o processo histórico não apresentava hiatos, pelo que se interessava pelos eventos de que ele próprio era testemunha atenta. Tal facto, já patente na 1.^a edição das *Memórias* (1912), continua a ser manifesto na «AMPLIAÇÃO», adiante transcrita, assim como nos *Apontamentos biográficos*. Alfredo Gândara, ao aperceber-se da minúcia, do rigor e do cuidado com que Joaquim Barosa tomava as suas notas, salientou, em 1940: «O seu prazer favorito – diria o seu violino de Ingres, se quisesse fazer literatura – era mencionar, num memorial, os sucessos importantes da vida da Marinha Grande. Nesse manuscrito [como vimos já, trata-se de dois, além da obra poética, e não de um manuscrito⁵⁰], deve estar a história dos últimos anos da vida do concelho. Pode dizer-se que é a continuação das *Memórias da Marinha Grande*. Tais notas quase diárias, sabe Deus a quem as destina inicialmente, o desditoso velho, que foi pai amantíssimo e amargurado».

É muito provável que Joaquim Barosa pensasse numa eventual reedição das *Memórias* e, conseqüentemente, lhe destinasse a «AMPLIAÇÃO». Todavia, a insinuação de Alfredo Gândara também se comprova, pelo

menos no que toca a parte dos dados recolhidos. Com efeito, lê-se nos *Apontamentos biográficos*: «Deixo como memória a meu filho José este livro, mal alinhavado, como testemunho da minha vida»⁵¹.

Não se deduza, porém, do que se acaba de expor, que as *Memórias* constituem obra perfeita. Efectivamente, contêm uma ou outra lacuna, quanto a certos factos e mesmo no que se refere à ortografia e à sintaxe. Também nem sempre as fontes utilizadas e/ou as citações são referenciadas com todo o rigor. Em nota, chamar-se-á a atenção para os casos mais notórios. Todavia, por numerosas fontes consultadas e testemunhos recolhidos, verifica-se que a informação é, regra geral, credível e que o seu autor se reuniu dos cuidados necessários para que a mesma fosse rigorosa e precisa. Para que tal sucedesse, Joaquim Barosa trabalhou vários anos. Por certo, principiou a colher elementos desde cedo. Visitou Lisboa, por ocasião da Exposição Industrial Portuguesa – fins de Junho de 1888 – e diversas outras localidades⁵², desenvolvendo assim a sua capacidade de observação da realidade.

O mais tardar em Abril de 1909 – isto é, três anos antes da publicação – já se encontrava a preparar as *Memórias*⁵³. Quanto aos trabalhos, já anteriormente referidos, eles são fruto de várias décadas, pois trata-se de registos efectuados em diversas ocasiões.

Não obstante a importância das *Memórias da Marinha Grande*, só muito mais tarde se começou a notar interesse pela sua reimpressão/reedição. Surgem, assim, três reimpressões – todas elas incompletas – em jornais da região: uma na *Região de Leiria* (1954-55⁵⁴) e duas no *Jornal da Marinha Grande* (1963-64⁵⁵ e 1976-1977⁵⁶). Entretanto, antes de ter sido concluída esta última reimpressão, o próprio *Jornal da Marinha Grande* publica as *Memórias* em livro, em 2.ª edição, desta vez completa. Contudo, várias lacunas se detectam na referida edição, desde a supressão de títulos de um quadro e sua distribuição por duas páginas, à supressão da respectiva «errata», incluída pelo autor na primeira edição, às deficiências de transcrição e à utilização de um critério não uniforme, na actualização do português.

Na transcrição que se segue, utilizaram-se os seguintes critérios:

1. A ortografia e a pontuação foram actualizadas.
2. Os acrescentos ora introduzidos, destinados a corrigir o texto ou a facilitar a sua compreensão, encontram-se entre parêntesis rectos [...].
3. Efectuaram-se as correcções constantes da «errata», incluída pelo autor na 1.ª edição.

4. As alterações mais significativas, aos textos do autor – inclusive a supressão de algumas alíneas, repetidas na «AMPLIAÇÃO» –, vão devidamente assinaladas em nota.

5. As notas de Joaquim Barosa – aliás em número bastante reduzido – mantêm-se em rodapé de página e encontram-se assinaladas por asterisco (*). Todas as restantes notas, assinaladas a numeração árabe e que se encontram no final da introdução, do texto da 1.ª edição e da «AMPLIAÇÃO», foram elaboradas especificamente para a presente edição.

Antes de concluir esta *introdução*, desejo manifestar o meu reconhecimento a todos quantos me prestaram o seu apoio, na preparação deste trabalho. Permita-se-me, contudo, que destaque e agradeça, penhoradamente, as seguintes colaborações: do Senhor Manuel Afonso Taibner de Moraes Santos Barosa, por ter autorizado que fosse publicada a «AMPLIAÇÃO», da autoria do próprio Joaquim Barosa e, até ao presente, inédita; do Senhor Dr. Gustavo Barosa, bisneto do autor das *Memórias*, que me possibilitou a consulta do espólio do seu bisavô – *Apontamentos biográficos* e pequeno livro de poemas, manuscritos –, com dados muito significativos sobre o autor e respectiva obra; do Senhor António José Marques Barosa, neto de Joaquim Barosa, que se dignou falar comigo acerca das recordações dos contactos com seu avô, na última fase da vida deste.

Coimbra, Janeiro-Fevereiro de 1993

José M. Amado Mendes

NOTAS À INTRODUÇÃO

1. Doravante designadas, simplesmente, por *Memórias*.
2. No referido epitáfio, da campa rasa em que, com esposa e filho, se encontra sepultado, à entrada do Cemitério (mais antigo) da Marinha Grande, à direita, pode ler-se: «Aqui jazem Joaquim Barosa (autor do livro “Memórias da Marinha Grande”), 1863-1940, sua mulher, Maria da Conceição, 1858-1931 e seu filho, José da Silva Barosa, 1893-1943».
3. Na Rua Joaquim Barosa, perpendicular à Rua Diogo Stephens, junto ao Mercado.
4. Indicam-se, apenas, alguns exemplos: Alfredo O. Carvalho, *Exposição bibliográfica do distrito de Leiria, nos Centenários da Fundação de Portugal. Catálogo e subsídios bibliográficos*. Palavras preliminares por Afonso Lopes Vieira, Leiria, 1940, p. 108-109; Agostinho Gomes Tinoco, *Dicionário dos autores do distrito de Leiria*. Prefácio pelo Prof. Doutor Hernâni Cidade, Leiria, Assembleia Distrital, 1979, p. 65; «Marinha Grande», *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 16, Lisboa, Ed. Enciclopédia, 1978, p. 363.
5. Como, aliás, o próprio autor gostava de se apresentar, pois fez questão de mandar imprimir essa sua actividade profissional na própria capa das ditas *Memórias*.
6. Alfredo de Oliveira Gândara, «Saúde de Joaquim Barosa», *Região de Leiria*, de 12.12.1940, p.4.
7. Por exemplo, no registo de casamento (22.11.1892), ainda aparece «Joaquim dos Santos Barosa Sobrinho» (Biblioteca e Arquivo Distrital de Leiria (BADL), *Marinha Grande. Casamentos* (Duplicado), 1892, maço 4, fl. 12-12 v.).

8. O próprio Joaquim Barosa esclarece o motivo das diferenças, na sua assinatura: «Assinei alguns documentos até à idade de 20 anos; Joaquim Barosa Sobrinho; mas, logo que morreu meu tio e padrinho, com o mesmo nome, deixei de me assinar Sobrinho; Joaquim Barosa. Por isso não devem reparar se [em] alguma coisa virem a minha assinatura assim» (Joaquim Barosa, *Apontamentos biográficos*, Marinha Grande, 1881, fl. 24). Trata-se de um conjunto precioso de apontamentos, manuscritos pelo próprio Joaquim Barosa, hoje na posse do Dr. Gustavo Barosa, seu bisneto que, gentilmente, me facilitou a sua consulta. Doravante referenciá-los-ei, apenas, por *Apontamentos biográficos*.
9. BADL, Marinha Grande, *Baptismos*, 1860 a 1864, fl. 111; Registo Civil, Marinha Grande, *Óbitos*, livro 24, 1940, fl. 86 v.
10. José M. Amado Mendes (col. de Manuel Ferreira Rodrigues), *Santos Barosa – 100 anos no vidro, 1889-1989*, Marinha Grande, Santos Barosa – Vidros, S.A., 1992, p. 38-39.
11. Por exemplo, «Biografia de Joaquim Barosa», *Jornal da Marinha Grande*, de 08.06.1963, p. 1 e 6. Corrija-se, todavia, o ano do falecimento de Joaquim Barosa, que é 1940 e não 1941, como se indica no artigo citado.
12. O dito exemplar pertence, hoje, ao Senhor Manuel Taibner de Moraes Santos Barosa que, muito amavelmente, permitiu que aqui fosse publicada a referida «AMPLIAÇÃO».
13. Os *Apontamentos biográficos* ocupam 50 páginas, formato A4, e o livro de poesia 27, de pequeno formato. Pretencem ao Dr. Gustavo Barosa, bisneto de Joaquim Barosa que, muito gentilmente, me permitiu a sua consulta.
14. Por exemplo, na ortografia de certos vocábulos: «inspirações» por «aspirações», «concelho» por «conselho», «concerto» por «conserto», etc. Também na sintaxe se notam, por vezes, algumas deficiências.
15. *Apontamentos biográficos*, p. 1. Onde se lê «empresa», entenda-se «administração».

16. *Apontamentos biográficos*, p.2.
17. *Ibidem*.
18. BADL, Marinha Grande, *Casamentos*(Duplicado), 1892, maço 4, fl.12-12 v.
19. Registo Civil, Marinha Grande, *Baptismos*, livro 15, 1890-1895, fl. 142.
20. *Apontamentos biográficos*, p. 36.
21. *Idem*, p. 6-7-.
22. *Idem*, p. 29.
23. Entenda-se «na fábrica do mesmo ramo».
24. *Apontamentos biográficos*, p. 35-36.
25. *Idem*, p. 41.
26. *Idem*, p. 42-43.
27. *Idem*, p. 40.
28. *Idem*, p.1. Nas *Memórias* fornece vários elementos sobre a dita associação.
29. *Apontamentos biográficos*, p. 40.
30. *Idem*, p. 32.
31. Entenda-se «de».
32. *Apontamentos biográficos*, p.8.
33. Por lapso, o autor, na página da qual se faz a presente transcrição (p. 32), refere «os 1.^{os} anos da República». Contudo, a página 39, dá a versão que ficou transcrita, o que, aliás, foi possível comprovar, através da consulta das Actas das sessões da Câmara Municipal de Leiria (1915-1917). Desde 11 de Novembro de 1915 até 2 de Janeiro de 1917, o vereador Joaquim Barosa participou em várias sessões e assi-

nou as respectivas actas (Arquivo Municipal de Leiria, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Leiria*, 1915-1917).

34. *Apontamentos biográficos*, p. 37.
35. *Idem*, p. 33. Sobre a Loja Heliodoro Salgado, informa A. H. de Oliveira Marques: «N.º 270, loja do RF existente na Marinha Grande (distrito de Leiria) de 1907 a 1923. Resultou do triângulo n.º 96, aí constituído (A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Editorial Delta, 1986, p. 727). Note-se, porém, que o nome de Joaquim Barosa não consta do *Dicionário* citado».
36. Como republicano, Joaquim Barosa não se coibiu de fazer severas críticas à política autárquica, em especial dos últimos anos da Monarquia. As críticas mais contundentes dizem respeito: «à grande falta da escola industrial de desenho», devido a terem-se perdido louváveis iniciativas em tal sentido, «por causa de egoísmos políticos, das intrigas locais, pelo despeito dos mal intencionados, que se tem reflectido na prosperidade desta terra e muito especialmente naqueles que têm de ganhar de dia para comer à noite» (cf. *infra*, texto que já constava da 1.ª edição); à instalação da Creche, conforme o legado Pereira Crespo, a qual estivera cinco anos sem se concretizar (1908-1913), devido «aos desmandos dos politiqueros caciques, [que] pouco tempo sobejava das promessas balofas com que muitas as vezes nos intrujavam» (cf. *infra*, «AMPLIAÇÃO»).
37. *Apontamentos biográficos*, p. 38.
38. Cf. *infra*, «A Paraia de S. Pedro de Muel».
39. No texto lê-se «inspirações».
40. Entenda-se «em».
41. *Idem*.
42. O qual se encontra na posse do Dr. Gustavo Barosa, bisneto do autor, como já anteriormente ficou referido.
43. Ao fim do dito poema, escreveu o autor: «Ao levantar da cama em Pedreanes, na manhã de 19 de Abril de 1928. Joaquim Barosa».

44. O facto referido foi-me confirmado pelo Senhor António José Marques Barosa, filho de José da Silva Barosa e neto de Joaquim Barosa (em entrevista amavelmente concedida em 21.12.1992) e consta da própria certidão de óbito (Marinha Grande, *Registo Civil*, livro 7, fl. 56).
45. Cf. *infra*, «AMPLIAÇÃO».
46. Alfredo Oliveira Gândara, «Saüdade de Joaquim Barosa», *Região de Leiria*, de 12.12.1940, p. 4.
47. Graças ao empenho e ao interesse do actual Executivo Camarário, encontro-me a lançar os alicerces para que, finalmente, a História da Marinha Grande passe a ser uma realidade.
48. Cf. *infra*, «Prólogo».
49. Cf. José M. Amado Mendes, *A história como ciência. Fontes, metodologia e teorização*, 2.^a ed., de Coimbra, Coimbra Editora, 1989, p. 66-73.
50. «AMPLIAÇÃO», incluída nesta edição, e *Apontamentos biográficos*.
51. *Apontamentos biográficos*, p. 23.
52. Cf. *infra*, «AMPLIAÇÃO».
53. *Apontamentos biográficos*, p. 4.
54. A reimpressão aparece, no referido jornal, entre 14.01.1954 e 23.06.1955.
55. A dita publicação iniciou-se em 15.06.1963 e foi interrompida em 05.09.1964.
56. Sob o título genérico de «História da Marinha Grande», a publicação teve início em 29.06.1976 e foi interrompida em 28.04.1977. Desta vez, a interrupção deveu-se certamente ao facto de, pouco depois, a publicação em livro ter ficado concluída, o que era anunciado no jornal, logo em 26.05.1977.

PREFÁCIO À 2.ª EDIÇÃO

Quando em 1912 Joaquim Barosa deixava publicar as suas Memórias da Marinha Grande, por certo estaria longe de imaginar o valor da obra que legava à sua Terra Natal.

O êxito da publicação ficou bem demonstrado pela maneira rápida como se esgotou a única edição e, mais ainda, como se transformou, em poucos anos, numa obra rara que só alguns privilegiados pela sorte tinham a dita de possuir.

“Jornal da Marinha Grande”, conhecendo o interesse que esta obra tem para os marinbenses, resolveu meter ombros à tarefa de reeditar tão útil documento.

Queremos assim, não só prestar um útil serviço a todos os que se interessam pela Marinha Grande, mas homenagear postumamente o oficial vidreiro que soube aproveitar as suas horas livres trabalhando em prol da comunidade que tanto amava, legando-lhe uma obra monográfica de valor inestimável.

Na edição que agora vem à estampa, quis-se manter a pureza da linguagem do autor, tendo apenas havido a preocupação de fazer actualização ortográfica.

Não queremos deixar de formular um voto que fazemos questão de deixar expresso nestas palavras que servem de prefácio à 2.ª edição desta obra: — Que ela encontre, entre os marinbenses, o continuador capaz. A Marinha Grande tem sido, desde o princípio do século, fértil em acontecimentos que bem justificariam a continuação deste trabalho.

Por nosso lado esperamos ter conseguido, com esta edição, atingir os fins a que nos propusemos.

Expressamos ainda os nossos agradecimentos aos familiares de Joaquim Barosa que, tão amavelmente, nos autorizaram a fazer a reedição de Memórias da Marinha Grande.

Marinha Grande, Maio de 1977

JORNAL DA MARINHA GRANDE

PREFÁCIO [À 1.ª EDIÇÃO]

O autor do presente livro é um operário vidreiro, que honra a classe trabalhadora, é um belo exemplo de quanto podem a dedicação e o amor à sua terra natal, a boa vontade e o esforço perseverante.

*A presente monografia sobre a laboriosa vila da Marinha Grande representa muito trabalho, é cheia de preciosas indicações, que o seu autor recolheu com o maior escrúpulo, constituindo um livro útil e de confiança, para os que o desejem consultar. E se atendermos às poucas habilitações de **Joaquim Barosa**, a quem apenas ensinaram a ler e escrever, não podemos deixar de reconhecer qualidades de energia e de trabalho, dando um exemplo digno de ser imitado que bem merece o louvor de todos os bons cidadãos.*

*Na sua modéstia, não queria **Joaquim Barosa** publicar este seu trabalho, e só a instâncias repetidas, durante mais de dois anos, dos seus amigos e admiradores, que o convenceram de que ninguém de boa fê lhe poderia criticar a obra, e só os zoilos e os invejosos, e que ela representava um serviço valioso, prestado à sua terra, e a que não podia esquivar-se, só assim é que resolveu a deixar fazer a impressão, proceder que mais o honra.*

Leiria

TITO BENEVENUTO LIMA DE SOUSA LARCHER

PRÓLOGO

Para se escrever a história completa de uma nação, torna-se indispensável escrever antes a história particular de cada povoação, reunir esses fragmentos, perdidos ou pela maior parte abandonados, compará-los depois entre si para que se possa estudar, compreendendo a evolução dos povos, e para que se possa achar a verdadeira ligação histórica.

A Marinha Grande é a MANCHESTER portuguesa do distrito de Leiria, como Guilherme Stephens a denominava, na convicção que de futuro viria a ser um dos nossos centros industriais mais importante, e não se enganou; é hoje sem dúvida o centro onde a indústria vidreira melhor se tem desenvolvido e aperfeiçoado. É a fonte de vida desta laboriosa vila.

Aproveitando algumas horas vagas do meu trabalho diário à boca dos fornos, coleccionei algumas notas históricas, antigas e recentes, sobre a minha terra.

Neste simples e modesto trabalho, ainda que mal alinhavado, apenas justifico o amor e dedicação que sempre tive pela terra que me serviu de berço. Ainda que ele seja de pequena importância, é um documento do meu grande desejo e da minha boa vontade.

Com a escassa instrução que de meus pais recebi de OPERÁRIO VIDREIRO – dos quais herdei por honra os pergaminhos das minhas mãos – consegui, na falta doutro, fazer o conjunto destas datas e memórias.

Marinha Grande, 14 de Junho de 1911.

O AUTOR

[*João Barbosa*]



JOAQUIM BAROSA

Operário vidreiro da Antiga Fábrica Nacional

**Memórias
da
Marinha Grande**

CAPÍTULO I

IGREJA MATRIZ, PINHAL DE LEIRIA

IGREJA MATRIZ – A construção da Igreja Matriz, a que freguesia pertencia nos primeiros tempos, movimento paroquial de 25 anos, de 1880 a 1905, os lugares de que se compõe actualmente a freguesia. Notas principais sobre o pinhal de Leiria.

O lugar da Marinha Grande, a que deve mais propriamente dar-se o nome de NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA MARINHA GRANDE, foi denominado primeiramente só MARINHA ou SANTA MARIA DA MARINHA, naturalmente por estar próximo ao mar. Encontra-se situado na província da Estremadura e faz parte do distrito e concelho de Leiria. Está encravado entre dois afluentes do rio Lis e quase desaparece aos olhos do viajante que dela se avizinha, tão opulentas são as suas florestas sempre reverdecidas e viçosas de que é cercado; é muito antigo.

Indo quase no termo o último quartel do século XVI, e sendo bispo de Leiria D. Pedro de Castilho, reinando o rei intruso Filipe II, de Castela, pediram os moradores da Marinha Grande ao seu chefe espiritual que lhes permitisse erguer uma capelinha sob a égide de NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, o que lhes foi concedido.

Depois da sua construção no ano de 1590 fizeram novamente os moradores da Marinha Grande e Garcia, LUGAR MAIS ANTIGO QUE A MARINHA, petição ao mesmo bispo D. Pedro, dizendo que tinham feito a sua Ermida e se lhes concedia licença para nela dizerem missa. Foi atendido para que os moradores, impedidos, fossem a ela com licença do cura. Consta do livro 2.º do registo do bispado, a fl. 167.

Em 1600 passou à categoria de paróquia sob condições e obrigações aceites para a estabilidade do cura da freguesia; condições estas e outros pontos principais, que se encontram publicadas n' *O Couzeiro ou memórias do bispado de Leiria*, 2.ª edição, mais aumentada, de 1898 ¹. Antes de terem a sua capela pertenciam à freguesia de S. Tiago do Arra-

balde da Ponte, de Leiria. Tinham neste tempo 268 fogos.

Recebeu esta capela, por vezes, várias reformas e obras em proporção ao aumento da população, tais como em 1702, data que esteve muito tempo na verga da porta principal. Em 1804 foi demolida, edificada de novo e aumentada, ficando com 5 altares; e em 1815, depois dos estragos da invasão francesa, cuja data ainda hoje se vê debaixo da cruz, na frente; em 1857 foi posta a estuque; de 1890 a 1891 fez-se a última obra, os 2 grandes arcos de cada lado que servem para as capelas da Senhora das Dores e Santíssimo. Está situada em uma planície, bem povoada de árvores em volta, com a porta principal para o poente. O relógio da torre foi colocado em Abril de 1868. A torre tem 4 sinos.

Havia uma casa ao norte da igreja, com um alpendre, que era da junta de paróquia que servia de habitação ao cura, que foi demolida em 1871, quando se construiu o grande edifício que hoje existe de moderna construção de 1.º andar, mandado fazer pela junta de paróquia, com o fim de servir para habitações dos párocos, que habitam o 1.º andar, e escolas de instrução primárias do sexo masculino, que até hoje ali têm funcionado, no rés-do-chão. O último pároco que aqui esteve colocado foi Manuel Jorge Marçal e um coadjutor.

A comissão paroquial administrativa desta freguesia, que tomou posse em 28 de Outubro de 1910, depois da proclamação da República, ficou composta de 5 membros: José Pires de Albuquerque, presidente (falecido em 20 de Novembro de 1911); José de Sousa Neto, tesoureiro; vogais: José Simplício de Sousa Virgolino, Júlio Carlos Etur, Joaquim Augusto Ferreira Morais.

As festas de igreja têm decaído muito nestes últimos anos, faltando-lhes o brilho dos anos anteriores. Actualmente só se fazem em Setembro, depois das colheitas: a festa à Senhora do Rosário, Padroeira, à custa dos seus confrades, pois tem confraria organizada; e a Santo António e Coração de Jesus, por comissões, à custa de esmolas.

A igreja vive à custa dos seus escassos rendimentos e esmolas das caixas. Eclesiasticamente está sob a superintendência do bispado de Coimbra.

Tem 38 lugares, conhecidos pelos nomes: Embra, Pêro Neto, Mariinha Pequena, Fagundo, Albergaria, Moinho de Cima, Pedrulheira, Tojeira, Comeira, Picassinos, Estação, Matos, Ordem, Pedra, Fonte Santa, Amieirinha, Lameiro, Casal Galego, Boavista, Almuinhas, Figueiras, Bico, Rego, Carregueiras, Garcia, Portinho, Escoura, Pilado, Engenho, Cruzes, Forno da Telha, Outeirinhos, Salgueiro, Casal da Formiga, Trutas, Matos Verdes, Amieira, S. Pedro de Muel.

Os limites desta freguesia são: parte do nascente com as freguesias de Amor e Barosa; esta freguesia é atravessada pela estrada nacional n.º 59, a macadame, da estação de Albergaria a S. Martinho do Porto, que liga a Marinha à sede do distrito de Leiria, na extensão de 12 quilómetros. Sul, com a freguesia de Pataias, à qual se liga com o caminho-de-ferro, linha do Oeste, Lisboa-Figueira-Alfarelos. Poente, com o Oceano Atlântico que banha a praia de S. Pedro de Muel. Norte, com as freguesias de Carvide e Vieira ².

O seu registo paroquial acusa actualmente, conforme o recenseamento geral da população feito em 1911, fogos 1 568, almas 6 897, sendo varões 3 200 e fêmeas 3 567; ausentes na noite de 31 de Dezembro, varões 99, fêmeas 31.

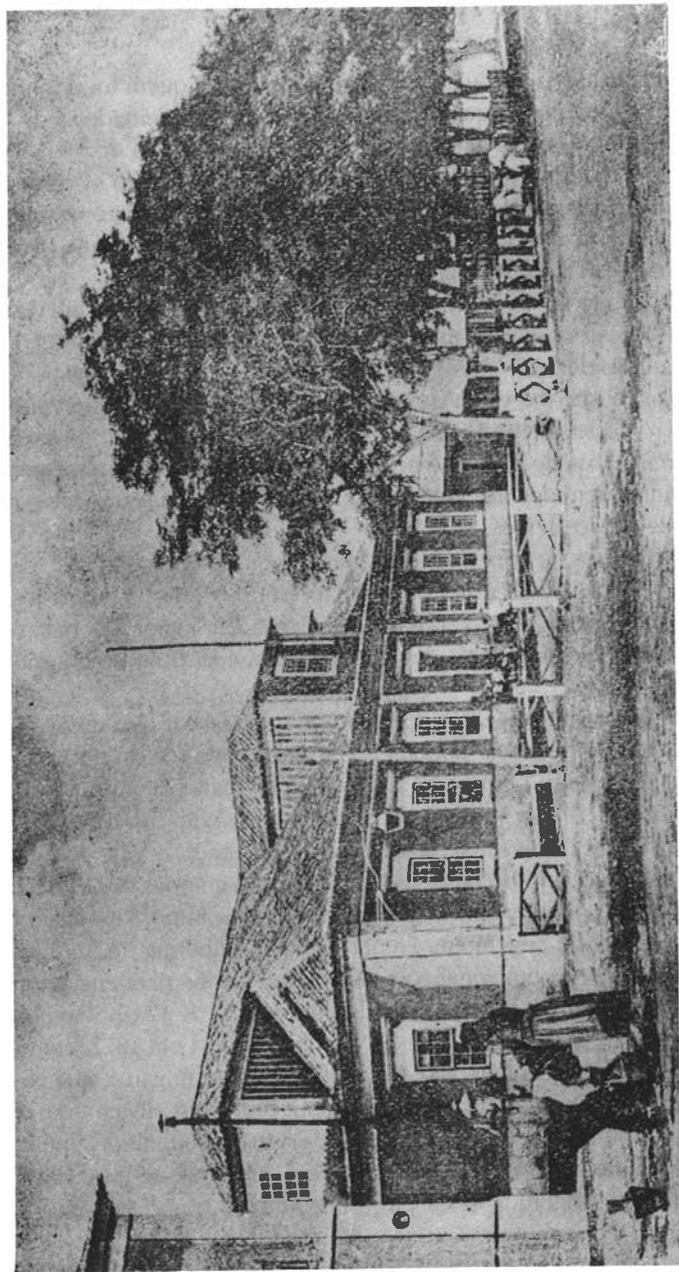
O recenseamento geral da população em 1900, há 11 anos, acusava fogos 1 278 e almas 5 666.

Por aqui se vê o aumento florescente desta laboriosa população nos últimos 11 anos: fogos 290, almas 1 231, cujo movimento de 25 anos, de 1880 a 1905, é o seguinte:

Anos	Baptizados	Casamentos	Óbitos ³
1880	160	29	90
1881	162	30	74
1882	161	37	80
1883	146	32	90
1884	175	39	93
1885	153	31	78
1886	144	37	109
1887	174	38	104
1888	181	29	108
1889	176	51	86
1890	195	40	109
1891	172	37	76
1892	176	34	84
1893	180	37	101
1894	158	24	97
1895	178	56	88
1896	174	54	106
1897	185	34	84
1898	203	48	71
1899	186	40	105
1900	210	59	90
1901	225	57	100
1902	232	49	127
1903	262	61	112
1904	288	70	158
1905	262	82	108
<i>[Total]</i>	4 888	1 144	2 220

O Sr. José Luís Pereira Crespo, viúvo, proprietário, sem filhos, que faleceu em Lisboa, em 7 de Janeiro de 1908, deixou em testamento, com data de 25 de Novembro de 1907, à junta da paróquia da Marinha Grande, 8 contos de réis, para instituir e manter na freguesia uma creche circunscrita à área paroquial, e 189:000 réis, semestralmente, para serem distribuídos pelos pobres da freguesia, rendimento dumas inscrições que a Misericórdia de Lisboa ficou encarregada de enviar à junta da paróquia desta freguesia, que assim tem cumprido. Estando a seu cargo a criação da referida creche, conseguiu que lhe fossem oferecidas todas as acções da antiga casa do clube, há anos ao abandono, à entrada da vila, com o fim de ser para a creche, cujas obras de reparação vão começar no princípio do futuro ano de 1912 '.

Em sessão da actual junta paroquial, em 1911, por ofício enviado à Câmara Municipal de Leiria, foi pedido para oferecer a este benemérito, o nome conhecido da rua das Flores, passar a denominar-se rua de Luís Pereira Crespo, em homenagem à sua memória, pelo seu legado feito a esta terra.



O Edifício da Administração das Matas Nacionais

PINHAL DE LEIRIA

Diversificam as opiniões dos antigos acerca de quem foi o fundador do pinhal. Querem uns que se remonte ao tempo do reinado de D. Sancho II, meado do século XIII, querem outros que seja obra do rei D. Dinis, no primeiro quartel do século XIV, com o fundamento não só da permanência da Rainha Santa Isabel em Monte Real, que ele muito estimava, e em Leiria; há no alto de Monte Real as ruínas dumas casas, que parecem ter sido residência da Rainha Santa.

Pelo desejo de desenvolver as construções navais, com o fim de fixar as dunas de areia que se estendiam desde a Nazaré ao Mondego. Era grande a consideração e amor como se dedicava aos negócios florestais e agrícolas, o que lhe valeu o cognome de LAVRADOR, com que vem citado nas crónicas: SEMEOU D. DINIS O PINHAL REAL. Sem entrarmos na averiguação minuciosa do assunto, não errarão certamente os que disserem que foi D. Dinis quem deu ao pinhal de Leiria as proporções com que passou às épocas subsequentes, com maior ou menor desenvolvimento. Pelos livros publicados, já conhecidos, sobre a memória deste pinhal ⁵, desnecessário será descrever a sua história, apenas me limito a indicá-los, frisando com simples nota os pontos principais: É a maior das matas que temos no nosso país e a ela devemos, sem dúvida, o nome e a vida da Marinha Grande.

Situada proximamente 1 grau ao norte de Lisboa, tem uma superfície de 11 331,94 hectares. Confina pelo norte com a foz do rio Lis e com parte das freguesias: pelo norte, da Vieira; pela parte de leste, as freguesias de Carvide, Amor, Marinha Grande e Pataias; pelo sul, com o Camarçã, que pertencia aos frades Bernardos de Alcobaça, e Vale de Água de Madeiros; e pelo lado do oeste com o Oceano e grandes dunas de areia.

O primeiro administrador geral que teve esta importante mata foi o tenente-coronel de engenharia Frederico Luís Guilherme de Warnhagen, que o Governo constitucional contratou na Alemanha para ensinar a tirar proveito da soberba floresta, nomeado por portaria de 17 de Setembro de 1824 (pai do sr. Francisco Adolfo de Warnhagen que, em 1871, era ministro do Império do Brasil na corte do império austro-húngaro), que, segundo a tradição nos conta, foi homem conhecedor em silvicultura e que muito contribuiu para a boa cultura, conservação e engrandecimento do pinhal de Leiria. Foi sob a sua direcção que, em 1841, se levantou a primeira planta topográfica desta propriedade, cujo nome foi dado como

memória a uma rua que vem do Engenho desembocar à praça desta vila. Além deste administrador, muitos outros silvicultores, até hoje, têm trabalhado para a boa conservação em que se encontra esta mata. As primeiras sementeiras em dunas começaram em 1850 e, até hoje, têm sido poucos os anos em que a administração desta mata não tem gasto muitos contos de réis em sementeiras, nas dunas à beira do Oceano, para segurança das areias, assim se deve a conservação das povoações vizinhas.

O ordenamento e planta topográfica, feita nesta mata pelo engenheiro silvicultor Bernardino de Barros Gomes, em 1879 a 1880, conforme o relatório feito nesses anos da administração geral das matas, é um trabalho primoroso de estudo científico, o que ainda hoje é respeitado, consultado e seguido.

Está dividido em 2 regências ⁶ e tem 342 talhões. Tem casas de guardas em volta, para habitação dos mesmos, que têm que dar conta das entradas e saídas, abrindo o portão ao sol fora, e fechando ao sol posto aos carreiros, que só munidos duma licença passada pela administração das matas podem transitar pelas estradas florestais a macadame, tendo para isso de transportar para a borda da estrada e para o sítio que lhe for indicado pelo regente respectivo, e nunca a mais de 5 quilómetros, uma carada de pedra e outra de saibro da qualidade que lhe for determinado. As primeiras guardas, mandadas construir em 1790 pelo ministro da marinha Martinho de Melo e Castro, foram: Sapinha, Pedreanes, Cova do Lobo e Caminho de Carvide. As madeiras vendem-se em talhões e lotes, em arrematação, não só para o país como para o estrangeiro. Os cortes destas madeiras só se fazem de 1 de Outubro a fim de Fevereiro, nos talhões autorizados e resinados anos antes. Nestes cortes são escolhidos os pinheiros para ficarem de reserva para a sementeira espontânea. Foi concedida primeira licença para, dentro da mata, no talhão 261 à Valdimeira, serrar madeira com máquina a vapor, no dia 22 de Dezembro de 1909. Licença esta concedida no acto de arrematação de toros, à sociedade Explorações Florestais de A. R. Dubosq.

Esta mata tem prestado e continua a prestar grandes regalias de que gozam os povos circunvizinhos, razão esta porque estes têm como dever prestar seus serviços na extinção dos fogos; serviço hoje bem montado, nos meses de Verão, de Junho a Outubro, chamado defeso. Tem 4 pontos principais de vigia, ligados por uma rede telefónica, SERVIÇO MONTADO PELO DIRECTOR GERAL DA AGRICULTURA, CONSELHEIRO ELVINO DE BRITO, EM 1887; 3 no centro da mata, um na Crastinha, Ponto Novo e Facho, da Boavista,

fora da Mata, lado oposto, não só vigia todo o pinhal, como dá sinais indicados pelo regente, aos 3 pontos, de dia por meio de bandeira, de noite com luz (construído em 1885, cuja data se vê na porta da entrada, e a cúpula que, alguns anos, esteve de madeira, foi feita de pedra, com a data indicada na mesma: 25-6-1898). Tem o guarda de serviço que dar, no fim de cada mês, um boletim dos sinais que deu e recebeu e as horas indicadas. Ao primeiro sinal de incêndio partem logo 4 guardas a cavalo, bem montados e equipados, das cavalariações do parque do Engenho, empregando todos os esforços para localizar do princípio o incêndio; quando o não podem conseguir voltam com rapidez, pedindo auxílio; razão porque os incêndios nesta mata não têm dado os prejuízos como nos últimos tempos, em 1806, 1814, 1818, 1824, 1875 e 1887, que fizeram desaparecer grandes tratos de árvores. Só o fogo de 1824 queimou cerca de 5 000 hectares.

Tem um corpo de guardas a cavalo, para a fiscalização e polícia na mata, e acudir aos fogos, serviço este que se acha combinado com o dos pontos de vigia, ligados entre si por uma linha telefónica. A este serviço se deve não haver a mencionar importantes fogos desde 1887, época em que foi instalado.

Se o incêndio toma grandes proporções, então tocam a rebate os sinos das povoações vizinhas e a ele concorre, de boa vontade, muito povo. Nestes últimos anos não tem havido fogos, devido à boa organização deste serviço.

Em vários pontos do pinhal existem excelentes nascentes de águas, sendo algumas medicinais, tais como as férreas do Brejo da Delvira, ACONDICIONADAS À CUSTA DO BISPO DE LEIRIA, D. MANUEL DE AGUIAR, as do Forno e Garcia, as que em 1839 brotaram ao sul da praia de S. Pedro de Muel, cujo uso tem principalmente produzido bom efeito aos que sofriam moléstia do estômago; assim como as que estão próximas à ponte do ribeiro de S. Pedro de Muel, lado norte da estrada da Marinha a esta praia, das quais ainda hoje algumas pessoas fazem uso, que dizem ser mais sulfurosas do que férreas. Têm-se reconhecido as boas águas que há nesta mata para os que sofrem desta moléstia, muito especialmente para os operários vidreiros, de que quase todos sofrem, devido à grande quantidade de água que bebem, com o calor dos fornos.

Dá todos os anos esta mata, pelo contrato de arrendamento à Antiga Fábrica Nacional de Vidros, 15 000 esteres de lenha, no valor aproximado a 10 800:000 réis, à razão de 720 réis, preço actual da tabela da administração das matas.

A qualidade do pinheiro é *PINUS MARITIMO* bravo; é a árvore que mais abunda e domina quase exclusivamente toda a superfície desta grande mata. Esta árvore dá-se muito bem nestes terrenos secos e arenosos. Do pinheiro manso, *PINUS PINEA*, há muito pouco e leva muitos anos a criar. Tem duas estradas florestais a macadame, uma que liga a Marinha com a praia de S. Pedro de Muel, a 9 quilómetros, construída em 1880, e outra com a Vieira, a 12 quilómetros, construída em 1883.

O edifício da administração das matas está no centro da vila, próximo à igreja, com um bonito recinto de grade de madeira e cantaria, adiante arborizado. Foi começada a sua construção na época do administrador Warnhagen, e concluído no tempo do conselheiro João de Fontes Pereira de Melo, que substituiu aquele. É conhecido hoje pela 3.^a administração florestal, com habitação para o silvicultor actual, Adolfo de Oliveira, e um subalterno, Luís Maria de Melo e Sabo.

Pelo decreto de 14 de Junho de 1881 se vê que a reforma de 1872, confiando os serviços administrativos e técnicos a funcionários com orientação muito diversa, deu lugar a divergências ⁷ que levaram o Governo de então, por decreto de 1881, a transferir a secretaria das matas da Marinha Grande para a 2.^a secção da repartição de agricultura em Lisboa e a suprir o cargo de administrador geral, que substituíra desde 1824, mantendo unicamente a tesouraria geral das matas, com sede na Marinha Grande.

Em virtude desse mesmo decreto, passou a Direcção dos Serviços Florestais a estar directamente subordinada à Direcção Geral do Comércio e Indústria.

Em 1886, com a criação da Direcção Geral da Agricultura e extinção definitiva da Administração Geral das Matas, decretada em 14 de Julho de 1881, os Serviços Florestais ficaram dependentes da Repartição de Instrução Agrícola e Matas, e assim se conservaram até à reforma de 1 de Dezembro de 1892, em que passaram a ser tratados por uma secção independente, dita Secção dos Serviços Florestais.

Sobre matas temos *Memórias sobre o Pinhal Nacional de Leiria*, feita em 1843, pelos srs. Francisco Maria Pereira da Silva e Caetano Maria Batalha, conhecido pela memória dos tenentes, cujo nome foi dado a um aceiro do pinhal e ainda hoje é conhecido.

O ordenamento, feito e assinado pelo silvicultor José Lopes Vieira em Julho de 1898, é trabalho feito com conhecimentos práticos e teóricos, e muitos outros livros que consultei sobre a história deste pinhal.

O parque do Engenho (*) é dependência da administração das matas, muito bem arborizado e murado em volta; tem bons edifícios para alojamento, não só para os empregados que vêm de serviço à mata, como para habitação dos regentes, Júlio Carlos Etur e Manuel Ferreira Júnior, e guardas de serviço à cavalaria.

Tem grandes tanques de água encanada, pelas matas, em 23-7-1851, do lado do nascente. Próximo a estes tanques houve há anos uns fornos de pês e alcatrão, que trabalharam por conta das matas e, nos últimos tempos, foi o arrendamento feito a Adolfo Burnay que trabalhou alguns anos.

Ao lado norte deste parque também houve uma serraria mecânica que trabalhou por conta das matas e de particulares, em 1871. Ao fundo, lado norte, existia uma capela em que se dizia missa, com capelão pago pelas matas, que foi queimada pelos franceses em 1810, que também deitaram fogo ao pinhal, causando grandes prejuízos. Tem belas sombras de árvores e um bonito jardim franco ao público; é sem dúvida um dos melhores passeios da Marinha, muito frequentado aos domingos e dias de descanso.

O portão de ferro de entrada tem a data de 1850. Segundo dizem, era do Tribunal do Santo Ofício, de Coimbra.

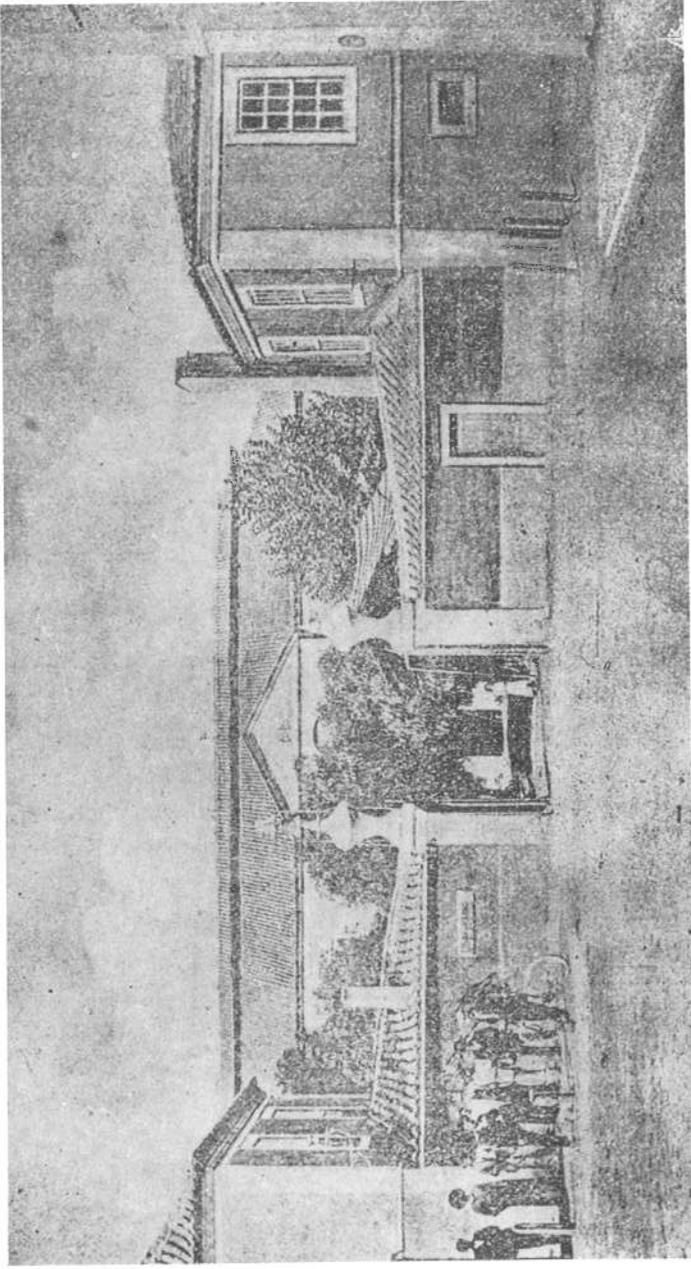
Em diversos pontos desta mata há poços, feitos em 1909, melhoramento este que se deve ao cuidado e zelo do regente florestal, Júlio Carlos Etur.

Conduziu-se em tempo madeiras do pinhal para o depósito de Pedreanes, por um caminho das varas, por meio de umas vagonetas puchadas a bois, da Vieira a Pedreanes.

Tem subido extraordinariamente, nos últimos tempos, o rendimento desta mata. Em poucos anos a receita duplicou; assim, em 1900 essa receita orçava por cerca de 30 000:000 réis e, actualmente, está em 50 e tantos contos.

Oferece esta mata bonitos passeios, já por si, e os aprazíveis lugares: Valdimeira, Ponte Nova, Praia Velha e o viveiro do Tromelgo, que mais nos parece um jardim, um dos pontos mais frequentados, no Verão, por ficar a 2 quilómetros de distância ⁸.

(*) Neste lugar foi criada uma caixa postal que estava a cargo do sr. Leandro Correia, no seu estabelecimento, em Junho de 1911.



A antiga Fábrica Nacional de Vidros

CAPÍTULO II

A ANTIGA FÁBRICA NACIONAL DE VIDROS

**A sua fundação, o seu legado, data em que o Estado tomou conta dela.
As companhias arrendatárias e o tempo que cada uma tem trabalhado até ao presente.**

A fábrica de vidros da Coina, feita na propriedade dos herdeiros da Sra. J. Pouchet, tendo como seu administrador João Beare, foi construída em 3 de Maio de 1745.

Não podendo continuar a sua laboração por falta de lenhas, pois que os carros deste combustível, seu elevado preço e outras circunstâncias tornaram difícil e muito mais dispendioso o abastecimento da mesma fábrica, lembraram-se os seus proprietários de a transferir para a Marinha Grande, por ficar próxima aos pinhais nacionais.

Confirmada pelos restos de alguns fornos e pelos vestígios da fabricação do vidro, que todos podem ver em Coina, na margem do Tejo, na propriedade [a] que acima me refiro, estabelecendo-se depois nesse lugar uma fábrica de zuartes que os herdeiros da Sra. Pouchet transferiram para Sacavém, onde não sei se ainda lá existe. Parece pois não restar dúvida que a fábrica se mudou para a Marinha Grande em 1748¹, naturalmente em modestas condições, produzindo vidraça e copos ordinários.

Guilherme Stephens, súbdito inglês, cidadão de grande empreendimento industrial, querendo desenvolver a indústria vidreira em Portugal, que nesse tempo se limitava a um fabrico muito ordinário e rudimentar, obteve do grande Marquês de Pombal, em boas condições, o empréstimo do erário, sem encargos e sem prazo determinado de 32 000:000 réis, para assim poder ampliar e introduzir nesta indústria os melhoramentos necessários a poder rivalizar com as suas congéneres existentes nos principais centros da Europa. Para serem pagos em cal produzida nos fornos de Alcântara, propriedade sua, dando-lhe ainda a permissão de consumir,

gratuitamente, toda a lenha precisa do pinhal nacional, no reinado de D. José I.

O alvará que concede estes privilégios, por 15 anos, tem a data de 7 de Julho de 1769, sendo prorrogados este e outros posteriores que concediam direitos e regalias à fábrica, não só a Guilherme Stephens e seu irmão João Diogo, como a várias companhias arrendatárias, cujas datas se encontram no livro *Memórias histórico-estatísticas*, de Brito Aranha, de 1871, pág. 158 a 162 ².

Expirado o prazo de quinze anos dos favores concedidos pelo referido alvará de 7 de Julho de 1769, foram por outro alvará, de 12 de Outubro de 1786, prorrogadas por mais dez anos as seguintes condições.

1.^a – A isenção de direitos quaisquer de entrada sobre diversos géneros necessários para a composição do vidro.

2.^a – A isenção de todos os direitos de saída nas alfândegas do reino e de entrada nas do ultramar, a favor dos vidros da fábrica. E diversas providências se deram também sobre a admissão ou proibição de chapas de vidraça estrangeira.

Em 1794, por alvará de 30 de Junho, todos os privilégios até então concedidos aos proprietários do estabelecimento foram prorrogados por mais dez anos, aprovando-se e elogiando-se a construção da estrada de comunicação que, à sua custa, empreendera o director da fábrica. E por aviso de 13 de Abril de 1796 se mandou consequentemente pagar, pelos cofres da Fazenda, os cortes precisos para o acabamento desta obra.

Depois de mais providências de menor importância, concedidas a favor da fábrica por provisão de 24 de Maio de 1799, foram, por alvará de 7 de Outubro do mesmo ano, prorrogados por mais dez anos, além dos dez concedidos pelo alvará de 30 de Junho de 1794, todos os privilégios obtidos pelos proprietários da fábrica, determinando-se definitivamente o fornecimento de lenhas dos pinhais de Leiria para a sua laboração.

Desde então até à invasão francesa, entre muitos outros favores concedidos pelo aviso de 8 de Outubro de 1800, pela provisão de 14 de Fevereiro do mesmo ano, pelos decretos de 3 de Novembro de 1801 e 27 de Fevereiro de 1802, é para notar a isenção do recrutamento para os operários e empregados diversos da fábrica.

Durante o domínio francês, não só todos os privilégios foram retirados à fábrica, mas foram sequestrados todos os seus edifícios, utensílios e propriedades anexas, para pagamento de uma suposta dívida de direi-

to sobre o vidro, sendo confirmado tal sequestro pelo conservador da nação francesa, e logo seguido de outro formalmente decretado por Junot (1807). Opondo-se o proprietário a estes actos, foi preso em 13 de Janeiro de 1808, não obtendo a sua soltura senão em 24 de Maio seguinte, com a obrigação de se apresentar todos os quinze dias.

De 23 de Maio de 1810 data a restauração dos antigos privilégios, pelo levantamento dos sequestros franceses, ao qual se seguiu, no ano imediato (provisão de 5 de Março de 1811), a prorrogação por mais vinte anos de todos esses privilégios.

Diversos favores foram posteriormente concedidos à fábrica, confirmando-se em 31 de Outubro de 1821, por provisão da Junta da Fazenda da Marinha e em execução de ordem das cortes, que o administrador daquele estabelecimento podia levar do pinhal de Leiria a lenha necessária, sem pagar coisa alguma, como não pagavam os lavradores das vizinhanças do pinhal.

Os primeiros estudos da fundação desta fábrica por Guilherme Stephens foram na Vieira; mas, pela opposição que lhe fizeram os povos desse lugar, resolveu fundá-la na Marinha Grande, no lugar da anterior, onde se encontra hoje, esse grandioso edifício com vastas oficinas de cristal e vidraça, que começou a trabalhar em 16 de Outubro de 1769.

Em 1786 achava-se a fábrica definitivamente montada, com todas as suas dependências, contando um pessoal considerável, à frente do qual Stephens pusera quatro dos melhores mestres que havia na Inglaterra, na composição e manufactura do vidro. A fábrica prosperava já tanto que, nesse mesmo ano, ele cabava de amortizar honradamente o empréstimo que o estado lhe fizera. Guilherme Stephens e os seus operários constituíam uma família. Aliviada a fábrica dos seus encargos para com o tesouro, o proprietário entrou de cuidar na educação dos operários, como um pai cuida da de seus filhos. Deu-lhes mestres de primeiras letras, de desenho e de música, organizando, fora das horas de trabalho, distrações que tinham, simultaneamente, por objecto a cultura do corpo e a do espírito, tornando-se no seu tempo, aquele meio operário, um modelo de bons costumes, de disciplina e de solidariedade.

São estes os belos princípios da vida industrial da Marinha, que hoje faz um derradeiro esforço pela conservação do pouco que lhe sobra dos seus antigos elementos de prosperidade e de sossego, pelo futuro.

Está situada do lado do poente da vila, com frente para a praça pública, ONDE SE FAZ O MERCADO AOS DOMINGOS E QUARTAS-FEIRAS, à qual, em 1905,

foi dado o nome de Guilherme Stephens. É toda murada e ocupa uma área de 18 hectares e, além da entrada principal da referida praça, tem uma outra do lado sul, que é da cerca, conhecida pelas PORTAS VERDES. Há nesta cerca uma fonte de águas que dizem ser férreas. É pena não estarem aproveitadas para o consumo dos operários. Tem um bonito palácio da direcção, jardim e dois grandes tanques de água, teatro, sala para bailes e casa de ensaio de música e, para isso, quase todas as companhias arrendatárias têm seguido os bons exemplos dos seus princípios: tinham um mestre pago pela fábrica, para distrações dos seus operários e suas famílias nas horas vagas.

Fica à distância de 500 metros do pinhal de Leiria.

Os terrenos adjacentes à fábrica pertenceram à Ordem de Malta e Stephens comprou o domínio útil deles aos foreiros, em 1791, que eram então dos herdeiros de José António dos Santos, com o fim de explorar as águas necessárias à fábrica.

Construiu, pouco depois da fundação da fábrica, Guilherme Stephens, à sua custa, uma estrada em direcção à Batalha, indo entroncar na estrada nacional que D. Maria II mandou construir de Lisboa ao Porto ³, para assim facilitar o acesso dos almocreves e transporte dos produtos fabris, estrada que o Governo abandonou. O seu valor, em 1827, era de 6 000:000 réis, em 1848 era de 2 000:000 de réis.

A fábrica possuía, fora do recinto, casa e barracões que algum tempo serviram de depósito de vidro, onde é hoje o edifício da resinagem, aqueduto das águas, Casais de Malta, velho e novo, terras, Abegoaria Velha, Casal da Fonte, Casal da Lebre, um pinhal, Olival dos Carvalhos, Casa da estalagem velha, onde Guilherme e seu irmão, João Diogo, ofereciam gratuitamente agasalho aos almocreves que vinham vender vinho e azeite e compravam vidro, para pernoitar, onde é hoje o edifício construído pela Associação de Socorros Mútuos do Montepio, que o Governo cedeu para a sua sede.

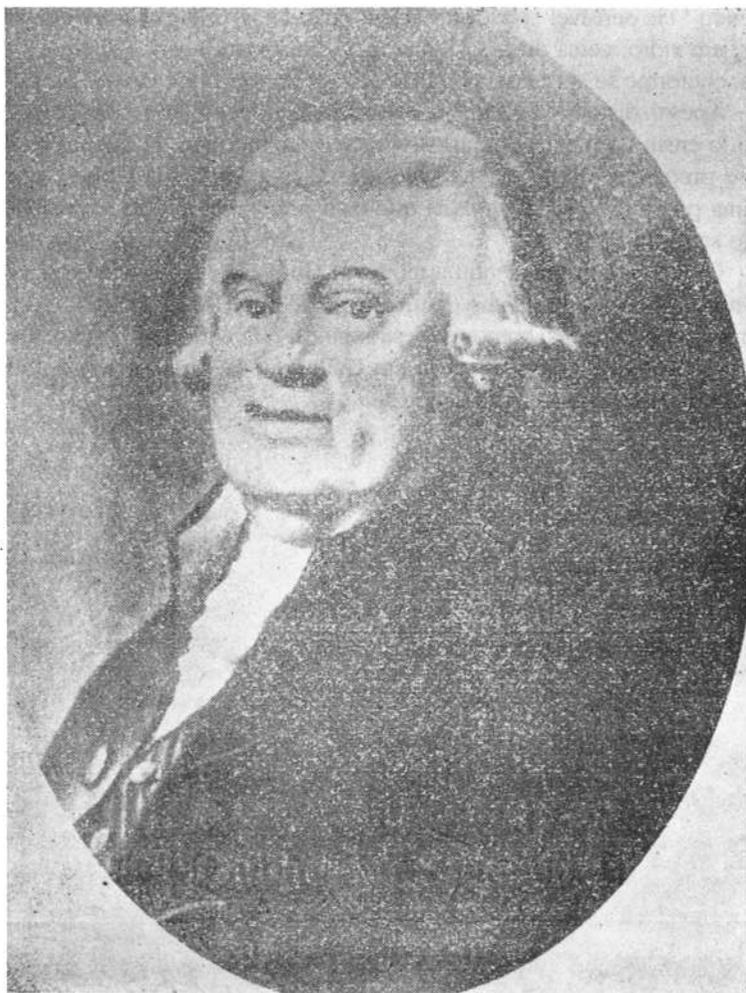
Guilherme Stephens, na fundação da fábrica em 1769, começou a sua laboração, por alguns tempos, com cinco oficiais genoveses que, para esse fim, os contratou, e um português. Trabalhou com a fábrica em seu poder 33 anos, falecendo em Londres, para onde foi mais sua irmã de regresso, procurar alívio à sua saúde, em 1802.

Sucedeu-lhe na posse da fábrica seu irmão, João Diogo Stephens, que era sócio e foi outro chefe amantíssimo do operariado da MANCHESTER PORTUGUESA.

Até 11 de Novembro de 1826, em que ele morreu em Lisboa, a fábrica continuou sob o mesmo regimen adoptado pelo fundador, embora já outras fábricas montadas em Lisboa, Alenquer, Covo, Vista Alegre e no Gerês lhe fizeram ⁴ tão sensível concorrência que João Diogo chegou a ter empattados, em vidro, cerca de oitocentos mil cruzados, ou sejam 320 contos de réis, conforme se apura duma informação oficial de 19 de Janeiro de 1825.

Apesar disto, esse homem magnânimo nunca faltou com o pão e com o ensino aos seus operários, nunca os abandonou na doença e tanto se preocupava com a sorte deles que lhes legou a sua fábrica, como última prova de confraternidade que os ligara, como derradeiro cuidado pelo seu futuro.

Quanto a Marinha sentiu a morte de Guilherme e de João Stephens, dá-nos uma ideia este trecho de uma carta de 27 de Abril de 1829: «... não torna a vir português, como este estrangeiro, que tanto ame Portugal e o povo da Marinha, que encontrou em Guilherme Stephens e no seu querido irmão verdadeiros pais e amigos.»



Guilherme Stephens
Fundador da Antiga Fábrica de Vidros, em 1769

TESTAMENTO DE GUILHERME STEPHENS

(Apenas a parte que se prende com a Marinha Grande)

O testamento de Guilherme Stephens, feito a 29 de Março de 1802, instituiu este a seu irmão, João Diogo Stephens, seu único testamenteiro e universal herdeiro e resíduo legatário de todos os seus bens, tanto de raiz como pessoais, com excepção de vários legados que mencionou, declarando que naqueles bens se inclui expressamente a sua parte da fábrica de vidros, por ele e por seu irmão, João Diogo, estabelecida na freguesia da Marinha Grande, da correição de Leiria, todos os vários edifícios, materiais em bruto, vidros já feitos, fazendas, terras, casas, jardins, dinheiro, prata lavrada, trastes, livros, papéis, créditos e tudo o mais de qualquer denominação que lhe pertencer na dita freguesia, ao tempo do seu falecimento, fosse comprado somente em seu nome, ou em nome dele, Guilherme Stephens, e de seu irmão, João Diogo Stephens, para ser por ele inteiramente possuído e tido pelos seus legítimos herdeiros, «em conformidade ao e para os intentos expressados no alvará de 11 de Dezembro de 1780, para o fim de conservar, continuar e aumentar esta útil e bela fábrica, para o benefício deste reino para sempre.»

No caso que seu irmão e sócio, João Diogo Stephens, lhe não sobreviva nem deixe filhos legítimos, institui sua universal herdeira sua irmã, Filadélfia Stephens, ficando também obrigada ao pagamento dos legados e doações caritativas, que menciona.

E em seguida diz: «O que imediatamente segue na minha consideração é a perpetuidade destes mesmos estabelecimentos e empresas; para este fim, solenemente recomendo aos meus sucessores acima mencionados, como provavelmente nunca casarão, de suplicarem ao Soberano de comprar a fábrica de vidros com todos os seus pertences, porque a Coroa, sendo proprietária do Pinhal Real, de que depende a subsistência desta fábrica, sua perpetuidade em mãos de particulares sempre precisará da continuada protecção do Soberano ou de um protector na Corte, «para impedir os violentos efeitos da malícia e inveja que eu mesmo tantas vezes tenho experimentado», esperando que aquelas pessoas que eu tenho criado na fábrica merecerão a protecção do Soberano.

Entre os legados deixo um de 1 200:000 réis, para ser distribuído às pessoas empregadas na fábrica, conforme a distribuição que lhes foi feita duma dádiva da Rainha em 1788, à excepção daqueles a quem tenho

especificadamente dado legados, e eu lhes recomendo que sirvam ao meu irmão e sucessor com o mesmo zelo, fidelidade e obediência, com que me serviram, durante a minha administração da fábrica.

Por último dispõe que: A fábrica dos vidros, pelos alvarás da sua instituição e outros subsequentes, tem sido declarada debaixo da imediata protecção do Soberano e, em consequência, humildemente roga que o Soberano se queira dignar de não demorar suas decisões sobre qualquer das representações do meu sucessor, pois que as demoras afrouxam o zelo e energia de toda a pessoa benemérita.

Este testamento foi aberto em 11 de Maio de 1803 pelo vice-cônsul da Nação Britânica em Lisboa, Francisco Arbonies, na presença da testemunha Tomaz Bulky, e ficou registado no vice-consulado, folhas 155 a 161 do registo.

O alvará de 11 de Dezembro de 1780, a que se refere o testamento, diz no seu § 1.º, ampliando a primeira condição originária a fim de que esta fábrica fique válida e permanente:

Hei por bem prestar o meu real consentimento para que os edificios, seus utensílios, terras já anexas e que de mais se lhe anexarem para aumento, perfeição e comandos da mesma fábrica, tenham a natureza de prazo enfiteusis perpétuo, que nunca se possa dividir em partilhas por morte de qualquer dos dois actuais proprietários ou de seus futuros sucessores, não lhes sendo por este motivo permitido, em tempo algum, o admitirem sócios ou interessados nos referidos edificios, utensílios e terras anexas ou que se lhes anexarem e que sempre se devem conservar em um só possuidor e só sim os poderão admitir no simples giro e negociações dos géneros manufacturados na fábrica, se bem lhes parecer, tudo isto a fim e em consideração de conservar ileso o fundo da fábrica e para que em nenhum tempo haja de parar a sua laboração em prejuízo do público e das famílias nela empregadas.

TESTAMENTO DE JOÃO DIOGO STEPHENS

(Transcrito na íntegra)

Imprimis. – Quando a alma se aparta, insustentável é o corpo – em consideração a ele ser formoso receptáculo e alojamento do breve, sua-

ve e plácido Espírito, recomendo aos meus sucessores que o meu cadáver seja decentemente enterrado na mesma sepultura junto com o do meu muito venerável irmão e sócio, Guilherme Stephens, fazendo conhecer por esta união na morte a nossa intelectual harmonia durante a vida.

Ao pastor que officiar no meu funeral deixo-lhe 200:000 réis para si e, além desta quantia, 100:000 réis mais para ele os distribuir em esmolas como bem lhe parecer. Os edificios da casa de habitação e mais casas, herdades, terras, pomares, vinhas, jardins, engenho de água, etc., na Marinha Grande, e ao que se possa dar o nome de fixo capital do meu tráfego de vidros, tendo sido tratado e convencionado entre mim e meu muito lamentado sócio e irmão, Guilherme Stephens, que o mesmo passaria indivisível para os representantes ou sucessores do sobrevivente sócio, a beneficio deste reino e da gente ou famílias empregadas neste estabelecimento, assim, como foi aprovado e ratificado por sua majestade fidelíssima, no § 1.º do alvará de 11 de Dezembro de 1780, agora, para inteiramente se cumprir aquele tratado ou convenção e servir como um monumento do meu alto apreço e gratidão, pelos favores e protecção que neste país me têm sido concedidos, dou e deixo à nação portugueza todos os mencionados bens e estabelecimentos, suplicando ao Governo que haja de eleger e nomear uma autoridade para esta os reger e administrar, rogando também mais que não deixe de haver contemplação para com o actual administrador, José de Sousa e Oliveira, e conceder-se-lhe aquela dignidade e remuneração que tão devida é ao seu merecimento e, desta sorte, espero que fixamente, como assim o desejo, que prosperidade, estabilidade e permanência acompanhem esta útil e bela fábrica, a beneficio da Marinha Grande, em particular, e utilidade deste reino, em geral, e assim para sempre.

A minha parte do resíduo dos bens de meu irmão Luís Stephens, que ainda estiverem por apurar e indivisos ao tempo do meu falecimento, eu os dou e deixo ao sobrevivente legatário Carlos Lyne, escudeiro, por ser minha intenção excluir e não admitir parente algum colateral, nem novo pretendente a esta administração. A Guilherme Doherty, pelo muito que se prestou e adjutório que me deu, na parte que tomei em conduzir e liquidar esta testamentária, ordeno que se lhe pague a quantia de 1 200:000 réis.

Ao Presidente, Tesoureiro e Directores do Hospital de Cristo, em Londres, deixo em depósito as três mil libras de acções que tenho em fundos da EAST INDIA STONES que, ao presente, estão vencendo anualmente o

juro de dez e meio por cento, para este ser pago às filhas do defunto, meu bom amigo James Palmer, escudeiro, ex-tesoureiro daquele seminário, a saber: Filadélfia, Ana, Maria e Hannah Smith Palmers, todas elas solteiras e moradoras em Storotharn, no condado de Surrey, em iguais porções, durante as suas vidas, com o benefício de sobrevivência e, por morte do último, passará o mesmo a proveito da sobredita instituição, à qual sou devedor da minha civil e moral educação, ficando órfão, numa tenra idade, e despedido da lisongeira perspectiva que prometia a de meu irmão mais velho Guilherme, malgrado com a fatal catástrofe de 1755, quando então todos os seus bens e o seu sócio ficaram consumidos debaixo das chamas e ruínas do horrendo terramoto que esta desgraçada cidade de Lisboa sofreu no dia primeiro de Novembro daquele ano, estando ele então estabelecido com comércio debaixo dos auspícios de Jorge Medley, escudeiro, sucessor da antiga e respeitável casa de Francisco Bardett Lochrood Jones Hannaz.

Ao Cônsul Geral de Sua Majestade Britânica e Tesoureiro da Caixa das Contribuições Britânicas dou e deixo, em depósito, as minhas 1 500 libras que tenho nos fundos AMMITIES, transferíveis no Banco de Inglaterra, de que o juro vem a ser de 420 libras, para este ser pago aos meus dignos amigos e cunhados, ao diante nomeados, durante o tempo todo de sua vida, da maneira seguinte, a saber: à senhora Elisabeth Coonett, cujo carácter e comportamento sempre reverenciei e respeitei, 80 libras que, depois da sua morte, passarão às suas filhas, Ana e Lucrécia, repartindo em partes iguais, com sobrevivências; à senhora Susana Koster 80 libras que, depois da sua morte, passarão a suas filhas, repartindo em partes iguais, com sobrevivência; às filhas de Samuel Aislabie, 25 libras a cada uma; às filhas de João Sheys, 25 libras a cada uma; às filhas de Diogo Brander, 40 libras, com sobrevivência; a Sarah Bernarda 10 libras; a Jorge Rice 10 libras; a Maria do Carmo da Cunha Alcaforado e sua mãe 50 libras, entre ambas, com o benefício de sobrevivência. Esta e sua falecida filha, Inocência, nascida em Nápoles e dotadas pela natureza com o mais raro talento para música e pintura, acompanhado das prendas mais amáveis, virtudes que de todo o tempo mereceram a minha estimação e patrocínio, fazendo-se dignas da minha benevolência. A estas deixo importando, ao todo, 420 libras que se costumam receber em dividendo de semestres, nos dias 5 de Janeiro e 5 de Julho; são regularmente pagos no Banco e à proporção que se forem extinguindo as vidas das pessoas a quem deixo uma pensão anual. A mesma para o Cônsul Britânico, negociantes

e feitores, para ser repartido, da maneira que se julgar mais conveniente, nas suas Juntas públicas que se formarem e pela pluridade dos votos entre aquelas viúvas e órfãos que requererem para serem socorridas e conceder-se-lhes; e isto somente mediante beneplácito, a fim de que, no caso de haver da parte deles ou delas mau comportamento, se possam retirar as doações feitas a tais pensionários, ressaltando, porém, por falecimento de French e Bernard, as respectivas quantias para serem todos os anos repartidas, à razão de cinco libras a cada um de dois homens e duas mulheres, portugueses ou espanhóis, que tiverem servido nas famílias de súbditos ingleses por mais de dez anos, com reconhecida probidade, tendo os competidores de fazerem seus requerimentos ao cônsul e a distribuição ser determinada pela maioria dos votantes, em pública assembleia.

Dou e deixo à Câmara de Creter, em depósito e para maior ajuda, e por nomeação do testamento de meu tio, Luís Stephens D. Dquandum Camore de Creter, Arcediago de Cherster e reitor de Drooford, condado de Southampton, datado de 16 de Novembro de 1745, respectivo à nomeação de Exhibitores, pelas universidades, etc., como por ele foi declarado no dito testamento, 1 000 libras, o juro das quais será aplicado ao alvedrio do presidente da câmara. E, sendo eu o único sobrevivente àquele legado de libras 30 000 por testamento de meu irmão Luís, datado de 11 de Julho de 1785, mui natural é que, depois da minha morte, a câmara tenha a devolução, por serem bens vinculados. Dou e deixo aos meus parentes paternos, descendentes dos Smiths de Hornexers sobre o Pomer, a quem por muitas vezes tenho socorrido (segue os legados no valor de 13:400).

Dou e deixo à Sra. Maria Peurvarn 1 000:000 réis. A lady Chartidy Powers, 500:000 réis. A Guilherme Stephens Sun, 200:000 réis. A José Diogo Mascarenhas, réis 1 000:000, pela sua actividade em formar uma estrada pública para Coimbra. À viúva de António Roiz de Oliveira, cujos talentos, honra e amor pátrio tanto respeito merece, 800:000 réis. A Suzana Stephens Dubliae, 500 libras. A Tomaz Nash, 200 libras. À Sra. Harrison, 200 libras. Ao Sr. Luplan, 200 libras. A Guilherme Kemp Júnior e a Emília Stephens, a cada um 200 libras. A Cornélia Smith, 100 libras. Às irmãs do defunto ajudante do tributo subsidiário, João Bell, escudeiro, pelas suas amáveis qualidades, admirável comportamento durante todo o tempo da nossa amizade que tive com ele, 200 libras. A Tomaz Margrave, 300 libras e, como um sinal de apreço que dele faço por aquelas belas maneiras, benevolência e talento que logo nele conheci, assim que chegou a

Lisboa, o que agora acabo de verificar com a sua tradução da tragédia de D. Inês de Castro, composta por António Ferreira, a qual ele me dedicou como uma demonstração de querer perpetuar a minha memória. A João Richard, 100 libras. A Jayme Ronden, 80 libras. A Carlos C. Michel, 200 libras. A João Borness, 200 libras. A Richard Gordoll, 200 libras. Ao rev.^o Wiliam Holl, de Charter House, 200 libras. A Horatia Nelson, filha adoptiva e legatada à Nação Britânica pelo seu mais afamado comandante naval, 100 libras. Ao marechal general, lord Beresford, Marquês do Campo Maior, em consideração dos seus relevantes serviços a bem deste país, com perda de sangue nas campanhas para defender, seu grande valor, assim no gabinete como no campo da batalha, merecendo por isso alto louvor e minha admiração, dou e deixo a sua Exa., como sinal de minha lembrança, 500 souverings. À Sra. Phebe Bull, 100 libras.

A José de Sousa e Oliveira, pela sua assiduidade, constância, fidelidade e boa administração, 2 000:000 réis. Ao dito administrador, caixeiros, operários, trabalhadores e serventes, de qualquer espécie que sejam, empregados na Marinha Grande, a cada um deles, três meses de ganho, regulado este por aquele que venciam anteriormente à minha morte, como há-de constar do livro dos assentos.

Ao Provedor de Leiria, juiz conservador, 200:000 réis. Ao cónego Joaquim de Oliveira e Sousa, réis 400:000. Ao cura Bernardo de Sousa, 200:000 réis. Ao seu irmão, Manuel Joaquim de Sousa, 500:000 réis. A todos os meus caixeiros em Lisboa, dois anos de salário e, a todos meus criados, um ano de ordenado. À mulher de José Gaspar, 100:000 réis. A Diogo Bowness, pelo seu cuidado em me assistir e à minha família, nas ocasiões de moléstia, 1 200:00 réis. Às viúvas e órfãos, meus pensionistas, a continuação de suas pensões, enquanto viverem, assim como àquelas pessoas contempladas nas deixas de meu irmão Guilherme. A Stephens Lyne, filho de Guilhermina Augusta, cuja memória reverenceio, para ele possuir e conservar como relíquias de família o seguinte: (enumeram-se vários objectos de arte).

A minha cunhada, Sra. Maria Bryan Stephens, que se acha abastada de bens, deixados por meu irmão Luís, sem contar os de sua herança paterna, peço somente que queira aceitar cem moedas de ouro, para as empregar nalgum adorno que bem lhe parecer, e isto como um sinal de reverência e amizade, rogando-lhe que queira cultivar aquela amizade, até aqui mantida, entre as nossas duas famílias e suplicando que hajam de sustentar sempre a reciprocidade de bem-querença e benevolência, duma para a outra.

As duas grandes propriedades de casas, que tenho na rua das Flores, esquina de S. Paulo e beco dos Apostólos e que formam as duas frentes para um largo chamado o largo do Stephens, ambas elas com os móveis que contêm e aqueles que se acham na Marinha, assim como os materiais em bruto e vidros, eu os dou e deixo especialmente ao meu muito prezado e respeitável primo, Carlos Lyne, escudeiro, o qual, depois de pagar minhas dívidas e satisfazer todos estes meus legados, constituo e estabeleço por meu legatário universal, a fim de lhe facilitar a liquidação dos meus negócios e aliviar de trabalho e inquietação os meus sobreviventes, para que não tenham responsabilidade que venha perturbar os restos de seus dias, bem persuadido de que ele se há-de prestar com gosto em preencher religiosamente as disposições dos meus legados, e ordeno que o usual acolhimento desta casa seja continuado durante um ano depois da minha morte, e nomeio a ele Carlos Lyne, Diogo Borexman e Timóteo Soob, meus testamenteiros, para execução desta minha última vontade e testamento, que receberão, pelo seu trabalho em lugar de comissão, dois contos de réis cada um, e rendo minhas graças a Nosso Senhor por me ter concedido vida e saúde, esperando do mesmo Poderoso Senhor a sua benéfica misericórdia para dispor da minha alma, quando na sua presença para isso for chamado, rendendo-me com o coração contrito e intercepção do Nosso Muito Amado Redentor Jesus Cristo. Feito em Lisboa, em 24 de Maio de 1825. (a) JOÃO DIOGO STEPHENS.

Em codicilo ainda deixou mais legados, no valor de 4 000 libras e mais 400 000 réis em dinheiro.

João Diogo tomou conta da fábrica em 1802 e trabalhou com ela 24 anos; morreu em Lisboa em 11 de Novembro de 1826 e, por sua morte, a deixou à Nação Portuguesa. Passou a fábrica para posse do Estado por morte de João Diogo, em 1827, e a primeira ideia do Governo foi não aceitar o legado.

O Governo de então, que tinha por ministro da Fazenda o Conde de Sobral, Hermano, entretido com as reformas constitucionais, não se preocupou com a regularização da questão da posse e fornecimento da fábrica, a pontos de MR. LAYNE, que era encarregado da liquidação dos negócios da fábrica e da entrega ao Governo, declarar que fecharia no dia 23 de Maio de 1827, se o Governo não tomasse conta dela. Nessa ocasião,

sacta do Conde de Farrobo, que trabalhou com ele 20 anos, de 1827 a 1847.

Entre a empresa do Conde de Farrobo e Manuel Joaquim Afonso esteve a fábrica fechada, aproximadamente 2 anos.

Manuel Joaquim Afonso foi mais feliz do que a empresa Conde de Farrobo, nos resultados da fabricação; dois anos apenas decorridos desde a sua posse, pediu a prorrogação do contato por mais 10 anos, a começar do dia em que findara, em requerimento com data de 10 de Junho de 1850.

Apesar de empregar todos os seus esforços para a prorrogação do seu contrato, Manuel Joaquim Afonso e seu cunhado e sócio, José da Silva Virgolino, só conseguiram mais um ano. Foi grande a oposição que lhes moveu a imprensa da Capital e um panfleto intitulado «A fábrica da Marinha Grande e a renovação do contrato de 1848 com Manuel Joaquim Afonso», cuja cópia se encontra no relatório, [a] que acima me refiro, de 1859.

Apareceu em 1857 um competidor à fábrica, arranjado pelo delegado dos operários, José Bento Inácio Fernandes, mestre da música da fábrica, chamado João Rodrigues de Araújo que, não oferecendo caução ao Governo, este o não aceitou.

Resolveu o Governo, terminando o contrato provisório de mais um ano a Manuel Joaquim Afonso, proceder a um atento inquérito à fábrica, por portaria de 4 de Junho de 1859, mandando uma comissão composta de: João de Andrade Corvo, Sebastião Botamio de Almeida ⁸, relator, e Manuel José Ribeiro, [que] eram administradores da fábrica Guilherme Roovers, e o director técnico, Furtuoso ⁹ Raimundo da Fonseca. Chamo a atenção deste ¹⁰ relatório, feito por esta comissão, onde se encontra o depoimento de cada operário e outros documentos.

A este tempo, Manuel Joaquim Afonso também tinha uma outra fábrica de vidros, na Vieira, em laboração, propriedade sua, no lugar do Baracão, [para] onde foram daqui alguns operários trabalhar. Trabalhou Manuel Joaquim Afonso com a fábrica nacional 11 anos, que terminaram em 23 de Outubro de 1859.

Em 10 de Agosto de 1860, por anúncio publicado no DIÁRIO DO GOVERNO, andaram em praça por 40 dias as condições do contrato para arrendamento da fábrica, por prazo não excedente a 10 anos.

Por termo lavrado em 20 de Setembro de 1860, foi celebrado o contrato de arrendamento por 10 anos, a Casimiro José de Almeida; mas não garantindo ele as condições do contrato, nem oferecendo o fiador as necessárias garantias para segurança da Fazenda Nacional e regular a labo-

ração da fábrica, foi, com parecer do procurador geral da Fazenda, rescindido o contrato, depois de 2 anos de laboração, como consta da portaria de 27 de Outubro de 1862. No espaço de tempo entre a empresa de Manuel Joaquim Afonso e de Casimiro José de Almeida, de 1859 a 1860, esteve a fábrica fechada 1 ano e tanto, mandando o Governo abonar subsídio aos operários e, além disso, durante esse tempo alguns se empregaram nas carvoarias do pinhal nacional, na construção do caminho-de-ferro americano, da Marinha a S. Martinho do Porto, para a condução e embarque das madeiras do pinhal de Leiria para Lisboa. Fez-se sentir muito a falta de trabalho nesse tempo.

Em 28 de Outubro foi anunciado e andou em praça, por 60 dias, o contrato de arrendamento da fábrica por prazo de 20 anos, a contar de 1 de Janeiro de 1863, podendo ser prorrogado por mais 10 anos, mediante outras condições. Nessa ocasião veio à Marinha, ver a fábrica, Francisco Tomás dos Santos, que a não chegou a tomar de arrendamento, por resolver comprar a fábrica de vidros das Gaivotas, em Lisboa, que era de Manuel Joaquim Afonso e, nessa ocasião, foi posta em praça, não só a fábrica como todos os seus haveres, por ter perdido uma demanda que trazia no estrangeiro. Manuel Joaquim Afonso possuía fortuna, com que montou a fábrica de vidros na Vieira, lugar conhecido hoje pelo Barracão, que parou a laboração em 1848, quando arrematou a fábrica nacional e, ao mesmo tempo, também trabalhava com a das Gaivotas, chegando a mandar da fábrica da Marinha para Lisboa alguns operários, destacados de 3 em 3 meses.

Depois da empresa Casimiro José de Almeida, esteve a fábrica parada 2 anos e tanto.

Foi neste espaço de tempo que o Governo, pela segunda vez, declarou que, no caso de não haver quem tomasse de arrendamento a fábrica, a vendia.

Em 1864, no DIÁRIO DE LISBOA, n.º 7, de 11 de Janeiro, vêm publicados o anúncio e condições de arrendamento da fábrica, que foi arrematada, em 15 de Fevereiro do referido ano, por 30 anos, a Jorge Croft e ao comendador António Augusto Dias de Freitas (em 11 e 25 de Agosto de 1870, foram agraciados estes cavalheiros, o primeiro com o título de Visconde da Graça, o segundo com o de Visconde de Azarujinha. Vid. DIÁRIO DO GOVERNO, de 27 a 28 de Outubro) e ¹¹ morreu com o título de Conde de Azarujinha, em sua casa em Lisboa, Largo do Conde Pombeiro, n.º 6, no dia 13 de Fevereiro de 1904, com 74 anos de idade, e exerceu sempre o cargo de presidente do conselho da administração da empresa da Fábrica

ca Nacional de Vidros, militou na política regeneradora e, no seu testamento, deixou, entre outros legados, a quantia de 3 000:000 réis para uma caixa de socorros aos operários da nova fábrica; a sua fortuna era avultada.

Em 21 de Agosto de 1892, visitou a fábrica de vidros da Marinha El-Rei D. Carlos I e lhe foi feito o pedido para a prorrogação do contrato de 30 anos de arrendamento da fábrica, à mesma empresa que terminava em 6 de Janeiro de 1894, [o] que não foi atendido.

Antes 6 meses de expirar o contrato, para que os operários não sofressem grande interrupção de trabalho, foi a fábrica posta a concurso, como consta do anúncio publicado e condições no DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 23, de 30 de Janeiro de 1894.

Foi arrematada por 15 anos, em 10 de Março de 1894, pela parceria Bracourt, por 12 000:000 réis de renda anual, sendo disputada esta arrematação pela empresa transacta.

Expirado o prazo de 20 anos à empresa Conde de Azarujinha, a 6 de Junho de 1894, foi nesta ocasião que uma comissão de operários foi a Lisboa pedir ao Governo que, por sua conta, fossem postas de novo as cúpulas nas duas grandes oficinas de cristal, visto as que estavam ameaçarem ruína; era então ministro da Fazenda Mariano de Carvalho que, de pronto, ordenou que fossem postas de novo as cúpulas nas duas oficinas, com madeira fornecida gratuitamente pelo pinhal de Leiria, e que todas as despesas fossem feitas à custa do Estado. Como esse conserto levasse alguns meses, atendendo a isso, a boa vontade do silvicultor chefe da 3.ª Administração Florestal da Marinha Grande, Joaquim Ferreira Borges, conseguiu do Governo que os operários da fábrica, durante o tempo das obras, e sem trabalho, fossem para o pinhal, visto serem considerados como empregados dum estabelecimento pertencente ao Estado, tratando de limpezas dos aceiros, desbastes e guardas de ronda, em vista de estar próximo a estação do Verão, evitando assim os prejuízos de incêndios na mata e pela grande necessidade que havia dessa limpeza. Despendeu-se nesse serviço, pela verba das Obras Públicas e Matas, 19 400:000 réis.

Depois dum ano de laboração da parceria Bracourt, devido aos grandes encargos de renda anual, pediu este ao Governo a rescisão do contrato, que lhe foi dada em 1896, havendo um acordo entre este e o Governo. Foi posta novamente a fábrica em arrematação, como consta do anúncio publicado no DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 137, de 22 de Junho de 1896, e arrematada por 3 anos, em 20 de Junho do referido ano, e assinada a

escritura do contrato, em 3 de Setembro do mesmo ano, pela companhia da Nova Fábrica de Vidros, na Marinha Grande, por 2 005:000 réis de renda anual, que ficou denominada «A Companhia da Nacional e Nova Fábrica de Vidros da Marinha Grande», conforme os seus estatutos, publicados no jornal A VANGUARDA, de 3 de Fevereiro de 1901, data em que esta companhia fez a fusão com a Empresa Vidreira Lisbonense, de Braço de Prata, conforme a alínea b do artigo 3, dos referidos estatutos.

Foi em 3 de Fevereiro de 1901 que começou a figurar a firma Henry Burnay & C.^a.

Em seguida a esta fusão, foi nomeado administrador, só da Nova Fábrica – o que até aqui era das duas –, António de Magalhães Júnior, e da Nacional Guilherme de Orey, determinando logo o concentrar o fabrico de cristal para a Nova, e vidraça e artigos de iluminação para a Nacional.

A este tempo cessou a laboração da fábrica de Braço de Prata e veio de lá todo o seu pessoal trabalhar para a Nacional, num forno de 10 potes, que foi mandado construir, e barracão próprio para esse fim, ao norte das duas grandes oficinas de cristal, que passaram a depósitos, em vista do fabrico da especialidade desse pessoal ser de artigos de iluminação.

Pela portaria passada pelo Ministro da Fazenda, Matoso dos Santos, publicada no DIÁRIO DO GOVERNO, de 4 de Março de 1902, atenuou-se um grande conflito que se levantou entre a companhia arrendatária e os operários da Fábrica Nacional, que estavam ao abrigo dum contrato especial, enquanto estivessem trabalhando nesta fábrica e não noutra particular.

Passaram os operários do cristal e suas dependências, da Fábrica Nacional para a Nova, em conformidade dessa portaria, que lhes garantia as mesmas regalias, como se estivessem na Fábrica Nacional, em 16 de Março de 1902; e os operários de vidraça da Nova Fábrica para a Nacional, trabalhar num forno a tanque, construído em 1901 pelo fonalista vindo de Braço de Prata, Pedro Durão, francês, sobre o risco do administrador Guilherme de Orey, na grande oficina de vidraça, em frente do portão de entrada, que trabalhou 4 anos e teve meses de produzir 250 000 quilos de vidro: sendo 200 000 quilos em vidraça, 50 000 em garrafas, ladrilhos, frascos para conserva, etc..

Sem dúvida, o valor que actualmente tem esta Fábrica Nacional deve-se aos melhoramentos e obras que nela fez, como administrador que foi 3 anos, Guilherme de Orey.

O portão de ferro que dá entrada para a fábrica é antigo, o qual, segun-

do reza a tradição verbal, pertenceu ao antigo Tribunal do Santo Ofício, em Lisboa. No lugar em que se viam as armas reais portuguesas, que foram tiradas em 1902 pelo administrador de Orey, para dar saída às grandes galeras de vidro do forno a tanque, que se encontram em arrecadação na mesma fábrica, estava outrora o emblema sinistro da Inquisição, diz Eduardo Coelho, no seu livro *Passeios na Província*, fl. 183, quando visitou a Marinha Grande, em 1873 ¹².

Em 1904, depois 3 anos, foi nomeada uma nova gerência da companhia: Adolfo Burnay, gerente, e António de Magalhães Júnior, administrador técnico das duas fábricas, Nacional e Nova, saindo Guilherme de Orey da Nacional. Nova contradança com o pessoal, cada qual para a fábrica a que pertence, em 16 de Julho de 1905.

Trabalharam os operários da Fábrica Nacional na Nova Fábrica 3 anos e 4 meses, tempo da laboração do forno a tanque.

Novo conflito entre os operários da Fábrica Nacional e companhia arrendatária, por lhe darem um forno para trabalhar que tinha sido feito de propósito para artigos de iluminação, para o pessoal vindo de Braço de Prata, e não da sua especialidade, cristal, que, por essa razão, tinha a companhia requerido ao Governo essa transferência para a Fábrica Nova. (Não descrevo o que então se passou; não há falta de documentos, mas sim o dever que me impõe como operário).

Em substituição ao forno a tanque, que foi demolido em Agosto de 1905, para ser construído novamente em Braço de Prata, que de lá tinha vindo, foram construídos no lugar deste, sob o risco de António de Magalhães Júnior, dois fornos a gás de quatro potes cada, um para vidraça, que actualmente se encontram em laboração.

Por várias vezes houve conflitos entre operários da companhia arrendatária, conforme descrevem alguns jornais de Lisboa a questão, como O SÉCULO, n.º 8 540, de 6 de Outubro de 1905, e outros. Em vista disto, mandou o Governo, por portaria publicada no DIÁRIO DO GOVERNO, de 21 de Julho de 1905, uma comissão à Marinha Grande, encarregada de examinar e apreciar o modo como tem sido executado o contrato de arrendamento da fábrica, pela Companhia. A comissão era composta do Conde de Mangualde, Rodrigues Nogueira, e Pedro Roberto da Cunha e Silva que veio à Marinha em 22 de Julho de 1905.

Depois de 11 anos de laboração, foi rescindido o contrato de arrendamento da fábrica, em 21 de Agosto de 1907, conforme descreve o jornal O SÉCULO, n.º 9 219, de 22 de Agosto do referido ano, rescisão esta

que o Conde Burnay (*) assinou no Ministério da Fazenda, de acordo entre as duas partes, Governo e Companhia, evitando assim o direito que a Companhia podia ter em recorrer para o tribunal arbitral, segundo o artigo 20 das condições de arrendamento.

Foi posta a fábrica a concurso, conforme o anúncio e condições publicadas no DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 240, de 20 de Outubro de 1907, pelo prazo de 25 dias; e por não ter saído com exactidão essa publicação, foi novamente publicada no DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 242, de 26 do referido mês de Outubro de 1907, ficando deserta a praça no dia 18 de Novembro, do mesmo ano.

Pela segunda vez foi novamente posta a concurso no dia 5 de Janeiro de 1908, que também ficou deserta.

Terceira vez a concurso, no dia 1 de Junho de 1908, ficou deserta.

Quarta vez a concurso, no dia 1 de Julho de 1908, ficou deserta.

Tendo a fábrica sido posta a concurso pela 3.ª vez ¹³ e não havendo concorrentes, foi apresentada em cortes uma proposta de lei, autorizando o Governo a contratar com a Sociedade Cooperativa A VITRIFICADORA, de responsabilidade limitada, dos operários da mesma fábrica, criada por estes operários para lhes servir no futuro, conforme seus estatutos publicados no DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 163, de 24 de Julho de 1899, para o arrendamento por 30 anos, em harmonia com as bases de licitação publicadas juntas à proposta de lei no DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 191, de 27 de Agosto de 1908, onde vem a história desta fábrica. Proposta esta que ficou sem efeito. A cooperativa A VITRIFICADORA pouco se desenvolveu, devido à grande crise de trabalho que nessa ocasião passou. Hoje está em liquidação.

Constando aos operários que o Governo, presidido pelo Sr. Ferreira do Amaral, pensava em vender a Fábrica Nacional, foi uma comissão de operários a Lisboa, pedir ao presidente do conselho espera por mais dois meses, tempo para estes operários verem se podiam arranjar quem tomasse de arrendamento a fábrica, no que foram atendidos.

Mandaram os operários um seu delegado, Silvério José de Oliveira, a Oliveira de Azeméis, pedir ao sr. António de Bastos Nunes que, por si e seus amigos, tomassem de arrendamento a fábrica, que os operários estavam nas melhores das intenções de os ajudar em tudo que pudessem. Em

(*) Faleceu a 29 de Março de 1909, cujo testamento foi publicado em vários jornais: O MUNDO, n.º 3.019, de 31 de Março do referido ano.

seguida foi ao Porto o Sr. Nunes, com o delegado dos operários, apresentar esta proposta aos seus amigos, o que foi aceite.

Modificadas, em parte, as condições do arrendamento, por vezes publicadas noutros concursos, e organizada a companhia, devido aos esforços e boa vontade do Sr. Nunes, pôs o Governo a fábrica novamente a concurso, como consta do anúncio e condições publicadas no DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 198, de 4 de Setembro de 1908.

Foi a fábrica arrematada por 19 anos, em 16 de Setembro de 1908, por António de Bastos Nunes, de Oliveira de Azeméis, e pela companhia que organizou, composta de Francisco Xavier Esteves, Júlio Vieira da Cruz, Sebastião Aguiar, António Ferreira de Freitas e outros, assinando a escritura do contrato, no Ministério da Fazenda, em 25 de Setembro do mesmo ano.

Paga de renda anual 765:000 réis em Leiria, em duas prestações, e pelas condições de arrendamento dá o Estado à companhia arrendatária, anualmente, 15 000 esteres de lenha do pinhal de Leiria, pelo preço de 51 réis, cuja importância de 765:000 paga a companhia à repartição das Matas; pelo preço da tabela actual, 720 réis o estere, por este preço, vendida a particulares, rendia pelo menos 10 800:000 réis. Tendo a seu favor, anualmente, 10 035:000 réis, não contando com o direito de todos os cepos de árvores cortadas no pinhal, pelo preço de 10 réis cada um, etc..

Foi a entrega, oficialmente, da fábrica feita pelo delegado do Tesouro de Leiria à nova companhia, no dia 5 de Outubro de 1908, que não se conformou com o valor do inventário, em parte, e reclamando ao Governo, este mandou novamente proceder à avaliação de alguns edifícios, sendo modificado, em parte, o valor do inventário.

Os estatutos da companhia foram publicados no DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 264, de 20 de Novembro de 1908, ficando a fábrica girando seus negócios sobre ¹a a firma: A EMPRESA EXPLORADORA DA ANTIGA FÁBRICA NACIONAL DE VIDROS DA MARINHA GRANDE – SOCIEDADE ANÓNIMA – RESPONSABILIDADE LIMITADA.

Em seguida, foi dado trabalho aos operários que não o tinham em parte alguma, 3 dias por semana, em arrumações de lenha e outros serviços de limpezas, etc., até começarem as suas respectivas oficinas em laboração. Começando a laboração de vidraça em 8 de Março de 1909 e, o cristal, em 14 de Junho do mesmo ano.

Foram pela primeira vez reformados os estatutos desta companhia,

um ano depois, elevando o capital, que era de 60 contos, a 100, e mudou a sua sede, que era no Porto, para Lisboa, cuja direcção dos corpos gerentes ficou composta de Xavier Esteves, António Ferreira de Freitas, Sebastião Aguiar e Júlio Vieira da Cruz.

Convidando para administrador técnico o engenheiro Ricardo Lopes da Cruz que, um ano depois, foi substituído por Albano Augusto Nogueira de Sousa e outros.

O actual administrador técnico e compositor de vidro é alemão, Wenzel Hermanek, que foi contratado pela presente empresa na Alemanha, para vir montar as máquinas aperfeiçoadas e modernas que hoje se encontram nesta fábrica, compradas à casa onde era empregado.

Não resta dúvida que a empresa actual introduziu, nesta fábrica, aperfeiçoamentos mecânicos modernos, tais como: novas máquinas automáticas que mandaram vir da Alemanha, uma para fazer 4 facetas de cada vez, uma para gomos a 2 peças, por cada vez, uma para Guiloche a 2 peças de cada vez; uma de boiler, para fazer fundos a copos e polir, uma para cortar 4 a 6 mil chaminés por dia, e uma de queimar obra na boca, a REBRULER rotativa, de 24 peças de cada vez; em copos pode queimar 8 000 e chaminés 5 000 por dia (iluminada a luz eléctrica; instalação feita em Junho de 1912, pelo actual administrador).

Estiveram estes operários sem trabalho desde o dia 5 de Outubro de 1905 (dia em que foram a Leiria, pedir ao governador civil para interceder, junto do Governo, para fazer cumprir o contrato à empresa arrendatária). Por este motivo, a companhia os despediu e foram substituídos pelos operários da Fábrica Nova, que era da mesma empresa até à data da rescisão, em 21 de Agosto de 1907, [há] 3 para 4 anos. Motivo do último conflito, a ida a Leiria de todo o pessoal, em 5 de Outubro de 1905, conforme expõe a questão o jornal O SÉCULO, n.º 8 540, de 6 de Outubro, 8 541, de 1905. Em todos estes conflitos, abertos entre a companhia arrendatária e os operários, esteve tropa na Marinha, sem ter havido sequer o mais pequeno desacato.

Esteve a fábrica fechada um ano, desde 21 de Agosto de 1907 até 5 de Outubro, data da entrega oficial à actual empresa, que tem ao seu serviço 250 operários, aproximadamente.

Durante o tempo que estes operários estiveram sem trabalho, foram grandes as suas privações e a Marinha sofreu uma grande crise; foram distribuídos, pelos operários, 5 000:000 de réis que a companhia tinha depositado de caução, conforme o contrato de arrendamento, e vários donati-

vos, subscrições e benefícios da Nazaré, Leiria e Vieira e outras povoações vizinhas.

Foi triste e grande a romaria nos dez dias que os operários e suas famílias estiveram às portas do Governo Civil em Leiria, em Maio de 1908, pedindo providências ao Chefe do Distrito sobre a desgraçada e tão demorada questão da fábrica, e acompanhados de seus filhos a chorar, sem pão, com fome, quando a fome é tão má conselheira quando bate à porta... que não podiam por mais tempo viver de ilusões e evasivas respostas do Governo.

Pondo de parte o dever de quem escreve este livro, direi ser um dos quadros mais tristes que nele tomei parte. O governador civil de então, Soares Cardoso, Visconde do Marco, com toda a atenção, deu de pronto as providências necessárias, deu donativos, em dinheiro, para comida aos operários, que retiraram muito gratos pela maneira como foram tratados pelos habitantes de Leiria. Alguns dias lhes foi fornecida comida do rancho, pelo quartel de Infantaria 7, em Leiria.

Os deputados pelo Distrito não descuraram do assunto, conseguiram do Governo abrir trabalho para os operários, na estrada projectada e aprovada há anos, a macadame, da Marinha à Nazaré, por Pataias, onde foram empregados quando retiraram de Leiria, a britar cascalho, que ainda hoje está por empregar, e o Governo gastou nesse serviço 1 500:000 réis, sem que até hoje tivesse dado começo à sua construção.

Outros operários conseguiram arranjar trabalho provisório, noutras fábricas em laboração: Nova, A. Morais, Central, Santos Barosa, Ricardo dos Santos Galo, Guilherme Pereira Roldão, e sementeiras nas matas, etc..

Vários jornais se ocuparam da questão, um deles, que descreve bem o que então se passou, um dos seus repórteres, de propósito, veio a Leiria e assistiu ao triste e comovente espectáculo, quando os operários ali foram: foi o DIÁRIO DE NOTÍCIAS, n.º 15 249, de 4 de Maio de 1908.

A indústria vidreira nestes últimos anos, no nosso país, tem atravessado grande crise, de que a Marinha Grande só vive, devido à grande concorrência do seu fabrico. A Marinha tem hoje 7 fábricas de vidraça e cristal, havendo muitas outras em diversos pontos do país.

Se não fosse a exportação para as nossas colónias, tornava-se a produção superior ao consumo. Os dados oficiais colhidos, sobre a importação do vidro no nosso país, levam-nos ao seguinte resultado: em 1909, foi no valor de 430 contos; em 1910, de 444 contos! Diminuindo as moda-

lidades do vidro importado, chega-se à conclusão de que todos se podem fazer dentro do país.

O cálculo, feito este ano, do consumo de vidraça no nosso país é de 2 500 000 quilos. O preço mínimo nestes últimos anos tem sido de 90 réis o quilo, sujeito a vários descontos que cada industrial quer fazer aos seus fregueses.

Depois duma luta desleal entre os industriais deste ramo, no preço da venda em que os operários são os mais sacrificados na mão-de-obra, acordaram e formaram entre si um conluio, por 5 anos, elevando o preço da vidraça a 150 réis o quilo; formando um quadro de todo este pessoal de vidraça garantido, para assim evitar a montagem de outras fábricas, contrato este que foi assinado em 11 de Maio de 1911 e entrou em vigor em 1 de Junho do mesmo ano, que se prevê não se prolongar, pela montagem de algumas fábricas deste ramo, pelo preço convidativo de venda.

Suponho que, para lembrança dos serviços feitos ao país pela família Stephens, cuja habitação em Lisboa era na parte mais larga da Rua das Flores, próximo à Rua de S. Paulo, é que o Senado resolveu que se desse àquele largo o nome de Stephens, que ainda hoje conserva.

Foi combatido o monopólio do vidro, que alguns industriais tentaram forjar, conforme os artigos publicados no jornal O SÉCULO, [que] fez alarme em 1 de Março de 1901, de 16 de Abril e 5 de Maio do mesmo ano. Pelos operários da antiga Fábrica Nacional, em 28 de Abril de 1898, foi a Lisboa uma comissão dos mesmos operários, apresentada pelo seu patrício, dr. José Taibner de Moraes, que entregaram a S. Majestade El-Rei D. Carlos I um protesto, coberto com 3 000 assinaturas, que foi atendido.

Passaram os terrenos da antiga Fábrica Nacional e bastios, semeados pela empresa Conde de Azarujinha, dos Casais de Malta e Lebre, em 1898, conforme o § único do artigo 7, das condições do contrato de arrendamento, publicadas no DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 137, de 22 de Junho de 1896, para posse do Estado, sobre a administração das Matas em 25 de Outubro de 1907.

A vinha da cerca da fábrica foi metida pela Parceria Bracourt em 1894 e deu, nos primeiros anos, 60 a 70 pipas de vinho.

Pouco tempo depois da proclamação da República, o Governo Provisório decretou que a conhecida Fábrica Real passasse a denominar-se Antiga Fábrica Nacional de Vidros da Marinha Grande ¹⁵.

(PARA FAZER VIDRO)

É por meio de certas e combinadas dosagens de vários ingredientes, próprios à cor que se deseja, em regra ao total de quilos que leva cada cadinho, mistura feita à pá em caixas abertas de madeira, que depois passa para os cadinhos, directamente, que estão dentro do forno, de 2 a 3 enfornas, para assim facilitar a fusão. Passado horas, conforme o grau do calor do forno, assim é feita a fusão, tornando-se em líquido, para produzir vários artefactos de vidro, em cristal ou vidraça, em cores.

A combinação destes ingredientes, escolhidos para fazer o vidro que se deseja, depende da prática ou estudos químicos, conforme diversos tratados, para fazer vidro.

As matérias-primas, para fazer vidros de várias cores, são: areia francesa, areia de S. Pedro, areia da Barosa, composição de Baryt, soda Solvay, sulfato de soda, sulfato de cobre, salitre, nitrato de potassa, nitrato de soda, potassa, zarcão, calcário, cloreto de cobre, óxido de zinco, óxido de cromo, óxido de cobre, óxido de ferro, óxido de urânio amarelo, óxido de níquel preto, óxido de níquel verde, óxido de cobalto, óxido de estanho, manganês purificado, manganês ordinário, sulfureto de antimónio, bicromato de potassa, cromato de potassa, enxofre, pirite de ferro, arsénico, chylolith, feldspato, spato fluor, asbestine, sulfato de alumínio, bórax moído, alumina calcinada, casco, combustível, barro nacional, barro alemão e carvão de coque.

CAPÍTULO III

Os estragos da Invasão Francesa na Marinha Grande. O concelho da Marinha. A visita de D. Maria II. Os grandes festejos do centenário do Marquês de Pombal. Visita do príncipe D. Luís Filipe. Visita de D. Maria Pia. Visita de El-Rei D. Carlos e sua família. Caminho-de-Ferro Americano. Estaleiro para injeção de postes. A Fábrica de Ferro.

OS ESTRAGOS DA INVASÃO FRANCESA

A população da Marinha Grande passou por uma horrível provação, quando as tropas francesas invadiram Portugal.

As tropas francesas, que passaram pela Marinha Grande, assolaram o campo e o pinhal, destruíram o teatro da fábrica de vidros e danificaram a própria fábrica; os edifícios, utensílios e terras anexas foram por Junot sequestrados, e tirados os privilégios que eram dados à Fábrica Nacional de Vidros e, como Guilherme Stephens pretendesse opor-se a essa resolução, foi preso e só passados 4 meses e 11 dias foi restituído à liberdade, com a cláusula de se apresentar às autoridades todas as quinzenas.

Mataram 74 pessoas (Vide MEMÓRIAS DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS, tomo V, pág. 258 e seg. ¹). Deitaram o fogo a uma capela, que havia dentro do parque do Engenho, onde aquela gente ouvia missa, que tinha capelão pago pelas Matas. Expulsos os franceses, em 1811, foi reconstruída a fábrica, que recuperou todos os seus antigos privilégios, que lhe foram prorrogados por mais 20 anos.

Foi dolorosa a impressão que este facto causou e, tal o medo de que ficaram tomados os habitantes, que mais de 100 emigraram para outros pontos do Reino, deixando inteiramente as casas à mercê dos invasores.

Agravada pelo terror, a epidemia de cólera, que nesse tempo lhe chamavam a febre amarela, que também afligiu o lugar da Marinha, por

ocasião da invasão francesa, produziu mais de 800 vítimas. Por ser curioso e ignorado de muitos, apresento uma nota que mostra a diferença indicada de 1811 para 1812.

De um para outro ano, a Marinha contava menos 1 053 habitantes que, em notas do tempo, figuram deste modo:

Mortos pelos franceses	74
Mortos pela epidemia	879
Emigrados	100
	<hr/>
<i>Soma</i>	1 053

Em 1854, 32 anos depois, é que a população tornou a chegar ao seu antigo desenvolvimento.

O CONCELHO DA MARINHA GRANDE

A Marinha Grande foi cabeça de concelho na nova organização administrativa, pelo decreto de 6 de Novembro de 1836, publicado no DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 283, de 29 de Novembro do referido ano (*), com as freguesias limítrofes, ao norte, Vieira, Carvide e Monte Real, e sul, Maceira e o lugar da Moita, da freguesia de Pataias, apenas com 1 279 fogos. Deu-lhe esta autonomia D. Maria II, depois de uma visita que fez à Marinha Grande; devendo-se em parte ao tenente-coronel de Engenharia, Frederico Luís Guilherme de Warnhagen, administrador das Matas nesse tempo, pela sua influência junto à corte, conseguiu que fosse criado o novo concelho, compreendendo os povos junto às Matas.

Esteve este concelho alguns meses sem ser feita a sua instalação e fizeram os povos da Marinha Grande uma representação, reforçando e pedindo para que se efectuasse a instalação da Câmara, em conformidade com o parecer interposto pelo procurador geral da coroa, sobre a dita representação, que fez baixar a portaria de 17 de Agosto, publicada no DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 196, de 12 de Agosto de 1837.

Foi em seguida organizada uma comissão instaladora do novo concelho, que apenas funcionou pouco mais de 6 meses.

(*) Encontra-se na *Legislação Portuguesa. Coleções de leis e decretos, providências regulamentares*, de 1836.

No DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 93, de 17 de Abril ² de 1838, § 16, vem publicado o decreto em que diz: «O concelho da Marinha Grande, no Distrito Administrativo de Leiria, será eliminado e as freguesias anexas ao concelho de Leiria ³ (Na *Legislação portuguesa de 1838. Coleções de leis e outros documentos oficiais*, fl. 166).

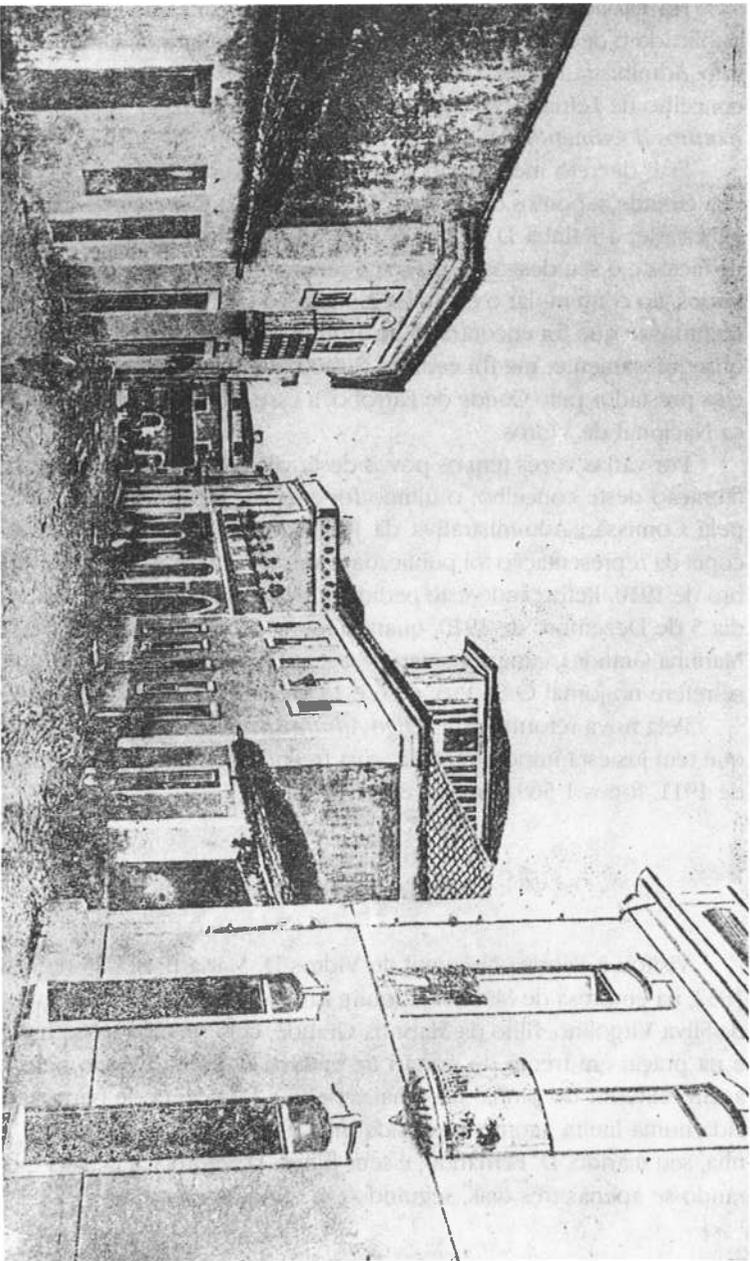
Este decreto inesperado surpreendeu deveras a povoação da Marinha Grande, a pontos de fazerem uma nova e extensa representação a Sua Majestade, a Rainha D. Maria II, expondo-lhe uma numerosa exposição de factos e o seu desgosto, mágoa e sentimento de que se achavam penetrados, ao contemplar o efeito da eliminação deste novo concelho. Documento este que foi encontrado no arquivo da repartição das Matas e que, obsequiosamente, me foi cedido. Neste documento se refere aos benefícios prestados pelo Conde de Farrobo, a esse tempo empresário da Fábrica Nacional de Vidros.

Por várias vezes têm os povos desta vila pedido aos Governos a restauração deste concelho; o último foi em 7 de Novembro de 1910, feito pela Comissão Administrativa da Junta de Paróquia Republicana, cuja cópia da representação foi publicada no jornal O MUNDO, de 15 de Novembro de 1910. Reforçando este pedido, a povoação desta laboriosa vila, no dia 5 de Dezembro de 1910, quando foram a Lisboa em excursão (só da Marinha Grande), cumprimentar o Governo Provisório da República, como se refere no jornal O SÉCULO, de 6 e 12 de Dezembro de 1910.

Pela nova reforma do *Código Administrativo* se espera o concelho a que tem jus esta importante vila, cuja freguesia tem, em 31 de Dezembro de 1911, fogos 1 568, almas 6 897.

A VISITA DE D. MARIA II

Visitou a Fábrica Nacional de Vidros D. Maria II, em 25 de Maio de 1852, na empresa de Manuel Joaquim Afonso e seu sócio e cunhado, José da Silva Virgolino, filho da Marinha Grande, cujo prédio da sua habitação é na praça, em frente do portão de entrada da fábrica. Veio pelo norte, aceiro exterior do pinhal nacional, visitou a fábrica, onde pernitoiu, trazida numa liteira acompanhada de uma escolta militar, Duque de Saldanha, seu marido, D. Fernando, e seus filhos, D. Pedro V e D. Luís I, demorando-se apenas três dias, seguindo em direcção à Nazaré.



Rua Marquês de Pombal

OS GRANDES FESTEJOS DO CENTENÁRIO DO MARQUÊS DE POMBAL

Tiveram lugar em 6 e 7 de Maio de 1882, dias em que a Marinha Grande se vestiu de gala, e com a maior pompa festejou o centenário do grande Marquês de Pombal.

Uma das maiores festas que nestes últimos tempos se têm feito na Marinha (nela tomei parte). Operários, comércio e indústria, a Marinha Grande prestou com o devido respeito essa homenagem de dívida e gratidão, à memória desse grande estadista, a cuja rasgada e eficaz iniciativa a indústria vidreira da Marinha Grande deve a sua crescente prosperidade.

Foi esse grande homem que, pelo amor que tinha às indústrias do seu país, abonou dos cofres do Estado a Guilherme Stephens 32 000:000 réis para a construção desse grande edifício, a que hoje é conhecida pela Antiga Fábrica Nacional de Vidros.

Foi nesse dia levantada uma estátua, com a data da fundação da fábrica, no salão de entrada do palácio, pela companhia arrendatária da fábrica, nesse tempo Conde de Azarujinha, que concorreu quanto pôde para dar todo o brilho a esta festa, saindo da fábrica o cortejo cívico. Nessa estátua se via a figura em relevo do Marquês de Pombal, que mais tarde foi retirada quando a fábrica passou à parceria Bracourt. É difícil descrever o brilho que a Marinha deu a esta festa e a impressão que causou a muita gente que, de fora, veio assistir a ela, cujo programa e descrição foram publicados no JORNAL DO COMÉRCIO DE PORTUGAL, n.º 862, de 12 de Maio de 1882, de que era director João Crisóstomo de Milício.

VISITA DE EL-REI D. CARLOS E SUA FAMÍLIA

Visitou a Antiga Fábrica de Vidros, a convite do Conde de Azarujinha, em 21 de Agosto de 1892, a família real portuguesa: El-Rei D. Carlos I e sua esposa, D. Amélia, o Infante D. Afonso, Ministro das Obras Públicas e seu secretário, dignatários da corte de serviço e vários cavalheiros, conselheiros e deputados, entre eles Jaime da Costa Pinto, João Alves Bebião e o hábil caricaturista, director da fábrica da louça das Caldas da Rainha, Rafael Bordalo Pinheiro ⁴ e outros.

Chegaram no comboio das 10 e 45 minutos da manhã à estação do

caminho-de-ferro da Marinha, onde os aguardava muito povo e, em número de 30 trens, se dirigiram à igreja, sendo em seguida celebrada uma missa pelo Bispo Conde de Coimbra que, para esse fim, veio assistir à recepção. Visitou em seguida a Antiga Fábrica Nacional de Vidros; foram aí recebidos pelo Conde de Azarujinha, Visconde da Graça e uma banda de música da Nazaré, pois que os músicos operários da fábrica tinham trabalho para mostrar, nas suas respectivas oficinas, a El-Rei.

Depois de visitar as oficinas da fábrica, visitou o edifício da resina-gem, que é do Estado, acompanhado pelo seu Director Fiscal, José Pires de Albuquerque, voltando ao palácio da fábrica de vidros, que lhe serviu de aposento, onde foi servido um lanche. A baixela riquíssima, que serviu, foi a que a fábrica possui e a que serviu a última vez na ocasião da visita a D. Maria II.

Em seguida se apresentou uma comissão, composta de José Ferreira Custódio Júnior, Gervásio da Silva Neto, Conselheiro Joaquim Taibner de Moraes, filho da Marinha Grande (*), que agradeceram a visita, pedindo e mostrando a conveniência da localidade e povoações circunvizinhas verem restabelecido o seu antigo concelho, criado por carta de lei de 6 de Novembro de 1836.

Foi desta visita que El-Rei D. Carlos, dias depois, elevou a Marinha Grande à categoria de vila e agraciou, com a comenda de Cavaleiro da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, pelo seu mérito artístico, António de Magalhães Júnior, administrador técnico da fábrica, João José de Magalhães, operário florista, Joaquim de Oliveira, operário lapidário, Floriano Trayer, oficial de vidraça, Joaquim Matias Pedrosa e Severiano Matias, oficiais de cristal.

A VISITA DO PRÍNCIPE D. LUÍS FILIPE

Acompanhado do Capitão Mouzinho de Albuquerque, visitou a Antiga Fábrica Nacional de Vidros o Príncipe D. Luís Filipe, em 23 de Outubro de 1899, e lhe foi oferecida uma espada de vidro, feita pelo operário José Moraes Matias, oficial do cristal.

(*) Foi Governador Civil no Porto, na ocasião da revolução de 31 de Janeiro de 1891, cujo prédio é um dos mais bonitos que está nesta terra, largo D. Dinis, onde habita sua família.

Deu o Príncipe um donativo de 30:000 réis, para o Montepio dos operários, da mesma fábrica.

Este Príncipe e seu pai, El-Rei D. Carlos I, foram mortos na tragédia do Terreiro do Paço, em Lisboa, em 1 de Fevereiro de 1908, conforme descreve a história.

A VISITA DE D. MARIA PIA

De passagem no caminho-de-ferro, para Leiria, desembarcou na estação da Marinha, inesperadamente, a Rainha D. Maria Pia, em Agosto de 1902, visitando apenas a Nova Fábrica de Vidros, próxima à estação do caminho-de-ferro, demorando-se 3 horas.

CAMINHO-DE-FERRO AMERICANO

O caminho-de-ferro americano, com que se dotou a Marinha Grande para facilitar a condução dos produtos do pinhal de Leiria ao porto de S. Martinho, era propriedade do Estado; começou-se a sua construção em 1859 e concluiu-se em 1864. Nesta construção despendeu-se, salvo erro, mais de 155 000:000 de réis, aproximadamente, o que se havia contratado com uma companhia espanhola, cujo contrato foi rescindido antes de terminar o caminho.

A circulação nesta linha fazia-se em todos os dias úteis da semana. Um comboio partia de S. Martinho do Porto, às 8 horas, e o de Pedraenes às 9 horas da manhã, gastando o primeiro 8 horas de trânsito e o segundo 6 horas. Os comboios eram em geral de 10 vagons, sendo apenas um fechado para condução de passageiros.

Por várias vezes havia descarrilamentos nas descidas, ocasionando algumas desgraças, por atravessar o centro da Marinha, cujo leito ainda hoje se vê, em frente da antiga Fábrica Nacional de Vidros.

Conduzia areia, para vidro, da Martingança, que descarregava ao portão da mesma.

Nas subidas eram puchados por algumas juntas de bois; trabalhou sempre por conta do Governo.

Os edifícios das 2 estações, um à entrada da vila, lado do sul, e hoje

propriedade particular, e o de Pedreanes, [que] está em poder das Matas, servindo de habitação aos guardas do pinhal.

Terminou a sua circulação quando começou a construção do caminho-de-ferro do Oeste, de Lisboa a Torres e Figueira da Foz, que a companhia comprou e aproveitou parte deste leito; e o resto está sendo vendido hoje aos bocados, aos proprietários com quem confronta.

FÁBRICA DE FERRO

Aos 6 dias de Março de 1866, a uns 2 quilómetros da Marinha, no sítio de Pedreanes, foi inaugurado um alto-forno, construído segundo o sistema moderno, obra colossal de tijolo e ferro, em que se aproveitava o ar, calorificando-o por meios mecânicos, elevando-se a temperatura a 700 graus. Trabalhava com 2 máquinas, de força de 30 cavalos, e calculava-se que daria por semana 80 toneladas de ferro. Esta empresa pertencia à «Companhia de Ferro e Carvão de Portugal, Limitada», cujos representantes eram os Srs. J. Croft, Visconde da Graça e Dias de Freitas (Visconde de Azarujinha), então proprietários da Fábrica Nacional de Vidros, e o Duque de Saldanha, que assistiram a esta festa imponente. Festa industrial, com o esplendor adequado à alta posição e abastança das pessoas que nela tinham o primeiro lugar; e assim, de Leiria como de Lisboa, assistiram muitos representantes da imprensa. Estiveram representados os seguintes periódicos: GAZETA DE PORTUGAL, DIÁRIO DE NOTÍCIAS e NAÇÃO. O Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas de Lisboa também ali teve representação, na pessoa do então seu presidente, Francisco Vieira da Silva (falecido aos 10 de Junho de 1868), altos funcionários e outros cavaleiros, convidados, que cantaram a solenidade com as cores mais brilhantes, dando ao quadro tons de embelezamento e simpatia. Vide, além de outros, os artigos minuciosos que publicaram: GAZETA DE PORTUGAL, n.º 986, de 9 de Março de 1866; REVOLUÇÃO DE SETEMBRO, n.º 7 124, do mesmo dia (artigo de Vieira da Silva); COMÉRCIO DO PORTO, n.º 54, do mesmo dia, e muitos outros.

Ainda hoje existe simbolizada a grande chaminé; trabalhou por 2 vezes, com um intervalo. Não tirou resultados alguns e teve que parar a laboração, porque do pinhal nacional não forneciam o combustível necessário, pelo risco que podia, de futuro, sobrevir a esta mata ⁵.

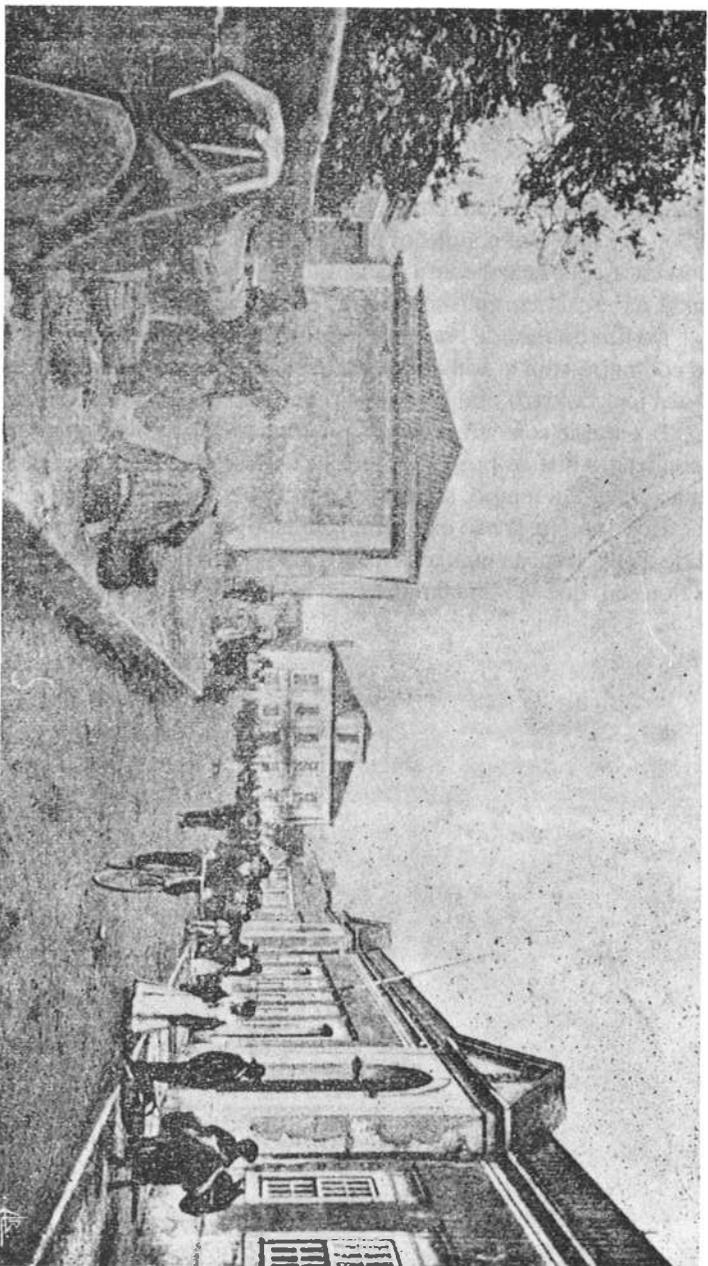
O ESTALEIRO PARA A INJEÇÃO DE POSTES

Este estaleiro, para injeção de postes pelo sistema Boucherie, foi construído em 1864, pelo Estado, sobre a Administração das Matas, em Pedreães. Tinha-se em vista satisfazer as necessidades da Administração Geral dos Telégrafos, que parecia dever fazer importantes aquisições de postes injectados e, com efeito, se aprestara tudo para produzir 12 000 a 15 000 por ano, em condições favoráveis; mas, não sabemos porque circunstância, foi exactamente a Administração dos Telégrafos a que não consumiu na escala em que se tentava, e isto causaria decerto grave perda.

No fim do mês de Novembro de 1870, a Administração dos Telégrafos contratou com a Administração das Matas um fornecimento anual de postes injectados, o que reanimou o trabalho do estaleiro.

Fez-se este contrato, segundo as informações que tivemos, por se haver reconhecido que os postes fornecidos da Marinha Grande eram superiores aos que, em tempo, se pediam à indústria espanhola.

Hoje, porém, já não existe em Pedreães senão o recinto vedado, com grade de madeira, à entrada da mata, lado norte da guarda, à beira da estrada florestal, que vai da Marinha para a Vieira.



Praça Stephens – Edifício da Resinagem

CAPÍTULO IV

Fábrica de Resinagem, A Nova Fábrica de Vidros, Fábrica de Vidros «A Central», Fábrica de Vidraça A. Moraes & C.^ª, Fábrica de Vidraça de Santos Barosa & C.^ª, Sucessor, Fábrica de Sulfato de Sódio, Fábrica de Vidraça de Ricardo dos Santos Galo, Canalização das águas da Embra, Teatro Central e Fábrica de Guilherme Pereira Roldão.

A FÁBRICA DE RESINAGEM

É um edifício espaçoso, com bonita frente para a praça do Stephens, onde noutros tempos se fazia o depósito do vidro da Antiga Fábrica Nacional, de que apenas havia uns barracões.

Começou a sua nova construção em 1859; tem comodidades e condições para os fins a que se destina, e de segurança, para poder-se rapidamente atalhar qualquer incêndio, o que é perigosíssimo em estabelecimentos de tal ordem, e no centro da vila.

Esta fábrica, de produtos resinosos, é propriedade do Estado e está sob a dependência da Administração das Matas.

A indústria não é antiga entre nós; os seus primeiros ensaios foram em 1822 e, os segundos, em 1838, em modestas condições, na administração do Coronel Warnhagen que se esmerou na construção primitiva.

Este estabelecimento desde 1859 foi dirigido por Bernardino José Gomes, a quem se deve a combinação do modo prático de extrair e utilizar os produtos do pinheiro. Empregado honrado, mas obscuro, da Administração das Matas, esse homem conseguiu celebrar-se por essa ordem de trabalho, em que soube alcançar distinções oficiais e louvores de todos os homens de boa vontade e de alguns que têm nome distinto na ciência. Tendo feito, particularmente, as suas experiências e apresentando o resultado delas, o Governo animou estas disposições e mandou-o estudar nas fábricas estrangeiras. Os resultados foram óptimos.

Começando a edificar novamente a fábrica, com aperfeiçoamentos modernos que ainda se encontram, em 1859, esta pode servir de modelo às mais bem organizadas. Havia vinte e tantos tanques de depósito da gema vinda do pinheiro, para compor; oficina de destilação, 2 grandes fornos com caldeiras, ragusenos para o fabrico de pês e alcatrão, depósitos dos instrumentos de operações, depósito para aguarrás, escritório e outras dependências, que hoje pelas companhias arrendatárias têm sofrido modificação.

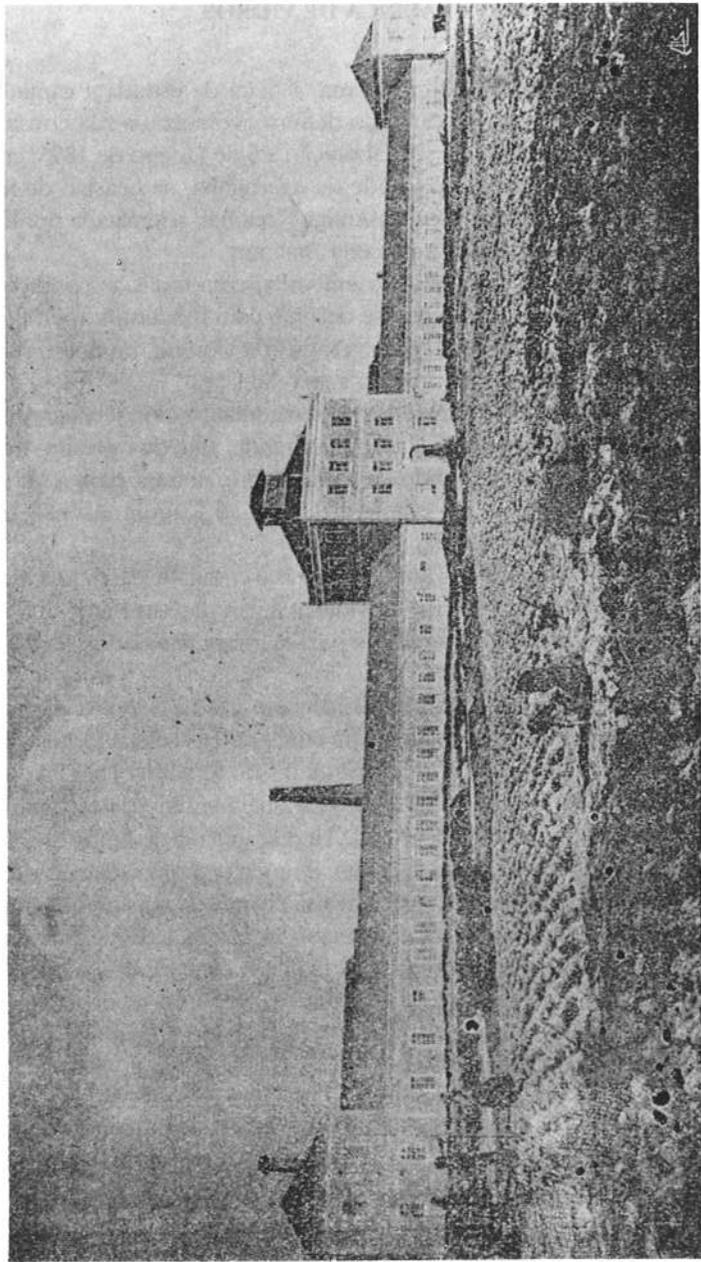
Sobre o edifício há ainda hoje um grande depósito de água, alimentado por um poço artesiano, para a rápida extinção de incêndios, com 2 bocas de incêndio, em frente do edifício, onde está hoje instalada a corporação de Bombeiros Voluntários desta vila.

Enquanto trabalhou por conta do Estado, sobre ¹ a administração de Bernardino José Gomes, não deu prejuízo ao Governo, mas depois da morte deste honrado cavalheiro, o Estado a tem arrendado a várias companhias, para exploração dos mesmos produtos, com prazo de 3 anos; hoje, seu actual arrendatário [é] Sebastião Tuler & C.^a, [empresa] espanhola.

Estão muito acreditados no estrangeiro os produtos desta fábrica.

As distinções, concedidas particularmente a esta fábrica, têm sido: na Exposição Industrial do Porto, de 1861, medalha de prata; na Exposição de Londres, de 1862, medalha com louvor; e na Exposição de Paris, de 1867, medalha de prata, como cooperador, uma das maiores distinções que se podiam conceder a um laborioso e talentoso industrial, ao director da fábrica, Bernardino José Gomes (vid. o livro MEMÓRIAS HISTÓRICO-ESTATÍSTICAS, de Brito Aranha, pág. 183 a 189) ². Hoje só fabrica pês e aguarrás, por meio de máquinas modernas, da referida companhia arrendatária.

Depois da morte de Bernardino José Gomes, foi nomeado director da fábrica José Pires de Albuquerque ³.



A Nova Fábrica de Vidros

A NOVA FÁBRICA DE VIDROS

Esta fábrica, de construção moderna, à beira da estrada a caminho da Marinha para a estação do caminho-de-ferro, começou a sua construção em 15 de Abril de 1894 e a sua laboração a 5 de Janeiro de 1895, cuja iniciativa se deve à empresa do Conde de Azarujinha, na ocasião de terminar o arrendamento de 30 anos, da Antiga Nacional, arrematada por Jorge Croft, e ter sido adjudicada à parceria Bracourt.

Tem uma só peça, toda murada em volta, com todas as condições de comodidades para os fins a que se destina, com modernos aperfeiçoamentos mecânicos que temos hoje, na indústria vidreira, no nosso país. Em frente tem um bonito palácio para a sua direcção.

Devem-se estes aperfeiçoamentos ao seu administrador, técnico António de Magalhães Júnior, natural da Marinha Grande, filho do operário António José de Magalhães que, vindo da Vista Alegre, entrara para a antiga Fábrica Nacional de Vidros, na empresa de Manuel Joaquim Afonso, em 1850; aprendeu a arte de florista.

O seu fabrico tem sido de vidraça, garrafas e cristal; hoje, como a mesma empresa concentrou o fabrico de vidraça e garrafas em Braço de Prata, com operários da Nova Fábrica, que para lá foram mandados, só fabrica cristal.

Tem actualmente em laboração 2 fornos a gás de 4 potes, sistema ciments ⁴, com algumas modificações, para cristal fino e cores, e forno a tanque, sob risco do mesmo director e construído pelo fornalista João Francisco Alves, o primeiro que, neste sistema, se fez para cristal no nosso país e o seu trabalho é contínuo. Começou a sua laboração em 5 de Junho de 1911 e cessou em 1 de Outubro do mesmo ano. Emprega aproximadamente 250 operários. É iluminada a luz eléctrica, tem a sua banda de música, composta de seus operários, uma orquestra e uma associação (Beneficência de 8 de Setembro, para os seus operários e suas famílias, com médico e medicamentos, mediante a quota semanal de 40 réis). Tem uma COOPERATIVA DE CRÉDITO E CONSUMO, bem organizada, que tem prestado e continua a prestar bons serviços aos seus associados. Está instalada na rua do Marquês de Pombal, próximo à Praça, num prédio seu que tem prosperado.

Para facilitar a venda dos seus produtos, tem em Lisboa um depósito, no largo de S. Julião, n.º 7, 1.º, e no Porto, na rua Sá de Bandeira, n.ºs 26 a 28.

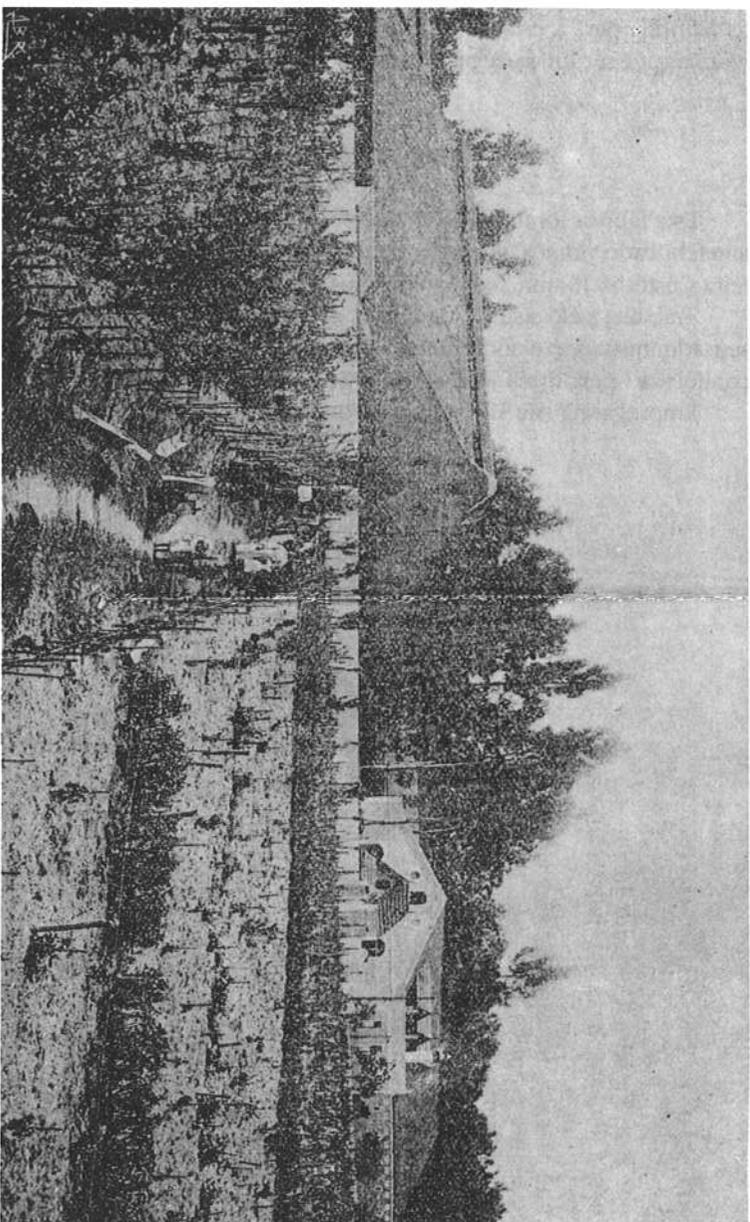
Devido a esta importante fábrica, foi dado o nome à estrada, que vai da Marinha para a estação do caminho-de-ferro, Avenida Conde de Azarujinha, por ser fundada pelo mesmo ⁵.

FÁBRICA DE VIDROS «A CENTRAL»

Esta fábrica foi fundada em 1893 ⁶, fabrica cristal e, por várias vezes, tem fabricado vidraça, em pequena escala. Deve a sua iniciativa a José Ferreira Custódio Júnior, seu actual proprietário.

Trabalha pelo sistema de fornos antigos, à portuguesa, de 6 potes. É seu administrador e sócio, seu cunhado, António de Oliveira Morais. É conhecida ⁷ pela firma José Ferreira Custódio Júnior & C.^a.

Emprega, na sua laboração, aproximadamente 50 operários.



Fábrica de vidraça e habitação de Santos Barosa

FÁBRICA DE VIDRAÇA DE SANTOS BAROSA & C.^a SUCESSOR

Está próxima à estação do caminho-de-ferro, lado sul da linha, lugar conhecido pela COMEIRA, à beira da estrada que vai para a fábrica de serraria mecânica dos franceses.

Construída em 1889, por José dos Santos Barosa e seu irmão, Jacinto dos Santos Barosa, a quem se deve essa iniciativa, e oferecendo sociedade a quatro operários da Antiga Fábrica Nacional, seu irmão Manuel dos Santos Barosa, estendedor, Carlos dos Santos Galo, Ricardo dos Santos Galo e Francisco Luís Salvador, oficiais de vidraça.

Fabricou em 1894, alguns meses, cristal, junto à vidraça, num forno de 6 cadinhos à portuguesa, com operários da Antiga Nacional que, a esse tempo, esperavam o começo da laboração da Parceria Bracourt que lhe concedeu essa licença.

Para aperfeiçoamento do seu fabrico, em 1907 começou a fabricar vidraça num forno a gás, de 6 potes, feito pelo fonalista Pedro Durão, e com estenderia contínua a gás.

Em 1903, José dos Santos Barosa liquidou com os seus sócios da fábrica, ficando só a fábrica em laboração por sua conta, sobre ⁸ a firma Santos Barosa & C.^a, Sucessor ⁹.

Tem prédio, onde habita com sua família, dentro da fábrica, murada em volta com uma das melhores quintas que tem hoje a Marinha.

É iluminada a luz eléctrica e emprega, ao seu serviço, 40 a 50 operários.

Devido ao aperfeiçoamento nos produtos do seu fabrico, por decreto de 9 de Novembro de 1898, foi agraciado com a comenda do mérito industrial ¹⁰. Tem prosperado e feito fortuna ¹¹.

FÁBRICA DE VIDRAÇA DE A. MORAIS & C.^a

Está edificada no lugar conhecido pelo Salgueiro, próximo à estrada florestal que vai da Marinha para o Engenho.

Começou a sua construção em 5 de Maio de 1905 e a laboração em 28 de Dezembro do mesmo ano. É de construção modelo, aperfeiçoada no seu fabrico de vidraça, a mais acreditada que hoje se encontra no mercado.

Deve a sua iniciativa e construção aos directores José Simplício de Sousa Virgolino, regente florestal, e José Pires de Albuquerque, regente florestal. Tem um forno a gás de 6 potes, sistema ciments ¹² com algumas modificações e estenderia contínua, a gás, construído pelo fornalista Pedro Durão, francês. Teve meses de fabricar 45 000 a 50 000 quilos de vidraça. É uma só peça, murada em volta, e emprega no seu fabrico 60 operários. É conhecida pela firma A. Morais & C.^a, Limitada.

Tem à entrada um bonito edifício para a direcção. Os seus directores [são] José Simplício de Sousa Virgolino e Francisco Afonso Taibner de Morais, regente florestal, que substituiu a falta do falecido José Pires de Albuquerque.

FÁBRICA DE VIDRAÇA DE RICARDO DOS SANTOS GALO

Começou a sua construção em 2 de Janeiro de 1899 e entrou em laboração em 10 de Setembro do mesmo ano. Está no lugar conhecido pelo Salgueiro, onde havia, noutro tempo, o conhecido pinhal manso do Afonso, próximo à estrada que vai da Marinha para o Engenho; confronta do sul com a fábrica A. Morais & C.^a.

Propriedade de Ricardo dos Santos Galo, que acaba de falecer e a quem deve sua construção, na ocasião de liquidar a sociedade com a Fábrica Santos Barosa, de que era sócio e operário oficial de vidraça.

Trabalhou alguns anos com um forno à portuguesa, de 6 potes, até 1908, que começou a fabricar vidraça num forno a gás de 4 potes, feito pelo fornalista Durão, com estenderia contínua, a gás. Em Abril de 1909 tentou fabricar cristal, junto à vidraça. Deu sociedade aos seus dois filhos, na fábrica. Emprega uns 30 operários ¹³.

FÁBRICA DE SULFATO DE SÓDIO

Foi construída por José Ferreira Custódio Júnior, em 1890, na propriedade sua junto à casa da habitação, na rua da Restauração, centro da vila.

Pelos prejuízos que causava nas propriedades vizinhas, por falta de condensadores próprios para esta indústria, foi mandada fechar pelo Governo, em 29 de Agosto de 1900.

CANALIZAÇÃO DAS ÁGUAS DA EMBRA

Foram canalizadas estas águas para a vila da Marinha Grande, em 1905, cujo depósito está à beira da estrada nacional, n.º 59, que vai da Marinha a Leiria, próximo à entrada da vila, dando água para três marcos fontanários, situados no largo de D. Dinis, Praça Stephens, Largo do Lezirão ¹⁴ e fonte velha.

Obra feita pela câmara regeneradora de Leiria, que tinha por presidente o padre Dr. Mateus e o vereador da Marinha Grande, José dos Santos Barosa, a quem a Marinha não só deve este importante melhoramento, como muitos outros que no seu tempo se fizeram, tais como: calçadas, iluminação, expropriações de ruas, como a do antigo BECO DA COSMA e outras ¹⁵.

Depois de 4 anos começou a escassear a água, a que se atribui o estar mal captada e não estar bem feita a canalização que, em Setembro de 1909, a Câmara mandou reparar.

O engenheiro da Câmara de Leiria, que tratou desta obra, foi José Teriaga.

TEATRO CENTRAL

Este pequeno teatro, conhecido pelo *Central*, foi construído em 1896, pelos operários vidreiros da fábrica deste nome, num barracão da quinta das Sosas que, em 1876, estava arrendado a José Ferreira Custódio, onde fabricava pez, em 2 fornos.

Hoje é propriedade de João Guerra Pedrosa que, sendo guarda-livros da casa dessas senhoras, por sua morte lhe deixaram esta e outras propriedades. Próximo ao recinto da administração das Matas, pela sua fraca construção, hoje apenas serve para reuniões de algumas colectividades. O primeiro drama que esses operários levaram à cena foi as VÍTIMAS DA AMBIÇÃO.

FÁBRICA DE VIDRAÇA DE GUILHERME PEREIRA ROLDÃO

Foi construída no lugar da Boavista, em propriedade sua, próximo ao ponto de vigia ao pinhal, em 15 de Abril de 1906.

Começou a sua laboração em 15 de Dezembro do mesmo ano, com

um forno à portuguesa (sistema antigo, calor de lenha), de 5 potes; tem fabricado vidraça, redomas e, actualmente, só fabrica garrafas ¹⁶.

É obra de sua iniciativa, fabrica em modestas condições, que é para assim dizer duma só família, onde todos trabalham pela arte vidreira.

Guilherme Pereira Roldão foi operário oficial de vidraça, da Antiga Nacional Fábrica, hoje industrial dum arrojo extraordinário, pois que, dispondo de pouco capital, conseguiu, só, montar esta fábrica, que emprega 20 a 30 operários ¹⁷.

CAPÍTULO V

Fábrica de Vidraça à Guarda Nova, fábrica de Vidraça no Engenho, fábrica de Cristal de José Ferreira Custódio, cemitérios da vila, estrada Nacional a macadame, da Marinha a Leiria, N.º 59, Associação de Socorros Mútuos do Montepio, jornal «Autonomia», Associação de Classe dos Operários Vidreiros, Sociedade Filomática, A linha do Oeste, de Lisboa a Torres, Figueira da Foz, Associação de Bombeiros Voluntários.

FÁBRICA DE VIDRAÇA À GUARDA NOVA

Esta fábrica foi fundada em 1874, com 7 sócios: José Ferreira Custódio, José Salgueiro, Manuel Neto, Manuel Braz, Simão Marques das Neves, Joaquim das Neves e José Ferreira Domingues. Entre si formaram o capital de 2 800:000 réis, com a entrada de 400:000 réis cada um.

Só fabricou vidraça num forno à portuguesa, construído à beira da estrada florestal que vai da Marinha para a praia de S. Pedro de Muel, próximo à Guarda Nova.

Trabalhou perto de 2 anos, de que hoje já se não encontra vestígios. Pela concorrência que fazia, no mercado, aos produtos da Fábrica Nacional, estes, na pessoa do administrador da Nacional Fábrica, António Correia da Silva Marques, levou os sócios desta fábrica a liquidarem, comprando-lhe a fábrica por conta da companhia arrendatária da Nacional.

Nesse tempo, pelo preço de venda da vidraça, era para garantir bem o juro do capital empregado.

FÁBRICA DE VIDRAÇA NO ENGENHO

Fundada em 1886, por Adolfo Burnay, seu administrador, próximo à estrada do Engenho, junto ao parque. O capital foi organizado por vários sócios; trabalhou, por vezes, perto de 2 anos. Fabricou vidraça e cris-

tal ordinário, em pequena quantidade. Não deu dividendo algum aos seus accionistas, apesar do preço em quilo de vidraça, nesse tempo, ser a 180 réis.

Foi escolhido este local por ficar próximo à Mata Nacional, onde está hoje a casa de Joaquim Serra, poteiro (operário que faz cadinhos para a fusão do vidro).

FÁBRICA DE CRISTAL DE JOSÉ FERREIRA CUSTÓDIO

Foi fundada em 1870, cuja construção se deve a José Ferreira Custódio, homem de empreendimento industrial; edificada no seu quintal, junto à casa de sua habitação, cujo portão da entrada que ainda hoje existe e que dá saída para a R. Alexandre Herculano, próximo à tipografia.

Trabalhou alguns meses, num pequeno forno à portuguesa, de 5 potes; fabricou cristal ordinário, devido ao pequeno capital que conseguiu arranjar, entre alguns amigos; pouco se desenvolveu.

ESTRADA NACIONAL, A MACADAME, N.º 59, DA MARINHA A LEIRIA

Foi começada a sua construção, na parte compreendida entre Leiria e Moinhos da Barosa, em 19 de Fevereiro de 1863 e acabada em 31 de Dezembro do mesmo ano; e a parte compreendida entre os Moinhos da Barosa e a Marinha Grande foi começada a construir em 28 de Março de 1864 e concluída em 30 de Junho de 1867; foi um dos primeiros melhoramentos que a Marinha recebeu.

Liga esta terra à capital do seu distrito. A sua medição é da Estação de Albergaria a S. Martinho do Porto (na extensão de Albergaria, 40 quilómetros [e] 680 metros e, de Leiria, 12 quilómetros [e] 180 metros).

O antigo caminho de carro, para Leiria, era pelo conhecido Barro Branco, por detrás das casas do Tomás Silvério (homem notável, pela sua robustez), onde se escreveu este livro.

CEMITÉRIOS DA VILA

Foi desde a sua primitiva no adro da igreja, que era murado em volta, com um baixo muro e umas pequenas serventias.

Em Julho de 1856 sofreu a Marinha Grande o segundo flagelo da febre amarela, que assim lhe chamavam; foi tal o número de vítimas que tiveram que fazer um cemitério provisório, no local conhecido ainda hoje pelas Bregieiras, próximo à estrada nacional n.º 59, da Marinha Grande a Leiria, numa fazenda que era de Gervásio Birne. Em 1860 passou do adro da igreja para o lugar conhecido pela Abogaria, que era do Stephens, terrenos pertencentes à Fábrica Nacional, onde está actualmente ¹.

A capela deste cemitério foi feita em 1861 e benzida em 9 de Abril de 1865, pelo rev.º missionário Luís Prosperi, italiano, que aqui então se achava em missão; e, no mesmo dia, celebrou nela a missa pela primeira vez.

Em 1866 se instituiu, nesta capela, uma irmandade intitulada do Sr. Jesus dos Aflitos, composta de 228 irmãos. Em 2 de Fevereiro, do mesmo ano, se colocou ali solenemente a venerável imagem de Jesus dos Aflitos, que Bernardino José Gomes comprou no estrangeiro e, no mesmo dia, se lhe fez a primeira festa. O coadjutor da freguesia, nesse tempo, era António dos Santos.

A Bernardino José Gomes se deve a construção da capela, que sempre soube tratar dela com todo o cuidado e zelo. Como com o decorrer do tempo tivesse aumentado a população, tornando-se pequeno, foi aumentado para trás, ficando a capela no meio, entre velho e novo, em terreno que pertencia à Fábrica Nacional, em 1892, cujas datas se vêem nos portões de ferro de entrada.

Tem havido anos em que não têm feito a festa a esta imagem.

ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS DO MONTEPIO

Esta benemérita associação foi fundada em 1870, pelos seguintes srs.: José da Silva Virgolino, José Taybner Crespo de Moraes, Manuel Guilhermino da Silva, dr. Pedro António Fragoso Viana, António Correia da Silva Marques, director da Fábrica Nacional de Vidros, e João Augusto de Castro, administrador técnico da mesma fábrica, de onde partiu esta iniciativa.

Instituição esta, feita com 222 sócios, na maioria operários desta fábrica, a quem os seus arrendatários dispensavam todo o auxílio necessário.

O seu primeiro relatório e contas, desde 3 de Dezembro de 1870 até 31 de Dezembro de 1872, que tenho em meu poder, é assinado pela Direcção: presidente, António Correia da Silva Marques; tesoureiro, Francisco José de Brito; secretário, António de Oliveira Morais.

Por ter sido fundada com estes operários, com o fim de os socorrer no meio da doença e invalidez, os Governos não têm esquecido este Montepio, nas condições dos arrendamentos da antiga Fábrica Nacional de Vidros, com a sua verba anual para beneficiar o cofre desta humanitária instituição. A empresa actual, segundo o artigo 12 das condições do arrendamento da fábrica, é obrigada a dar uma pensão de 90:000 réis por ano, durante o seu arrendamento de 19 anos.

Em 1896, sendo presidente da direcção José Pires de Albuquerque, conseguiu do Governo a cedência da casa, que pertencia à Fábrica Nacional, onde habitava Francisco José de Brito, tesoureiro da mesma fábrica.

Casa antiga, conhecida pela estalagem velha da fábrica, para sede desta associação.

Como fosse dada ao Montepio e não estivesse em condições, conseguiu mais o sr. Albuquerque uma concessão de madeira do Pinhal Nacional, para a construção dum novo edifício, que hoje se encontra feito, e rendeu essa concessão 1 200:000 réis, segundo o seu relatório de 1907; o valor actual deste edifício é de 2 025:264 réis.

Em retribuição a este serviço, foi dado o nome ao largo, em frente desta associação, Largo do Albuquerque. Tem 375 sócios.

Paga o sócio de 1.^a classe 70 réis semanais, com direito a médico, medicamentos e socorros pecuniários; sócio de 2.^a, 60 réis, com direito a médico e medicamentos, na doença. Devido ao grande número de inválidos, que tem socorrido nestes últimos anos, e à crise de trabalho de 3 para 4 anos na Fábrica Nacional, o seu estado hoje não é tão próspero como devia.

Tem médico contratado, a quem pagam 350:000 réis por ano, António Fernandes Gaspar. Os seus estatutos têm sofrido várias reformas; tem prestado e continua a prestar relevantes benefícios aos seus associados e recebido alguns donativos particulares: quermesses, benefícios, etc.. Pago ², em 1907, de subsídio pecuniário, a sócios doentes, 258:750 e, a inválidos, 682:570 réis, que soma 941:320 réis.

Tem um contrato especial com as Matas, de fornecer aos guardas florestais medicamentos e médico, recebendo por ano, destas, 200:000 réis.

JORNAL «AUTONOMIA»

A fundação deste jornal foi em 1889; o seu primeiro número saiu a 13 de Outubro do mesmo ano; os seus fundadores, José Ferreira Custódio Júnior e Gervásio da Silva Neto, editor responsável, na primeira publicação; passado algum tempo, procedeu-se à liquidação na parte de Gervásio da Silva Neto, ficando só com a empresa do jornal José Ferreira Custódio, que suspendeu a sua publicação por algum tempo, voltando novamente a ser publicado; mas, pouco depois, suspendeu de vez. Para esse fim se montou uma oficina tipográfica, com novas máquinas, que se compraram onde era impresso.

Tem sido alugada a particulares, para serviço de impressos, etc.. Seu actual arrendatário é Joaquim Augusto Ferreira Morais. Por esse motivo, foi dado o primeiro nome à Rua da Tipografia que, na festa do centenário de Alexandre Herculano, que se fez nesta vila em 17 de Março de 1910, por resolução da Câmara de Leiria, passou a denominar Rua Alexandre Herculano, cuja lápide comemorativa foi posta nesse dia, no prédio de José de Sousa Neto.

SOCIEDADE FILOMÁTICA

Esta sociedade foi organizada em 18 de Agosto de 1883 e fundada definitivamente, conforme os seus estatutos aprovados em 25 de Dezembro de 1884. Tinha por fim organizar biblioteca, museu, música, para o desenvolvimento intelectual e moral dos habitantes da Marinha Grande; chegou a ter um gabinete de leitura e uma biblioteca muito regular, que decaiu, a pontos de acabar passados alguns anos.

O seu primeiro presidente, Dr. Pedro António Fragoso Viana, que exerceu clínica por muitos anos nesta terra, faleceu em Almada, poucos anos depois da saída daqui com sua família. Não sendo filho da Marinha, muito se deve à sua memória, pelos serviços que prestou à instrução nesta terra. Tratava sempre com maior desvelo e cuidado pela educação dos operários vidreiros, passando parte das suas noites a auxiliar o professor oficial da instrução primária, num curso nocturno que nesse tempo havia.

Além deste cavalheiro, muitos outros filhos da terra havia que, nesses tempos, davam um tom alegre à Marinha Grande, que vivia como uma só família.

CAPÍTULO VI

Cooperativa de Crédito e Consumo, Serraria Francesa, Serraria mecânica e depósito de madeiras, Depósito de madeiras, Fábrica de produtos resinosos, Fábrica de tijolo e telha, Fornos de cal, Fábrica de bebidas gasosas, Fábrica de licores, Talhos, Escolas de instrução primária, Médicos, Farmácias, Estação Telegráfica Postal, Notário, Hotel Abreu, Juiz de Paz, Autoridades, Mercados, Feira mensal, Camarista, Comércio, Agências de Bancos e Registo Civil Obrigatório.

COOPERATIVA DE CRÉDITO E CONSUMO

Esta sociedade Cooperativa de Crédito e Consumo, dos operários marinhenses, de responsabilidade limitada, foi fundada na sua maioria com operários da Nova Fábrica de Vidros.

Está instalada na Rua Marquês de Pombal, próximo à praça, em prédio de primeiro andar seu, comprado em 1910. Tem prosperado nestes últimos anos; no seu primeiro andar tem salão, onde são os ensaios da banda de música da Nova Fábrica de Vidros. Do seu interesse anual é tirada uma pequena verba para dar um bodo aos pobres da freguesia, todos os anos, no dia 5 de Outubro.

SERRARIA MECÂNICA FRANCESA

Esta fábrica, de serraria mecânica, é conhecida pela fábrica dos franceses; foi fundada em 1904, junto à estação do caminho-de-ferro, do lado oposto (sul), cuja data da sua construção se vê na grande chaminé, 21-4-1904.

É iluminada a luz eléctrica e deve a sua iniciativa à sociedade de exploração florestal de A. R. Duboscq, Reauveis & Pelletier.

Hoje, seu proprietário Duboscq, exporta para o estrangeiro madei-

ras de diversas dimensões, para construções civis, e grande quantidade de caixas, para diversas fábricas de conservas do nosso país.

Trabalha em grande escala, com aperfeiçoamento próprio desta indústria, e emprega actualmente ao seu serviço cento e tantos operários ¹.

DEPÓSITO DE MADEIRAS E SERRARIA MECÂNICA

É sociedade de Joaquim Periquito & Irmão, da Nazaré, próximo à estação do caminho-de-ferro, junto à estrada que vai da Marinha para a estação, vedada em volta com arame; tem uma pequena máquina, para satisfazer, de pronto, a qualquer encomenda de madeira, em diversas dimensões; negocia em grande escala, tendo junto um prédio de habitação, onde [aquele] costuma passar algum tempo com sua família.

É considerado hoje como um dos primeiros arrematantes do pinhal de Leiria.

DEPÓSITOS DE MADEIRAS

Há vários depósitos de madeiras, junto à estação do caminho-de-ferro, de Joaquim Baptista & Filhos, da Moita, com recinto murado, Manuel Carqueijeiro & Filhos, da freguesia da Vieira, Oliveira e outros.

Trazem estes negociantes de madeiras, nos depósitos e serrarias, em vários pinhais, aproximadamente uns 120 operários.

FÁBRICA DE PRODUTOS RESINOSOS

Fábrica de António Maria da Silva, do lugar de Picassinos; está próxima à estação do caminho-de-ferro, em recinto murado, com casa de habitação. Os seus produtos são: pez, aguarrás e alcatrão; fabrica em pequena escala.

No lugar do Engenho, próximo a Pedreanes, numa pequena propriedade que foi do Governo, onde trabalhou Augusto Lavarré, hoje em poder de António Matias; também tem fabricado, por diversas vezes, pez, alcatrão, pixe e seiva; actualmente só fabrica pez e aguarrás.

Próximo ao pinhal Nacional, à guarda das Gaieiras, houve uma fábri-

ca de pez e alcatrão, de José Ferreira Custódio, em propriedade sua, que depois passou a fabrico de curtumes, sendo ainda hoje conhecida por esse nome; os prédios dessa quinta pertencem ao seu herdeiro, António de Oliveira Morais, casado com uma filha do referido proprietário.

FÁBRICAS DE TIJOLO E TELHA

Há várias fábricas destes produtos que produzem grande quantidade de tijolo, telha ordinária portuguesa e de tipo marselhês, pela abundância do barro que se presta para este fabrico.

Entre outras, a fábrica de Oliveira & Irmão, Sucessor; actualmente só trabalha por conta de José de Oliveira que tem desenvolvido e aperfeiçoado o seu fabrico, à máquina. Está a caminho da estrada que vai da Mariinha para o Engenho, lugar dos Outarinhos.

Além desta, [há as] de: Matos & Filhos, Manuel Ferreira Barroca & Irmãos, Daniel & Filho, no Engenho, e outras.

Emprega pouco pessoal esta indústria familiar; a cozedura deste fabrico é feita ² com caruma que é paga às Matas Nacionais, por 120 réis a carada, sendo para as fábricas; para consumo particular não se paga.

Podem empregar todas estas fábricas umas vinte pessoas.

FORNOS DE CAL – Há dois; um no lugar do Engenho, por conta de José dos Outarinhos, outro à Guarda Nova, por conta de Maurício, do lugar da Pedra.

FÁBRICA DE BEBIDAS GASOSAS ³ – Foi montada pela sociedade Oliveira & Neto; hoje é propriedade de Isidro Couceiro Neto.

Fabrica pirolitos e gasosas, com boa água da Embra. Está acreditada no seu fabrico. Foi instalada, na sua primitiva, na Rua Marquês de Pombal e mudou para o Largo do Albuquerque, onde está actualmente.

FÁBRICA DE LICORES ⁴ – Criada por António da Silva Wallaas e Emílio Galo de Carvalho, no centro da vila, próximo à praça Stephens; hoje é propriedade de José Antunes Ferreira. Está aperfeiçoada e acreditado o seu fabrico; mas, devido à concorrência no mercado, tem prosperado pouco no seu negócio, que exporta para vários pontos do país.

TALHOS – 2; um antigo, da viúva Afonso, Lopes, Irmão & C.^a, na Rua Marquês de Pombal, no prédio de José Domingues Eduardo, a quem se devem os primeiros calcetamentos das principais ruas, como camarista que foi, nos primeiros tempos.

Outro da sociedade COOPERATIVA «A DOMÉSTICA», na Rua Machado dos Santos, com os seus estatutos aprovados em 18 de Março de 1904. Apenas vende vaca, vitela, em certos dias da semana. Esta sociedade não tem dado até hoje dividendo algum aos seus accionistas, estando por esse motivo em liquidação.

A venda de carnes de porco e carneiro é feita por particulares ⁵.

ESCOLAS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA – 4; 3 diurnas, oficiais, pagas pela Câmara de Leiria, sendo 1 do sexo feminino, instalada no salão arrendado à Associação de Socorros Mútuos do Montepio, Largo do Albuquerque; 2 professoras, Maria Silvéria Neves, de 1.^a classe, e Mariana de Jesus dos Santos Simões, de 2.^a classe; 2 do sexo masculino, instaladas no edifício da Junta de Paróquia, construído para esse fim; os seus professores são: Delfim Barbosa de Oliveira, que veio para a Marinha em 1907, e Beatriz Adelaide Ferreira do Vale. 1 nocturna, criada pela Liga Nacional de Instrução, do sexo masculino, em 1 de Abril de 1909, na Rua Machado dos Santos; o seu professor [é] Delfim Barbosa de Oliveira.

MÉDICOS ⁶ – 2, um do partido da Câmara de Leiria, Manuel Francisco Alves, com ordenado anual de 300:000 réis, e António Fernandes Gaspar, da Associação de Socorros Mútuos do Montepio, com o ordenado de 350:000 ⁷ réis por ano.

FARMÁCIAS – 3, de José Lúcio Ferreira Gândara, largo do Albuquerque, Raul Pereira Roldão, Rua Alexandre Herculano, e Aníbal Guedes Coelho, na Rua Marquês de Pombal, próximo à praça.

ESTAÇÃO TELEGRÁFICA POSTAL – É de 2.^a classe, já antiga e de grande movimento; seu chefe [é] Sofia Vieira e tem 2 distribuidores: Carlos da Silva Carvalho, o mais antigo e, depois de tantos anos de reclamações, pelo seu muito serviço e de grande área, foi nomeado o 2.^o, Augusto da Cruz, que tomou posse em 1 de Janeiro de 1912.

NOTÁRIO – José Ferreira Custódio Júnior, com cartório junto à sua habitação, na Rua Marquês de Pombal.

JUIZO DE PAZ – A Marinha Grande, de 1835 a 1840, pertenceu ao julgado da freguesia de Maceira, conforme os livros encontrados das conciliações, em poder do actual escrivão, sendo o primeiro com data de 28 de Fevereiro de 1835, que obsequiosamente, pelo mesmo escrivão, me foram franqueados, não podendo ir além as minhas investigações sobre este ponto, por falta de documentos.

Actualmente é conhecido pelo «Juízo de Paz do Distrito da Marinha Grande», onde tem a sua sede. A sua área abrange Maceira e Amor.

O seu actual juiz [é] João Afonso de Barros e [o] escrivão José Duarte de Carvalho.

AUTORIDADE – 1.º Regedor da República, Malaquias Pereira da Silva. Tem esquadra de polícia, com a permanência de 2 guardas civis.

MERCADOS – 2, um ao domingo, importante, que é abastecido, na sua maior parte, das terras circunvizinhas: Nazaré e Vieira, peixe; Amor e Valado, hortaliças; Leiria, pão; Maceira e outros, vários géneros de primeira necessidade.

O mercado da quarta-feira, criado em 1904 pelo camarista Santos Barosa⁸, é menos importante. Para a⁹ criação deste mercado deve-se ao trabalho e esforços de Rodolfo Veriato de Oliveira e outros, que trataram de representações enviadas à Câmara de Leiria.

FEIRA MENSAL – É no 3.º domingo do mês, criada em 1879, por Francisco José de Brito e outros, próxima ao lugar da Ordem em terreno que pertencia à antiga fábrica Nacional de Vidros, em poder das Matas; nunca tomou devido desenvolvimento, hoje reduzida a gado suíno.

CAMARISTA – Tomás Pereira Roldão, filho da Marinha, empregado no comércio.

HOTEL ABREU – Na Rua Marquês de Pombal, próximo à praça Stephens, da viúva José de Abreu e Sousa.

COMÉRCIO – Tem bons estabelecimentos comerciais: de Joaquim Matias Sobrinho, na Rua Marquês de Pombal; Jacinto de Abreu e Sousa, à Praça; António Matias, Rua Machado dos Santos; Gervásio da Silva Neto, Rua

Marquês de Pombal; José de Sousa Neto, vidraria e mercearia; Roldão & Filho e outros.

AGÊNCIAS BANCÁRIAS – José Ferreira Custódio Júnior: Banco de Portugal, Banco Aliança, Lisboa & Açores, Banco do Minho, Banco do Alentejo, Casa Fonseca Santos & Viana, Pinto da Fonseca & Irmão, J. M. Fernandes Guimarães & C.^a e outros. Gervásio da Silva Neto: Banco Comercial, do Porto; Nacional Ultramarino, Crédit Franco Português, J. Henriques Tota, Borges & Irmão. Joaquim Matias Sobrinho: Crédit Franco Português, Silva Beirão Pinto & C.^a, Banco Económico Português.

REGISTO CIVIL OBRIGATÓRIO – Posto n.º 13, é ¹⁰ seu ajudante, do conservador do Concelho de Leiria na Marinha Grande, João Afonso de Barros, com escritório na rua Ferreira Borges, próximo à igreja.

Lei decretada pelo Governo Provisório da República, publicada no DIÁRIO DO GOVERNO, de 20 de Fevereiro de 1911, que entrou em vigor em 1 de Abril do mesmo ano e, até 31 de Dezembro, registou 240 nascimentos, 39 casamentos e 96 óbitos. Por aqui se pode avaliar a importante povoação que, em igual período de tempo, efectuou mais do dobro dos registos ¹¹ que a conservatória do distrito ¹².

CAPÍTULO VII

Várias Notas, Preço dos jornaleiros, Descanso Semanal, Militarmente, A iluminação da Vila, Sociedades Recreativas, Sociedade de Instrução e Beneficência, Bilhar público, A Falta da Escola Industrial de Desenho, Inscrição Romana, Lanço de estrada da Marinha à Nazaré, por Pataias.

VÁRIAS NOTAS

Entre diversas indústrias do distrito de Leiria, o primeiro lugar, sem dúvida, pertence à Marinha Grande. Esta vila tomou grande desenvolvimento em construções de prédios em 1901 a 1904, época em que esteve em laboração o forno a tanque de vidraça, na antiga Fábrica Nacional. A classe operária, dessa secção, era remunerada, em regra, de proporção ao seu muito trabalho.

O seu solo poderá ser mesmo monótono, arenoso, impróprio para as culturas mais essenciais à nossa subsistência; mas os pinheiros que, com uma rapidez, se desenvolvem, bastam por si para tornar a Marinha Grande uma das mais ricas e florescentes terras do país. Sem dúvida goza duma situação verdadeiramente privilegiada, para a criação dos pinheiros, alargando-se todos os anos a sua área, como um laço verde carregado a circundá-la. Faz isso que a sua agricultura não tenha a temer as crises de outras povoações, porque o seu valor sobe todos os dias.

Além do pinhal Nacional, tem muitos outros particulares, cujas madeiras são bem conhecidas no mercado, pela sua qualidade e duração.

São sempre preferidas as madeiras do pinhal Nacional às dos particulares. Estes pinhais, além do seu consumo no país e de grande quantidade de toros que exportam, sustentam actualmente as fábricas de vidros em laboração. O preço de cada estere de lenha, com factura e condução, custa às fábricas 1:100 a 1:200 réis.

Estes terrenos, além de próprios para criar pinheiros, também pro-

duzem bons vinhos, cuja produção anual é de 800 pipas, segundo um inquérito que o Governo monárquico mandou fazer ao país, em Abril de 1909, para saber qual a sua produção. A força destes vinhos é de 10 a 12 graus.

Tem uma várzea, próxima ao pinhal Nacional, e algumas baixas, com água própria para horta.

Tem boas águas potáveis, como as da Embra, de que faz uso a maior parte do centro da vila; fonte dos ingleses, no Engenho, por estar próxima ao local da fábrica de ferro, construída pelos mesmos, em poder das matas, por estar em terreno seu. Fonte da Biquinha, próxima ao lugar da Ordem, em terreno hoje das matas, que era da fábrica Nacional, e muitas outras de excelente qualidade.

Rara a habitação que não tenha o seu quintal com árvores de fruto e o seu poço artesiano.

Tem boas quintas, com plantações de árvores de fruta, vinha, etc., como a de João de Sousa, à entrada da vila, próximo à estrada de Leiria, que era de Jacinto dos Santos Barosa; João Guerra Pedrosa, Santos Barosa, no lugar da Comeira, junto à sua fábrica; António Matias, no lugar do Engenho; Jacinto de Abreu e Sousa, na Várzea; José Ferreira Custódio Júnior, Joaquim Matias Sobrinho, Joaquim Afonso de Barros, junta ao seu prédio, à saída da vila, lado do sul; Francisco Afonso Taiber de Morais e outras.

Poucas localidades se podem orgulhar duma tão rápida evolução ¹.

Os povos desta localidade têm sido um tanto indígenas, afincos ao trabalho da sua terra. Hoje, porém, devido ao grande desenvolvimento que tem tomado nestes últimos anos a indústria do vidro, entre nós, tem sido grande a emigração para os Estados Unidos do Brasil, não só de operários vidreiros, como de jornaleiros dos lugares desta freguesia, sendo importante a quantia de dinheiro que anualmente de lá nos vem.

PREÇO DOS JORNALEIROS – A média, entre Verão e Inverno, é: homens, 340 réis; mulheres, 180 réis, por dia, e poucos são os anos em que tem variado de preço. Hoje, porém, devido à emigração, estão mais elevados, por falta de braços.

DESCANSO SEMANAL – Tem sido, desde o seu princípio, o dia escolhido pelo comércio da vila, às quintas-feiras.

MILITARMENTE – Pertence à 5.^a Divisão Militar e ao Distrito de Recrutamento e Reserva N.º 7, com sede em Leiria.

A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA VILA – É feita à custa da Câmara de Leiria, com 42 candeeiros e, por arrendamento, para tratar não só da iluminação como da limpeza das ruas ².

SOCIEDADES RECREATIVAS – Associação de Classe dos Empregados no Comércio e Indústria Marinense, instalada no prédio de Jacinto de Abreu e Sousa, à Praça. Tem um espaçoso salão para bailes, bilhar, um pequeno palco, para distrações dos sócios e suas famílias, e uma pequena biblioteca, com seu gabinete de leitura.

Deve-se, na sua maior parte, a fundação desta sociedade aos esforços e boa vontade de António Afonso de Abreu, cujo retrato se vê na sala, oferecido em retribuição dos seus serviços.

SOCIEDADE INSTRUÇÃO E BENEFICÊNCIA 1.º DE AGOSTO – Na Rua Machado dos Santos, 1.º andar do prédio onde está instalada, no rés-do-chão, a cooperativa A DOMÉSTICA. Em dias diferenciados, reúnem-se os sócios, com as suas famílias, num verdadeiro convívio alegre. Existiu alguns anos, hoje está em liquidação.

BILHAR PÚBLICO – De Ernesto Duarte, na Rua Machado dos Santos, à igreja, com o seu botequim.

Há um prédio, à saída da dita estrada que vai para Leiria, desabitado, quase em ruína, que era dum antigo Clube, que foi construído para esse fim com capital organizado por meio de acções, que há anos acabou, hoje propriedade da Junta de Paróquia, com o fim da criação duma creche, a quem foram oferecidas as suas acções.

Tem servido este prédio, por várias vezes, de quartel às forças militares que eram mandadas para a Marinha, em ocasião de conflitos entre os operários e as companhias arrendatárias da antiga Fábrica Nacional de Vidros.

A GRANDE FALTA DE ESCOLA INDUSTRIAL DE DESENHO

A vila da Marinha Grande é, sem dúvida, um centro industrial importante do distrito de Leiria, pois que tem 7 fábricas de vidro, além de outras de outro género, ministrando trabalho a muitos centenaes de operários. Já há muito se reconheceu a necessidade de ser dotada a importante

indústria com uma escola de desenho, e por várias vezes requerida ao Governo a grande necessidade a que tem jus esta laboriosa vila.

Em 18 de Maio de 1893, a Sociedade Filomática da Marinha Grande requereu, para lhe ser concedido pelo Governo, auxílio de dinheiro e professor para ser fundada a escola industrial de desenho, nesta vila. Por despacho ministerial, de 29 de Novembro de 1893, lhe foi deferido o seu requerimento, por Bernardino Machado, chegando a ser nomeado professor ³.

Circunstâncias diversas impediram, porém, que se realizasse tão útil pensamento e fosse dado seguimento ao despacho alcançado.

Em 1899, pelos Corpos Gerentes da Companhia Arrendatária da Nacional e Nova Fábrica de Vidros, também foi requerida e, para isso, empregou os seus esforços e boa vontade o filho desta terra, Joaquim Afonso de Barros, que fazia parte dos referidos corpos gerentes, cuja representação veio publicada no jornal a VANGUARDA, de 2 de Junho do mesmo ano. Motivos que não ignoramos impediram o efeito desse pedido.

Já pelo deputado do distrito, Pires de Campos, foi apresentado, na Câmara dos Deputados, em 25 de Abril do corrente ano de 1912 ⁴, um projecto de lei, criando uma escola profissional, junto à fábrica do Estado, nesta vila, cujo projecto veio publicado no DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 98, de 26 de Abril do mesmo ano; mostrando a necessidade de o nosso operário se educar e pôr em relevo a importância comercial e industrial desta importante e laboriosa vila.

As mais louváveis iniciativas particulares, de instituições beneméritas, de instrução, de beneficência, de utilidade económica, tudo se perdeu, por causa de egoísmos políticos, das intrigas locais, pelo despeito dos mal intencionados, que se tem reflectido na prosperidade desta terra e mui especialmente naqueles que têm de ganhar de dia para comer à noite.

Sem querer entrar em considerações, lamento, apenas, o ter que registar estas e muitas outras faltas que não estava no meu espírito mencionar.

É grande o número de forasteiros que, todos os anos, visita as fábricas de vidros, pela curiosidade do seu fabrico ⁵. Nestas fábricas empregam-se grande número de crianças, no trabalho de aprendizagem, em volta dos fornos, que, muitas vezes, a necessidade dos pais os obrigam a meter na fábrica na tenra idade de 8 e 9 anos; o calor a roubar-lhes a cor e as forças, tornando-os um operário de amanhã raquítico. Cansado, impos-

sibilita-se, dos 45 aos 50 anos, especialmente na secção do fabrico de vidraça, em que quase todos padecem doenças do estômago, pela grande quantidade de águas que bebem, devido ao calor dos fornos.

Sem querer faltar ao dever que impõe, direi ser exemplo do que escrevo, aos 8 anos, bem novo... órfão de pai, triste futuro... circunstâncias especiais me obrigaram a procurar trabalho, para viver com os escasos 450 réis por semana. Muitas vezes ouvi, o que ainda hoje se diz: «Coitados, tão pequeninos neste trabalho; é tirar-lhes o crescimento, é faltar ao cumprimento da lei que regula o trabalho dos menores nas fábricas».

Mas a necessidade não tem lei! Obrigá!... O trabalho é guarda da virtude, apanágio da humanidade, é condição imposta pela natureza para o progredir dos povos, para o florescimento das nações, para se ter lugar honrado e digno na consideração pública.

INSCRIÇÃO ROMANA

Em 21 de Julho de 1910, o sr. Tavares Proença, de Castelo Branco, tendo visitado a Marinha Grande a convite de um seu amigo, encontrou, no topo de um muro de uma propriedade rural, uma inscrição romana gravada em pedra lioz, apresentando-se muito irregular e com muitas falhas. A pedra tinha 0,55⁶ de largura, por 1 metro de altura e 0,50⁷ de espessura, sendo muito difícil a sua interpretação, pela falta de letras que vão indicadas, com pontos, no alinhamento debaixo da casa das letras.

Existiu esta pedra há 30 anos, em Leiria, fazendo parte de uma antiga e arrendada capela, à entrada da cidade (S. Bartolomeu). Quando a capela foi demolida, foi levada para o lugar de Pernelhas e daí levada, poucos anos depois, para a Marinha Grande. Eis a inscrição que nela se achava:

...R.....ST.
MAXVMAE.PRO.
.OIOIVAE....
MIVS RVFJIVUS.MA
TRI.ET...J.VDIVS
CASSIAN..NO
F.C⁸

Esta pedra foi já levada para o Museu de Castelo Branco e tirada da propriedade de João de Sousa.

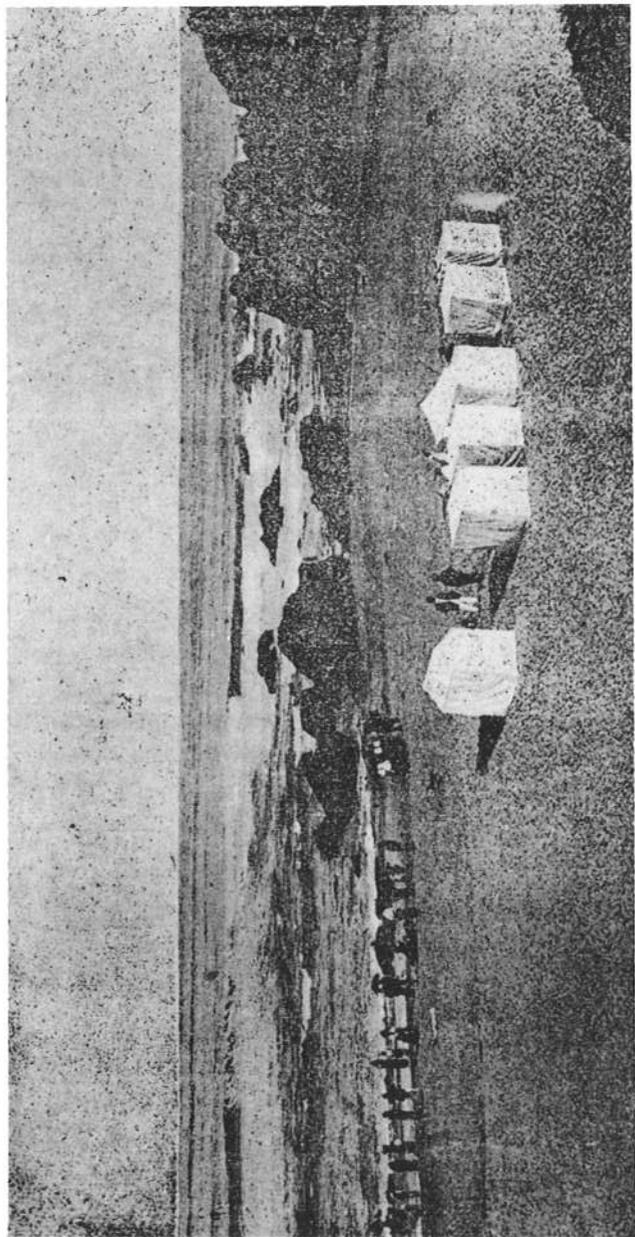
Esta inscrição, enormissimamente lacerada, só nos oferece as letras que aqui apresento, inteiras ou suprimidas, o que mais nos convence de umas povoações romanas, bastante civilizadas, parecendo ser a inscrição de um sepulcro, em que os romanos registavam a memória dos seus antepassados, como se descobriam no campo de Alcobaça, no ano de 1780, por ocasião da lavoura, no lugar que chamam do Valado.

LANÇO DE ESTRADA DA MARINHA À NAZARÉ, POR PATAIAS

Foi aprovado o seu orçamento, por portaria de 15 de Outubro de 1892, lanço da Marinha à Nazaré, por Pataias, sem que, até hoje, tenha dado princípio à sua construção, que tão desejado benefício vem dar a esta laboriosa vila.

Este lanço é junto à estrada nacional n.º 59, da Estação de Albergaria a S. Martinho do Porto.

A Marinha está 87,1 m acima do nível do mar, tirado da soleira da porta da igreja 9.



Praia de S. Pedro de Muel

CAPÍTULO VIII

A Praia de S. Pedro de Muel, Garcia.

A PRAIA DE S. PEDRO DE MUEL ¹

É de antigos tempos que datam, sem dúvida, as primeiras edificações naquela estância balnear, meio oculta pela soberba floresta que a esconde, aos olhos do caminhante que a demanda por qualquer lado e a liga à Marinha Grande por uma estrada florestal, através da mata, a 9 quilómetros, construída em 1880. Era privativa das famílias nobres de Leiria e mais antiga que a Marinha Grande.

De tradições escritas se sabe apenas que os Marqueses de Vila Real ali tiveram residência, sendo talvez o último senhor deste título que reedificou a capela, de que só restam vestígios na escarpada rocha que as ondas batem em todas as marés, e desmoronada anteriormente pelo terremoto de 1385, que fez também desaparecer a Vila das Paredes.

A acção do tempo e o esboroamento da penedia destruíram esse padrão histórico, porquanto a capela actual, em pleno camarçã, data do começo do século passado, acrescentada há cerca de vinte anos, aproveitando o vasto alpendere, que dava um tom pitoresco.

Era de notar que, nos séculos XVI e XVII, a festa fazia-se em Agosto e a ela concorriam muitas pessoas de Leiria e de Alcobaca, porque a Marinha não existia ainda.

Como ali passavam temporadas as famílias dos Marqueses de Vila Real e Duque de Caminha, dos malogrados fidalgos cujas cabeças rolaram no cadafalso do Rossio de Lisboa, em 29 de Agosto de 1641, pagando deste modo o seu despeito para com D. João IV, não falta também uma lenda, talvez com fundo de verdade, a enfeitar-lhe os encantos.

Diz-se que os amores da formosa dama que fazia parte daquela família, talvez mesmo a duquesa que, além de varonil, tinha tal ou qual ilus-

Tem uma boa nascente de água potável, que dá uma vala que, em tempo, movia um engenho de serrar madeira, por conta das matas; hoje só move uma pedra de fazer farinha, dos herdeiros de João Pereira, FALECIDO EM 2 DE DEZEMBRO DE 1908.

Por várias vezes o mar tem feito estragos nesta praia, a pontos de demolir o antigo paredão que punha ao abrigo alguns prédios, como o do dr. Afonso Lopes Vieira e outros, que, em 1906, foi reconstruído dos estragos causados em 1904.

É uma praia muito higiênica, pelos seus belos ares do mar e pinhal. Nestes últimos anos tem-se tornado conhecida e frequentada, na época balnear, por várias famílias da Marinha, Leiria e Lisboa, que ali vão passar alguns meses de Verão, no meio dum convívio pacato, modesto e familiar.

Devido à iniciativa particular e dedicação que alguns banhistas têm por esta praia, como Carlos Romeu, Correia Mendes e outros, conseguiram das Matas a condução de águas canalizadas para a praça da praia, melhoramento este, importante, feito em Outubro de 1912.

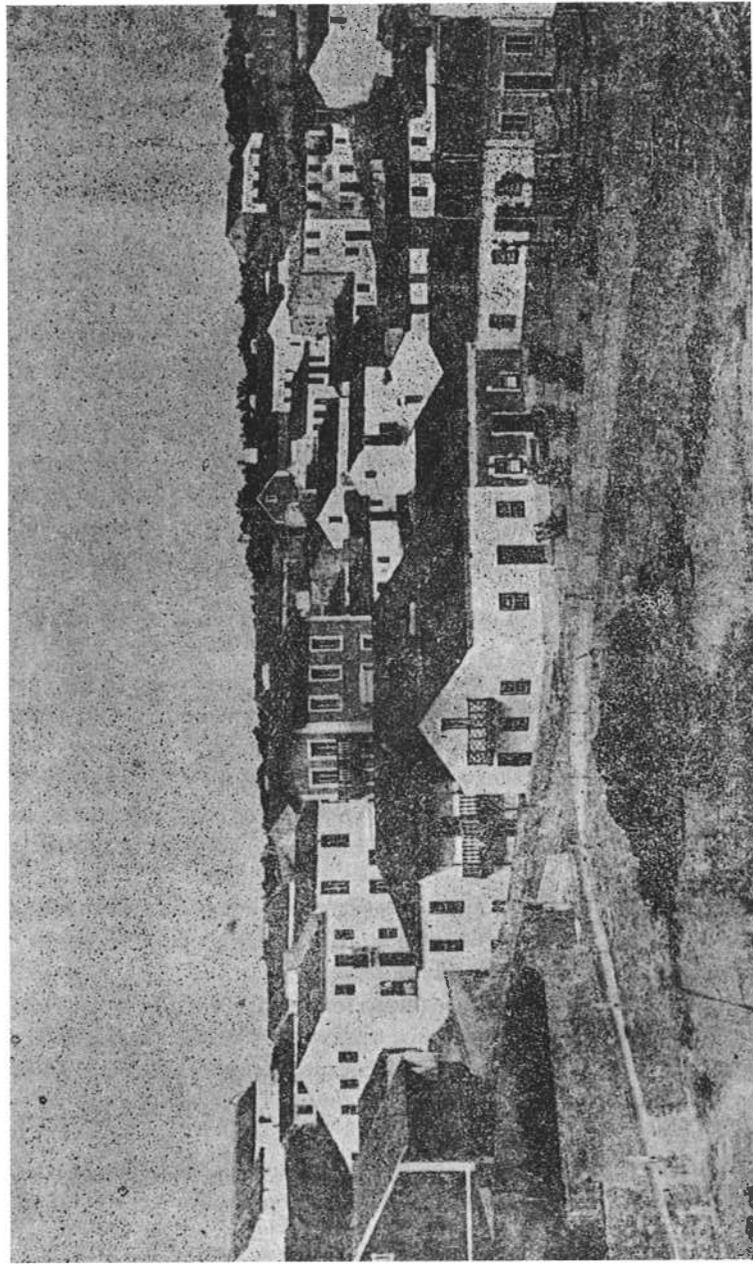
Tem habitações para 200 famílias e, anos há, que não chegam para os banhistas que, de diversos pontos do país, desejam conhecer a praia. Os proprietários das habitações, na maior parte, são da Marinha Grande, que durante os meses de banhos as arrendam. O número de barracas na praia, durante a época balnear, são de 20 a 30; porque os ⁶ costumes antigos, devido às habitações estarem perto da praia, a maior parte dos banhistas tomam o seu banho e vestem-se em casa ⁷.

Tem bonitos passeios, pela mata e à beira-mar: o PENEDO DA SAUDADE, a Praia Velha, ao norte, e Ponte Nova, centro da mata, onde se encontram os alicerces do moinho de fazer farinha, arrendado a particulares, e também os duma antiga serraria de madeiras, por conta das matas, movida pela queda de água que ali corre, onde também não falta a boa água fresca, na pequena fonte construída pelas Matas, à sombra dos soberbos eucaliptos.

São poucos os que visitam esta praia, que não vão passear um dia a este ponto, a pé ou a cavalo, num jumento.

Ao sul, Água de Madeiros, povoação a 3 quilómetros de S. Pedro, com meia dúzia de casas, com a permanência de 3 habitantes que pertencem à freguesia de Pataias.

Têm por distracção as caçadas na mata, aos coelhos, rolas, texugos, etc., que abundam.



S. Pedro de Muel – Vista geral

Tem uma guarda das matas, à entrada da praia, que serve de habitação permanente a um guarda que, em dias determinados, dá entradas e saídas a produtos, mesmo para consumo particular, e está em comunicação com a administração das matas, na Marinha, por meio duma rede telefónica.

À entrada tem um ramal, de estrada florestal, que desvia para o norte, que vai para o chalet que serve de aposento aos empregados superiores das matas, que ali vão de serviço; está esta praia sobre ⁸ a dependência da administração das matas, onde ⁹ tem em seu poder um mapa do registo de todas as habitações que ali se encontram.

Tem um posto fiscal, com a permanência de 3 guardas e um cabo.

Esta praia não se presta para pescar; tem 2 barcos que, no Verão, quando o mar está manso, vão abordejando de perto; deitando a rede em forma de cerco, com águas turvas, apenas podem pescar algum peixe que não se deixe escapar pela malha da rede. O pouco peixe que aqui se pesca é numa pequena rede, a que se chama tresmalho, que só em marés de lua, na baixa-mar, as armam nas coroas de areia, seguras com estacas curtas, para depois, na maré a seguir, serem arrancadas e despejado o peixe que encalha na preia-mar.

O peixe que aborda a esta praia é o robalo, dourada, sargo, tainha, cação, arraia, etc..

Ao sul da praia há uma nascente de água que dizem ser férrea, mal aproveitada. Em 1839 faziam uso dela e, principalmente, produzia bom efeito aos que sofriam moléstias do estômago.

Durante o Inverno esta praia torna-se deserta, à excepção de meia dúzia de famílias que aqui têm a sua residência permanente, como as famílias de João Pereira, Costa, Farpela e Boiças. Tem boas fazendas de rego para horta.

É a Sintra da Marinha Grande, aos domingos e dias de descanso nas fábricas de vidros; é muito frequentada, não só pelos operários como ¹⁰ outros que ali têm o seu prédio de casas.

Tem bonitos prédios, de construção moderna, e antigos, como o do dr. Afonso Lopes Vieira (*), já pela sua disposição e bonita vista de varanda envidraçada, já pelo jardim; é um encanto, onde esta família passa alguns meses de Verão.

(*) Em várias escavações, feitas neste prédio, se têm encontrado os alicerces do antigo prédio da família dos fidalgos, Marqueses de Vila Real.

Por vários estudos, feitos pelo ministério da Marinha, se notava a falta de faróis na nossa costa, que servissem de guia à navegação, a meia distância entre Peniche e Cabo Mondego; foi mandado construir o farol, ao norte desta praia, em frente do conhecido Penedo da Saudade, em Dezembro de 1909, e concluído em 15 de Fevereiro de 1912, data em que começou a funcionar.

Tem 30 metros de altura, com habitação de 1.ª andar, para 4 empregados; gastou-se aproximadamente 40 000:000 réis, tendo máquina de rotação; é de 2.ª classe, o seu foco alcança 30 a 40 milhas, levou dois anos a sua construção. É, na verdade, uma obra de arte ¹¹.

Tem um ramal de estrada, construído na mesma ocasião, com 700 metros de comprimento ¹², que liga à praia.

Esta praia está sobre ¹³ a dependência da Capitania da Nazaré; por sua iniciativa tem uma pequena secção de SOCORROS A NÁUFRAGOS, nesta praia, a cargo do posto fiscal, cordas, bóias de salvação, etc..

Tem caixa postal permanente, criada em Junho de 1911, sendo o seu encarregado Domingos Figueiredo Pereira, com estabelecimento, filho desta terra, que, até aqui, só havia nos 3 meses de banhos.

GARCIA

É um lugar mais antigo que a Marinha, ao norte; dista 3 quilómetros da sua freguesia. Deve seu nome às caçadas de uns antigos fidalgos que habitavam neste lugar, cujos nomes ignoramos, por falta de documentos, que ali faziam repetidas vezes, às garças e outras aves, que ali se refugiavam, procurando o abrigo do pinhal Nacional.

Dizem-nos ser um deles Francisco Rodrigues Lobo, o insigne cantor do Lis e Lena, segundo diz nos seus versos: «Nas ribeiras do Lena fui nascido e nas do Lis guardava o manso gado». Este poeta conceituado morreu afogado no Tejo, entre 1623 a 26 ¹⁴.

Este lugar não tomou o devido desenvolvimento, pela escolha do local para a construção da conhecida e antiga Fábrica Nacional de Vidros, por Guilherme Stephens, na vila da Marinha Grande. Dista do pinhal nacional meio quilómetro, onde tem uma guarda que dá entradas e saídas dos produtos desta mata, de que gozam os povos seus vizinhos.

Tem uma capela, de invocação de Santa Bárbara, que foi feita pelos moradores deste lugar, dando-se-lhes licença para nela se dizer missa, no

ano de 1635, pelo Bispo D. Dinis de Melo, como consta do livro 3.º, a fl. 74.

Já foi aumentada e, por vezes, consertada; todos os anos fazem os moradores deste lugar a sua festa a S. Bárbara, num dos domingos do mês de Outubro, DEPOIS DA COLHEITA, à custa de esmolas. Da igreja da Marinha, parte, de manhã cedo, um círio, que só volta no domingo seguinte. À festa concorre muito povo, não só da Marinha como dos lugares vizinhos.

Tem aproximadamente 105 fogos e 460 almas.

Em 1908 foi criada uma caixa de correio, que começou a fazer o serviço da Marinha para este lugar, em 1 de Julho de 1909, na mesma ocasião em que foi criada outra para o lugar de Picassinos; o serviço do correio está a cargo, neste lugar, do 1º estabelecimento de José de Sousa.

Poucos são os que não têm a sua junta de bois, de que vivem, no serviço de conduções de lenhas, para as fábricas, e madeiras, dos pinhais para a estação do caminho-de-ferro da Marinha, e de suas fazendas que, entre eles, só são considerados os que têm milho e feijão para todo o ano.

O seu terreno é abundante, com boas baixas de regas e bons nascentes de água potável; um deles é conhecido pela antiga fonte de João Dias, por estar em propriedade do antigo nome, de que toda a gente do lugar faz uso; mal acondicionadas, por estarem num simples depósito, de caixa de madeira.

Um dos primeiros melhoramentos, feitos a esta pobre gente deste lugar, foi uma ponte de alvenaria, para facilitar a passagem no Inverno, numa ribeira, aos carreiros, para a guarda do pinhal nacional, construída em Dezembro de 1912, pela primeira Junta de Paróquia Republicana que, há anos, achava depositados 200:000 réis (promessa dumas eleições), cuja lápide de pedra, na mesma, tem a data 1912 – J. P. (Junta da Paróquia).

F I M

NOTAS AO TEXTO ORIGINAL

CAPÍTULO I

1. *O Couzeiro ou memórias do bispado de Leiria*, 2.^a ed., mais aumentada, Leiria, Tipografia Leiriense, 1898, p. 232-235.
2. Na «AMPLIAÇÃO», adiante transcrita [doravante referenciada apenas por «AMPLIAÇÃO»], Joaquim Barosa fornece outros elementos sobre os limites da Marinha Grande.
3. Da 2.^a ed. (1977) não constam os títulos das colunas do presente quadro, o que o torna incompreensível, apesar da excepcional importância histórica dos dados que apresenta.
4. A referida creche viria a ser inaugurada em 5 de Outubro de 1913, no âmbito do programa dos festejos do 3.^o aniversário da implantação da República. Na «AMPLIAÇÃO» Joaquim Barosa fornece outros elementos sobre o assunto.
5. Entre os quais se destaca a notável obra de António Arala Pinto, *O Pinhal do Rei. Subsídios*, vols. I e II, Alcobaça, 1938-1939.
6. No exemplar das *Memórias da Marinha Grande* [doravante referenciadas por *Memórias*], que pertenceu a Joaquim Barosa, o autor acrescentou, em letra manuscrita: «9.^a e 10.^a, e 4 grupos de cantões com o número de guardas determinado».
7. Da 2.^a edição das *Memórias* não consta o que se localiza entre «com orientação» e «divergências».

8. Joaquim Barosa, no exemplar das *Memórias* que lhe pertenceu, acrescentou, em letra manuscrita:

«*A forma de fazer os cortes* – Os cortes finais são autorizados antecipadamente [entenda-se, «com a antecedência de»] 3 anos, para nestes serem resinados e, ao 3º ano, abatidos. Os cortes de cultura são autorizados antecipadamente um ano e resinados neste, abatidos depois». «O período da resinagem é de 8 meses e os cortes de Março a Outubro».

«O pinhal, anualmente abatido, corresponde ao seu desenvolvimento, considerando-se portanto o pinhal de Leiria sempre em tacho [forma, desenvolvimento]».

CAPÍTULO II

1. Em trabalho recentemente publicado, indica-se o ano de 1747 como o da transferência da fábrica de vidros de Coima para a Marinha Grande (Jorge Custódio, «A Real Fábrica de Coima e as origens da indústria vidreira na Marinha Grande (1719-1826)», *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial. Coimbra – Guimarães – Lisboa/1986. Actas e comunicações*, vol. I, Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial/Coimbra Editora, Coimbra, 1919, p. 41).
2. Acrescente-se que Brito Aranha, além de ser referir às «companhias arrendárias», fornece vários outros elementos sobre a então Fábrica Nacional de Vidros da Marinha Grandes (P.W. de Brito Aranha, *Memórias historico-estatísticas de algumas villas e povoações de Portugal, com documentos ineditos*, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira-Editor, 1871, p. 156-179).
3. Parte considerável da estrada nacional de Lisboa ao Porto (troço de Lisboa a Coimbra) foi construída por D. Maria I e não por D. Maria II, como se afirma no texto. É certo, todavia, que só em plena «Regeneração» a dita estrada ficaria concluída (cfr. Artur Teodoro de Matos, *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, vol. I, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980, p. 39-43).

4. Entenda-se «fizessem».
5. O autor das *Memórias* acrescentou, no exemplar que lhe pertenceu: «Nasceu em Lisboa, em 11-11-1801». Há, todavia, um equívoco quanto ao mês, pois diversas outras fontes (*Dicionário Histórico...* dir. por Esteves Pereira, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira e Enciclopédia Verbo*) indicam, como data de nascimento do 1º Conde de Farrobo, 11.12.1801. Viria a falecer, em Lisboa e na mesma casa onde nascera, em 24.11.1869.
6. Entenda-se «ao».
7. Entenda-se «tomar».
8. Tratava-se de Sebastião Betâmio (e não Botamio, como se lê no texto) de Almeida, notável químico e escritor, que viveu entre 1817 e 1864 («Betâmio de Alemida» (Sebastião), *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 4, Lisboa, Editorial Enciclopédia, s.d., p. 602-603).
9. A grafia correcta é «Frutuoso».
10. Entenda-se «para este».
11. Entenda-se «que».
12. Eduardo Coelho dedicou à Marinha Grande e arredores as páginas 175 a 201 da citada obra (Eduardo Coelho, *Passeios na Província, I: De Lisboa a Vizeu – Até Covilhã. Á Marinha Grande*, Lisboa, Tipografia Universal, 1873).
13. Entenda-se «5ª vez» e não «3ª vez», como se verifica pela leitura do texto.
14. Entenda-se «sob».
15. A extraordinária importância e o significado da Fábrica de Vidros, fundada por Guilherme Stephens, em 1769 – futura Nacional Fábrica de

Vidros, Antiga Nacional Fábrica de Vidros e, mais recentemente, Fábrica-Escola Irmãos Stephens –, encontram-se bem patentes nas *Memórias da Marinha Grande*, de Joaquim Barosa, ora reeditadas. Com efeito, dedica-lhe mais de um quarto (26%) do número total de páginas, do texto das 1ª e 2ª edições. Na «AMPLIAÇÃO», acrescentada à presente edição, volta ao assunto, uma ou outra vez, mas sobretudo na rubrica «Mais apontamentos sobre a Antiga Fábrica Nacional de Vidros».

Será que uma reflexão cuidada sobre as numerosas crises, por que aquela unidade passou ao longo da sua história, narradas, entre outros, por Joaquim Barosa, e por Carlos Vitorino da Silva Barros (*Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande. II Centenário, 1769-1969*, Lisboa, Fábrica-Escola Irmãos Stephens, 1969), permitirá manter alguma esperança, sobre o seu futuro destino? Será que ainda se tornará possível a mobilização de vontades – política, empresarial e cultural –, capazes de remediar aquela que ficou a marcar o ano passado (1992), como o mais grave e condenável atentado ao nosso património, cultural e industrial? Será, por último, que esta é apenas mais uma crise ou, ao invés, a última das crises?

CAPÍTULO III

1. Trata-se do seguinte trabalho, recentemente reeditado: Visconde [2º] de Balsemão, «Memória sobre a descrição física, e económica do lugar da Marinha Grande, e suas vizinhanças», *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)* (dir. de edição de José Luís Cardoso), t. V, Lisboa, Banco de Portugal, 1991, p. 197-212. Sobre o autor da *Memória* citada, frequentemente confundido com seu pai (1º Visconde de Balsemão), ver José M. Amado Mendes, «Memórias sobre a província do Minho pelo 2º Visconde de Balsemão (Introdução, transcrição e notas)», *Revista Portuguesa de História*, t. XVIII, 1980, p. 31-39.
2. O referido *Diária do Governo* foi publicado em 20 e não em 17 de Abril.

3. Há uma ligeira diferença entre o que o autor das *Memórias* transcreveu e o que se encontra no citado decreto, pois aqui pode ler-se: «... e esta freguesia anexada ao concelho de Leiria».
4. Sobre a dita fábrica ver, entre outros trabalhos: Ramalho Ortigão, *A Fábrica das Caldas da Rainha. Antigo-extracto para a «Gazeta de Notícias»*, Porto, Tipografia Ocidental, 1891; João B. Serra, «Arte e indústria na transição para o século XX: a fábrica dos Bortalos», *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988 (1º), p. 275-311.
5. Ver, sobre o referido empreendimento metalúrgico de Pedreanes, Joaquim de Oliveira da Silva Bernardes, *Leiria no século XIX. Aspectos económicos*, Leiria, Assembleia Distrital, 1981, p. 76-189; Fernando Marrazes, «À descoberta da história perdida», *Diário*, de 9.7.1988, p. 13-14.
6. Entenda-se «sob».

CAPÍTULO IV

1. Entenda-se «sob».
2. Obra já anteriormente referenciada (cfr, *supra*, nota 2, do capítulo II).
3. No edifício da antiga Resinagem, posteriormente desactivado, viria mais tarde a ser instalado o Mercado, cuja inauguração festiva teve lugar no dia 3 de Maio de 1942 (*Região de Leiria*, de 7.5.1942, p. 3).
4. Entenda-se «siemens».
5. A antiga Fábrica Nova – actual IVIMA –, já considerada importante por Joaquim Barosa em 1912, viria, posteriormente, a atingir um lugar de destaque no contexto vidreiro marinhense, graças à boa qualidade dos seus produtos. A propósito, sublinharia Matos Sequeira: «é a que mantém hoje a primazia entre a vidraria nacional, guardando e acrescentando a tradição das antigas manufacturas que saíam dos

fornos de Coína, do Côvo e da Marinha Grande e que brilharam nas mesas, nos toucadores e nas credências dos nossos antepassados» (Matos Sequeira, *apud* Vasco Valente, *O vidro em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1950, p. 102).

6. Segundo informa Vasco Valente (*op. cit.*, p. 102), a «Central», de José Ferreira Custódio Júnior, começou a funcionar em 1894. Mantém-se em laboração e completará, no próximo ano, o seu primeiro centenário. Tratar-se-á de uma ocasião oportuna, a qual deveria ser aproveitada para lançar mais alguma luz sobre a sua já longa história e, bem assim, para maior divulgação do seu importante património industrial.
7. No texto lê-se, por lapso, «conhecido».
8. Entenda-se «sob».
9. Foi em 1899 (e não em 1903), por escritura de 5 de Agosto, que José dos Santos Barosa passou a ser o único proprietário da fábrica e que começou a ser adoptada a firma «Santos Barosa & C^a., Sucessor» (cfr. José M. Amado Mendes, com col. de Manuel Ferreira Rodrigues, *Santos Barosa – 100 anos no vidro, 1889-1989*, Marinha Grande, Santos Barosa – Vidros, S.A., 1992, p. 31 e 168, nota 68).
10. A comenda do «Mérito Industrial» foi atribuída a José dos Sants Barosa em 9 de Dezembro (e não de Novembro) de 1898 (*op. cit.*, na nota anterior, p. 30 e p. 168, nota 50).
11. Nas oito décadas que se seguiram, a Santos Barosa, além de ter continuado a prosperar – como se verifica pela recente remodelação levada a cabo –, tem vindo, igualmente, a preservar o seu património histórico. Por tal motivo, foi possível comemorar condignamente o seu primeiro centenário, não só através da publicação da respectiva *História* (referenciada *supra*, nota 9, deste capítulo), como da instalação e abertura ao público de um Museu da Empresa e ainda da constituição de um arquivo histórico.
12. Entenda-se «siemens».

13. A dita fábrica, de Ricardo dos Santos Galo, viria a especializar-se na produção de vidro de embalagem. Em 1979 empregava 636 trabalhadores e produzia 40 000 toneladas/ano, no valor de 400 000 contos (Lizette Fidalgo e Osório Castro, «Marinha Grande: Vencer o passado, construir o futuro», *Poder Local*, nº 14, Julho/Agosto 1979, p. 52).
14. Entenda-se «Luzirão» ou, segundo também por vezes se escreve, «Luzeirão». Todavia, há quem considere esta última forma errada (cfr. Edmundo Oliveira Órfão, *O pô cheira a flores!... Vultos e sínteses da História de S. Pedro de Moel e Marinha Grande*, Marinha Grande, 1985, p. 113).
15. Sobre a acção de José dos Santos em prol da Marinha Grande, como autarca, ver J. M. Amado Mendes, *Santos Barosa – 100 anos no vidro*, *cit.*, p. 41-46.
16. No exemplar que pertenceu ao autor, este acrescentou, em letra manuscrita: «vidro preto».
17. Joaquim Barosa acrescentou, no exemplar que lhe pertenceu: «Conseguiu arranjar fortuna e faleceu [a] 7 de Maio de 1926, aos 64 anos de idade». Sobre Guilherme Pereira Rodão, corroborando a apreciação de Joaquim Barosa, escreveu Edmundo O. Órfão: «Venceu todas as contrariedades que na vida se [lhe] depararam, para a concretização do seu sonho... uma fábrica de vidros. Foi operário, oficial de vidraça, na antiga Nacional Fábrica. Muito amigo dos pobres, deixou saudade inesquecível» (Edmundo O. Órfão, *op. cit.*, p. 12).

CAPÍTULO V

1. O ano de 1860, referido por Joaquim Barosa, coincide com o que se pode ver na parte superior do portão (de ferro), do dito cemitério.
2. Entenda-se «pagou».

3. Entenda-se a «então vila», já que, em 11 de Março de 1988, a Assembleia da República decretou a elevação da Marinha Grande à categoria de cidade (Lei nº. 38/88, de 19 de Abril, publicada no *Diário da República*, I série, nº 91, de 19.4.1988, p. 1479).
4. Na «AMPLIAÇÃO», adiante transcrita, Joaquim Barosa sublinha o importante contributo, dado por ele próprio, para a instalação e a dinamização cultural da mencionada Associação dos Bombeiros Voluntários.
5. A referida Associação de Classe (AC) dos Operários Vidreiros, ainda que com uma actividade pouco divulgada, na sua primeira fase – de 1894 aos inícios do século XX –, foi a única que existiu na Marinha Grande, no sector vidreiro, até 1917. Inicia-se, então, uma nova fase – 1917 a 1931 –, em que as Associações de Classe se organizam por especialidade: AC dos Manipuladores de Vidraça (1917), AC dos Garrafeiros (1919), AC dos Cristaleiros (1924) e AC dos Lapidários (1930). Esta última «serviria de motor à união das mais antigas», o que viria a suceder, em 1931, com a criação de um sindicato único (Maria Filomena Mónica, «Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande», *Análise Social*, vol. XVII (67-68-69), 1981, p. 539-545 e 541, nota 165). Para o estudo do sindicalismo vidreiro marinhense, de 1919 a 1945, ver a importante fonte divulgada por Maria Filomena Mónica, *Os vidreiros da Marinha Grande. Actas sindicais (1919-45)*. Prefácio e notas de (...), «Estudos e Documentos ICS», nº 5, s.d.

CAPÍTULO VI

1. O terreno, onde a «Fábrica dos Franceses» esteve instalada, viria posteriormente (há cerca de vinte e tal anos, segundo informação do Senhor José Duarte Quaresma), a ser adquirido pela firma Santos Barosa.
2. No texto lê-se: «na cozedura... é feito», em vez de «a cozedura... é feita».

3. À margem, o autor acrescentou, no exemplar que lhe pertenceu: «1902». Trata-se, por certo, do ano da respectiva fundação.
4. Aqui, também à margem, Joaquim Barosa acrescentou «1897», reportando-se, a exemplo do indicado na nota anterior, aos começos da dita unidade.
5. A comercialização das carnes por particulares, nem sempre nas melhores condições higiénicas, já, em 1903, havia sido objecto de reparo da parte de José dos Santos Barosa, solicitando, inclusive, a fiscalização pelo subdelegado de saúde (José M. Amado Mendes, *Santos Barosa...*, p. 43 e 171, notas 172 e 173).
6. À margem, no exemplar que pertenceu ao autor, em letra manuscrita, lê-se: «1902». Tratar-se-ia da data de criação dos referidos lugares, para a colocação de médios.
7. A exemplo do que sucede nos restantes catorze casos, corrigiu-se o texto da 1.ª edição (da qual constavam «250:000») – geralmente reproduzido, sem a devida correcção, também na 2.ª edição –, partindo das próprias correcções de Joaquim Barosa, em «Erratas mais importantes». Estas, incluídas no final da obra na 1.ª edição, foram eliminadas da 2.ª edição, mas sem que, previamente, se tivessem efectuada as devidas correcções.
8. Trata-se de José dos Santos Barosa que, além de industrial de grande mérito, foi vereador da Câmara Municipal de Leiria, durante dois triénios (1899-1904), e a quem a Marinha Grande muito ficou a dever (cfr. *supra*, cap. IV, notas 9 e 10).
9. Em vez de «Para a» entenda-se «A».
10. No texto lê-se «O».
11. No texto lê-se: «do registo».
12. O referido diploma (de 10.11.1911) – que institui o registo civil obrigatório – faz parte de um conjunto de medidas legislativas, promul-

gadas naquele ano pela novel República, as quais são globalmente referenciadas como «Lei de Separação da Igreja do Estado». O elevado número de registos, efectuados na Marinha Grande, entre Abril e Dezembro de 1911, além da importância da localidade – a que alude o autor –, pode ter estado relacionado com uma grande receptividade em relação ao dito diploma, o que, muito provavelmente, levaria ao seu pontual e quase integral cumprimento. Assim, na sequência da hipótese formulada, há que averiguar, no que respeita à diferença do número de registos, entre a Marinha Grande e a sede do distrito, o que se deveu, por um lado, ao movimento estritamente demográfico e, por outro, à diferença no eventual cumprimento da nova lei.

CAPÍTULO VII

1. A propósito da «rápida evolução» da Marinha Grande, a que se refere Joaquim Barosa, ver o trabalho de síntese que dediquei ao assunto: José M. Amado Mendes, «Concentração da indústria vidreira na Marinha Grande: Repercussões socioeconómicas», *Revista de História* (Centro de História da Universidade do Porto), vol. VIII, 1988, p. 357-368.
2. Como se pode ver *infra* («AMPLIAÇÃO»), a luz eléctrica só viria a ser inaugurada na Marinha Grande em 6 de Junho de 1926, dia de festa da Sr.^a do Rosário, padroeira da respectiva freguesia. Recordo que, anteriormente, já diversas vilas e cidades, da Região Centro interior, usufruíam da iluminação eléctrica, graças à conjugação de dois factores: a existência de numerosos cursos de água, adequados à instalação de centrais hidroeléctricas – ou seja, mini-hídricas – e a colaboração entre algumas empresas industriais, proprietárias de várias daqueles centrais, e as Câmaras Municipais, com as quais estabeleciam contratos para o fornecimento de electricidade (cfr. José M. Amado Mendes, «Património Industrial na Região Centro de Portugal: produção e distribuição de electricidade, 1900-1950», comunicação

apresentada em Madrid (17.9.1992), ao *VIII Congresso Internacional para a Conservação do Património Industrial*, no prelo).

3. Pode ler-se, no mencionado despacho (de 19.11.1893): «... que, pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, e em harmonia com os recursos do Estado, seja concedido à mesma sociedade [Sociedade Filomática da Marinha Grande] auxílio para a fundação de uma *escola industrial*, competindo a administração disciplinar e financeira da escola à referida sociedade e a direcção e inspecção técnica ao dito Ministério» (*Colecção de Legislação. Ano de 1895*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p. 876) (itálico meu).
4. Da 2.^a edição consta, erradamente, «1913».
5. Note-se que, já em 1912, o autor chamava a atenção para «o grande número de forasteiros» que procuravam a Marinha Grande, motivados pela curiosidade do fabrico do vidro. Esta vertente turística – ou, melhor, turístico-cultural –, aliada à da museologia, carece de ser mais desenvolvida na Marinha Grande, pois trata-se de uma área de enormes potencialidades. É que, mesmo por ocasião das tradicionais crises cíclicas no sector – o que também se poderá aplicar ao ramo dos moldes –, a referida componente poderá atenuar, de forma considerável, os efeitos sociais, económicos e psicológicos daquelas.
6. Entenda-se «0,55 metros».
7. Entenda-se «0,5 metros».
8. Sobre a referida inscrição, que tem suscitado algumas dúvidas, ver: Domingos Sousa Brandão, «Epitáfio de “Maxuma” filha de “Procolona”», *Conímbriga*, vol. XI, 1972, p. 113-115; José Manuel Garcia, *Epigrafia lusitano-romana no Museu Tavares Proença Júnior*, Castelo Branco, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Cultural/Museu Tavares Proença Júnior, 1984, p. 129 (Ao colega e amigo, Doutor José d'Encarnação, muito grato, por me ter fornecido estas indicações bibliográficas).
9. Esta versão integra a proposta de correcção de Joaquim Barosa, na

«Errata» à 1.^a edição, já que, quer no texto desta, quer no da 2.^a edição, se pode ler: «A Marinha Grande está a 50 metros acima do nível do mar, tirado do adro da igreja».

CAPÍTULO VIII

1. Acerca das grafias «Muel» ou «Moel», sobre as quais não há unanimidade – pelo que continuam ambas a ser usadas –, ver Artur Neto de Barros, *Subsídios para uma monografia de S. Pedro de Moel*, 2.^a ed., com uma *adenda* contendo correcções à 1.^a, Marinha Grande, ed. do A., 1989, p. 77-78.
2. Como é sabido, o vaticínio do autor viria a concretizar-se, como se pode verificar, em nossos dias.
3. A «berlinda» era uma carruagem antiga, de dois lugares e quatro rodas.
4. No texto lê-se «do», como aliás sucede sempre que o referido titular é mencionado por Joaquim Barosa.
5. No texto lê-se «a da», em vez de «dada».
6. Onde se lê «porque os», entenda-se «por causa dos».
7. Note-se o facto de Joaquim Barosa, por 1912, ainda sublinhar o facto de os banhistas, porque residiam próximo da praia, tomarem o seu banho e se vestirem em sua casa, não obstante, para justificar o dito comportamento, evocar os «costumes antigos».
8. Entenda-se «sob».
9. Entenda-se «a qual», cujo antecedente é a administração das matas.
10. Entenda-se «como por».
11. Na «AMPLIAÇÃO», adiante transcrita, Joaquim Barosa fornece outros ele-

mentos sobre o Farol do Penedo da Saudade (S. Pedro de Muel), os quais foram obtidos numa visita que ali efectuou, em 11.10.1919.

12. Na dita «AMPLIAÇÃO», o dito ramal aparece com o comprimento de 800 metros.
13. Entenda-se «sob».
14. Francisco Rodrigues Lobo, nascido em 1580 (ou pouco depois), faleceu em 1621 e não nas datas indicadas no texto (cfr. António José Saraiva, *História da Literatura Portuguesa*, 1.º vol.: *Das origens ao Romantismo*, Lisboa, Estúdios Cor, 1966, p. 105; «Rodrigues Lobo (Francisco)», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 26, Editorial Enciclopédia, 1978, p. 37).
15. No texto lê-se «no».

Ampliação

A CONSTRUÇÃO DO 2.º FORNO A TANQUE, DE VIDRAÇA, NA MARINHA

Este 2.º forno a tanque, de vidraça, foi construído na Nova Fábrica, cuja construção levou 90 dias; foi deitado lume em 13 de Dezembro de 1913 e entrou em laboração em 5 de Janeiro de 1914, pouco tempo depois de feita a fusão das 2 fábricas, Nacional e Nova, sobre ¹ a gerência de Júlio Vieira da Cruz.

FÁBRICA MARQUÊS DE POMBAL

Esta fábrica, de cristal, encontra-se ao sul, saída da vila, em terreno que, para esse fim, foi comprado da quinta de Joaquim Afonso de Barros. Pouco tempo levou a sua construção; levou lume, o forno, em 1 de Agosto de 1917 e entrou em laboração em 20 do referido mês e ano.

Constituída em sociedade, cuja iniciativa se deve à saída de António Magalhães Júnior da Companhia da Nacional e Nova Fábrica, que faleceu poucos dias antes de começar a sua elaboração, que se encontra sobre ² a administração de João de Magalhães, sobrinho do falecido.

FORNO A TANQUE, DE CRISTAL, NA NOVA FÁBRICA

Em 1910 foi, por iniciativa do seu administrador, António de Magalhães Júnior, construído nesta fábrica, à beira da estrada da estação, um forno a tanque, de cristal, cuja planta foi executada pelo fomalista João Francisco Alves, que começou a sua laboração em 5 de Junho de 1911 e cessou em 1 de Outubro, 4 meses depois, pelo facto de dar pouco resultado em depósitos de fusão [e] se tornar amarelo.

NOVA FÁBRICA DE VIDRAÇA, POR MARIANO PEREIRA HENRIQUES

Esta fábrica foi construída em Junho de 1914; poucos meses depois de começar a sua laboração parou, por falta de capital.

Foi vendida à firma de Tomás da Cruz & Filhos, da Praia do Ribatejo, que foi modificada para uma serraria mecânica, que se encontra actualmente explorando essa indústria.

A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DA MARINHA À NAZARÉ, POR PATAIAS

Tiveram ³ começo os primeiros trabalhos de construção desta estrada a macadame ⁴, como ramal da estrada nº 59, que liga a Marinha à Nazaré, por Pataias, na distância de 20 quilómetros, em 30 de Março de 1914, cujo traçado há ⁵ 30 anos foi aprovado, pelo grande interesse que há em ligar estas povoações. Houve grande manifestação de regozijo, pelas ruas da vila, com foguetes, música e muito povo.

Deve-se, em grande parte, o começo destes trabalhos ao Sr. Trava-sos Lopes. [Tratou-se de] um dos melhoramentos importantes para a Marinha Grande, que era uma terra engarrafada ⁶.

FÁBRICA DE GARRAFAS DE JOSÉ DE OLIVEIRA

Achava-se instalada para esse fim nos barracões em fábrica de telha, tipo marselha. Em Abril de 1917 passou a fabrico num pequeno forno a gás, de 4 cadinhos, a garrafas e garrafões, e pelas dificuldades que encontrou, por falta de capital, constituiu sociedade sob a firma Oliveira & Gomes, Marques & Companhia Limitada, por escritura pública, feita em Leiria, pelo notário Pedro Dias, em 15 de Maio de 1917.

ABALO DE TERRA QUE OCASIONOU A CATÁSTROFE DE BENAVENTE

Foi em 23 de Abril de 1909, às 17 horas e 10 minutos; muito se fez sentir nesta região, como não há memória nos últimos tempos, encontrando-me na fábrica de serração dos franceses, à estação do caminho-de-ferro, colhendo elementos para este livro. Foi tal a impressão que me causou, como se tivesse levado um choque eléctrico. Foi grande o desastre que causou em Benavente e outras povoações do Ribatejo ⁷.

A COTA EM QUE ESTÁ A MARINHA GRANDE ACIMA DO NÍVEL DO MAR

A cota da Marinha, acima do nível do mar, segundo uma nota que obsequiosamente me foi cedida pela direcção das Obras Públicas do Dis-

trito de Leiria:

- marca que tem por base a torre da Igreja 87,0 m.
- marca X na soleira da porta da Igreja 87,0 m.
- marca + do degrau da Creche 86,87 m.

UMA DAS ÚLTIMAS RECLAMAÇÕES QUE A POVOAÇÃO DA MARINHA GRANDE E VIEIRA FEZ SOBRE A RESTAURAÇÃO DO SEU CONCELHO

Em vista da nova revisão administrativa, pouco tempo depois da implantação da República, por intermédio da Junta de Freguesia, foi feita reclamação ao Governo, em 8 de Abril de 1914, em que tomou [parte] toda a povoação [de] Vieira e Marinha, sem cor política.

Várias comissões foram a Lisboa ⁸, a que o Governo respondeu não achar a ocasião oportuna, visto aparecer uma grande febre de concelhos e verem-se obrigados [a] aplicar a lei-travão, mas que a Marinha Grande estava num caso excepcional. Pela boca do Sr. Tomás Cabreira, então Ministro das Finanças, lhe foi dito, e não criando mais encargos ao Governo, mas que a promessa feita à Marinha havia de ser cumprida. Como passado algum tempo não fossem satisfeitas as aspirações destes povos, e sendo a situação democrática, no poder, a que mais predomina na Marinha, abandonaram e demitiram-se todas as entidades democráticas republicanas: Comissão Paroquial, Junta de Freguesia, o encerramento do Centro Democrático, juiz de paz, regedor e vereadores da Câmara de Leiria, etc. Voltando a retomar os seus lugares, em vista do compromisso tomado pelo Directório, em reunião dos parlamentares democráticos, na próxima legislação, até ao fim do corrente ano de 1914 ⁹.

OS MELHORAMENTOS FEITOS PELA 1.ª JUNTA DE FREGUESIA REPUBLICANA, NOS 3 ANOS DE SUA GERÊNCIA

A instalação da creche, no edifício do antigo Clube, que para esse fim todos os accionistas em seu proveito cederam todas as suas acções. A condução das águas do depósito para a mesma. A ponte de passagem da Garcia para a guarda do Pinhal Nacional, que há anos se achavam 200 escudos em mãos estranhas, dados pelas Matas Nacionais para uma pon-

te de madeira, concessão dada em madeira do pinhal, promessa feita numas eleições pelo silvicultor Adolfo de Oliveira aos povos deste lugar.

As obras do pátio do edifício da junta de freguesia, divisão para as 2 escolas, com produto da caixa da Sra. das Dores, que estava em poder dos herdeiros do seu juiz, Joaquim Filipe, falecido, e que a junta obrigou [a] apresentar.

A ponte da Amieirinha, que obteve da Câmara de Leiria 15\$00, e o resto da despesa pela junta, obra esta feita em alvenaria.

A ponte do Lameiro, em alvenaria, nas mesmas condições de despesas.

A concessão do terreno do Passal, mediante a renda de 2\$00 anuais, para utilidade pública, transformando-o num parque arborizado ¹⁰.

A conservação de uma zona maior na praia de S. Pedro de Muel para edificações.

O asseio em que se encontra o cemitério da vila.

UMA SINDICÂNCIA FEITA AO NOTÁRIO JOAQUIM FERREIRA CUSTÓDIO JÚNIOR, DA MARINHA GRANDE

No jornal *O Mundo*, de 29 de Janeiro de 1911, deu[-se] notícia, em nota da arcada, o proceder-se a uma sindicância aos actos officiosos do notário da Marinha Grande, José Ferreira Custódio Júnior, que poucos dias depois lhe foi feito, ignorando qual o seu resultado, constando apenas serem encontrados agravos.

AS EMPRESAS QUE TRABALHARAM COM [A] ANTIGA FÁBRICA NACIONAL DE VIDROS, DESDE A SUA FUNDAÇÃO

Guilherme Stephens	de 1769 a 1802	... 33 anos
João Diogo Stephens (irmão)	" 1802 a 1826	... 24 »
Conde de ¹¹ Farrobo	" 1827 a 1847	... 20 »
Manuel Joaquim Afonso e Virgolino	..	" 1848 a 1859	... 11 »
Casimiro José de Almeida	" 1860 a 1862 2 »
Jorge Croft e Conde de Azarujinha	" 1864 a 1894	... 30 »
Parceria Bracourt ¹²	" 1894 a 1895 1 »
Conde de Azarujinha – 2ª vez	" 1896 a 1907	... 11 »
António de Bastos Nunes	" 1908 a 1919	... 11 »

Foram vendidas, por este, as acções aos accionistas da Nova Fábri-

ca, que fizeram a sua fusão, pouco tempo depois de arrematadas por 19 anos, e sendo rescindido no DIÁRIO DO GOVERNO, de 9 de Abril de 1919, 2ª série, nº 81, pela falta do seu cumprimento, na parte que diz respeito a não ter subsidiado os operários, por interrupção do trabalho, e outras faltas, etc.

Por este facto de má fé do seu administrador gerente, Júlio Vieira da Cruz, e já por vários conflitos entre a empresa e os seus operários, o Sr. Ministro do Trabalho, socialista Augusto Dias da Silva e seu secretário, Custódio de Mendonça, houveram por bem fazer a vontade às aspirações antigas dos operários, entregando-lhes a exploração directa da fábrica, mediante o decreto no DIÁRIO DO GOVERNO, de 16 de Abril de 1919 ¹³.

O PASSAL ARBORIZADO E REQUERIDO PELA JUNTA DE FREGUESIA, PARA PARQUE

A junta de freguesia requereu, à Direcção Geral dos Eclesiásticos, 1.^a Repartição, a cedência do conhecido terreno do passal, para utilidade pública e ser arborizado, com fim dum parque, cujo decreto veio publicado no DIÁRIO DO GOVERNO, nº 45, de 25 de Fevereiro de 1913, com data de 22 do referido mês e ano, cedendo[*o*] mediante a renda de 2 escudos ¹⁴.

E foi arborizado, pela mesma Junta, em 12 de Março de 1913, por ocasião da festa da árvore.

A INSTALAÇÃO DA CRECHE PEREIRA CRESPO

Foi inaugurada esta creche em 5 de Outubro de 1913; fez parte do programa dos festejos do 3º aniversário da República Portuguesa e a elas concorreu muito povo, não só da Marinha como das povoações circunvizinhas, com assistência da família do Benemérito Pereira Crespo, Governador Civil de Leiria, D. João Baptista Frazão, acompanhado por vários cavalheiros de Leiria e Luz de Almeida, etc.

A sua instalação muito se deve à dedicação da primeira Junta da Paróquia Republicana que, pouco tempo depois, passou a denominar[*se*] de Junta de Freguesia, e era composta dos seguintes cidadãos: José Simplicio de Sousa Virgolino, Júlio Carlos Etur, José de Sousa Neto, Joaquim Augusto Ferreira de Moraes e José de Sousa.

Diga-se a verdade, muito deve a Marinha Grande a esta Junta pelos melhoramentos feitos na sua gerência, de 3 anos.

A criação desta creche, conforme o legado de Pereira Crespo, desde 1908 se achava ao cuidado [por um período] de 5 anos, das juntas das paróquias monárquicas, mas aos desmandados dos politiqueiros caciques pouco tempo sobejava das promessas balofas com que muitas as vezes nos intrujavam.

A RETIRADA DO ARQUIVO PAROQUIAL PARA LEIRIA, PARA A REPARTIÇÃO DO REGISTO CIVIL

Este arquivo foi retirado desta freguesia para Leiria, em 6 de Julho de 1912, pelo Conservador do Registo Civil, Sr. Adolfo Leitão, em harmonia com a lei do Registo Civil, pelo facto de se achar abandonada a freguesia pelo seu pároco encomendado, Brites de Leiria, e ter tomado parte na conspiração monárquica da Azóia, contra a República, em 5 de Julho de 1912 ¹⁵.

Por este facto, esteve a freguesia, sem pároco ¹⁶ nem missa, 6 meses.

COOPERATIVA DE CONSUMO DOS EMPREGADOS FLORESTAIS

Pelos empregados florestais foi criada esta cooperativa, que teve a sua inauguração em 1 de Agosto de 1915 e se encontra instalada no Parque do Engenho, em casa construída pelas Matas para esse fim, do lado do poente.

A RESTAURAÇÃO DO ANTIGO CONCELHO DA MARINHA GRANDE, DEPOIS DE 79 ANOS DE EXTINTO, EM 1838

Em 29 de Março de 1916, pelo deputado do distrito de Leiria, Vitorino Godinho, foi apresentada na Câmara dos Deputados a proposta de lei para a restauração do Concelho da Marinha Grande, que foi aprovada, sem discussão.

Em 8 de Janeiro de 1917, foi aprovado no Senado, sem discussão, com as 2 freguesias mais importantes do Concelho de Leiria, Marinha e Vieira.

Por este melhoramento houve grande regozijo, entre os povos que compõem este concelho.

Por nomeação do Governador Civil e intervenção do Ministro do Interior foi nomeada a Comissão Instaladora em 16 de Fevereiro do corrente ano [1917], composta dos seguintes cidadãos: Presidente, José dos Santos Barosa, independente, José Simplício de Sousa Virgolino, democrático, Joaquim Matias Sobrinho, Ilídio Duarte de Carvalho, evolucionistas, efectivos da Marinha; e, da Vieira, João Gouveia Pedrosa, democrático, e seus respectivos substitutos.

Foi a sua inauguração um grande dia de festa para a Marinha, em 26 de Março de 1917, que foi deliberado ficar dia feriado, escolhido pela Câmara, para o futuro.

Foi nomeado dias depois, para administrador do Concelho, Joaquim Simões da Costa, capitão do quadro de reserva.

A reestruturação deste Concelho foi um compromisso tomado pelos parlamentares democráticos, com maioria nas 2 Câmaras, com as entidades democráticas da Marinha, que assim cumpriram.

Começou a funcionar em 1 de Abril de 1917, aproveitando só assim a parte, no primeiro trimestre, do real de água.

OS FOGOS DE QUE ERA COMPOSTO ¹⁷ O ANTIGO CONCELHO DA MARINHA GRANDE, EM 1836

Carvide	198 fogos
Maceira	277 *
Marinha Grande	402 *
Vieira	220 *
Monte-Real	140 *

[Total] 1 237

O lugar da Moita, desanexado da freguesia de Pataias

42 *

Fogos 1 279 ¹⁸

SANTOS BAROSA & C.^a, LIMITADA

Esta fábrica, depois de 27 anos de laboração por conta do seu fundador, José dos Santos Barosa, foi constituída em sociedade, por escritu-

ra pública feita em 27 de Abril de 1916, pelo notário português da Comarca de Lisboa, Sr. José António de Azevedo Borralho Júnior, Rua de Eugénio dos Santos, 9, 1.^o – Livro n.^o 444, a fls. 80, publicada no jornal *Leiria Ilustrada*, n.^o 540, de 6 de Maio de 1916 ¹⁹.

Pondo em prática a construção de um forno a tanque, de vidraça e garrafas, que levou lume em 10 de Janeiro de 1918 e, [em seguida], começou a sua laboração ²⁰. Pelo local em que está situada, foi feito um cais e linha, que a mesma mandou construir, para facilitar o carregamento dos seus produtos vidreiros, junto à estação do caminho-de-ferro.

A VOLTA DO ARQUIVO, DE LEIRIA, DA JUNTA DE FREGUESIA DA MARINHA GRANDE

O arquivo da freguesia da Marinha que, em 6 de Julho de 1912, tinha sido retirado para a repartição do Registo Civil, voltou para a Marinha em 6 de Abril do ano de 1917, que ficou a cargo do Registo Civil, deste Concelho.

O POSTO DA GUARDA REPUBLICANA

A pedido da Comarca e outras entidades da terra, foi em 21 de Maio de 1917 instalado um posto da Guarda Republicana neste Concelho, de 5 praças e um cabo, de Infantaria 5, de Lisboa, cujo posto se encontra no prédio que era de Simão Marques das Neves, saída da vila, próximo aos Matos.

DELEGAÇÃO DA CRUZ VERMELHA

Esta benemérita associação foi instalada no edifício da resinagem, à Praça, que o Governo cedeu exclusivamente para esse fim, em 1916.

A COOPERATIVA DE CONSUMO «A AURORA»

Esta cooperativa foi fundada, em 1 de Maio de 1917, pelos operários iniciadores da Nova Fábrica de Vidros, instalada na rua Warnhagem, no prédio de Joaquim Ferreira Domingues e, nos princípios de 1919, comprou um prédio ao Luzirão, que era de José Marques das Neves, onde se encontra instalada actualmente.

A FÁBRICA DE GARRAFAS DE JOSÉ MORAIS MATIAS

Foi instalada esta fábrica em 1916, na propriedade de Joaquim das Neves, próximo à Fábrica Marquês de Pombal, saída da vila, à beira da estrada, a caminho da estação de caminho-de-ferro. Foi muito louvável a iniciativa deste operário, um dos mais inteligentes na arte de cristal.

Construiu um pequeno forno a tanque, de 4 pequenos cadinhos, com seu irmão Joaquim Morais. Pela falta de recursos, vendeu a sua parte à firma Gomes & Marques Companhia, Lda., que, actualmente, se encontra em laboração com a referida firma.

A FÁBRICA DE VIDRO E GARRAFAS, DE CARLOS DOS SANTOS GALO

Esta fábrica, cuja construção teve lugar em 1899, também construiu o seu forno a tanque, cujos primeiros trabalhos começaram em 5 de Dezembro de 1917. Levou lume a 17 de Abril de 1918 e começou a sua laboração em 15 de Maio de 1918.

[Forno construído] pelo fonalista Pedro Durão.

FÁBRICA DE SERRAÇÃO MECÂNICA, DE ANTÓNIO MATIAS

Acha-se construída esta fábrica desde 1916, próximo à estação do caminho-de-ferro, com grande depósito de madeiras, em terreno comprado pelo mesmo, para esse fim.

FÁBRICA DE VIDRAÇA E GARRAFAS, DE GUILHERME PEREIRA ROLDÃO

Esta fábrica, construída em 1906, começou a sua laboração com um forno, à portuguesa, a calos de lenha, de 5 cadinhos; hoje, porém, encontra-se a sua laboração [com um ²¹] forno a tanque, [a] cujo fabrico deu começo em Março de 1919, para vidraça e garrafas.

2.º JORNAL «A RESTAURAÇÃO»

Este jornal semanário republicano, independente, que saiu o primeiro n.º em 12 de Abril de 1917, foi criado por António L. Gomes, dentista. Teve poucos meses de vida, pela pouca simpatia que gozava o mesmo Sr. Director e editor.

3.º JORNAL CRIADO NA MARINHA GRANDE, «O MARINHENSE»

Jornal semanal republicano, democrático, cujo primeiro n.º saiu em 1 de Maio de 1917. Foi iniciado por António Afonso Abreu, o seu actual administrador, que teve melhor acolhimento.

A MAIOR GUERRA QUE TEM HAVIDO, DECLARADA PELA ALEMANHA À FRANÇA [E] INGLATERRA, EM QUE SE ENVOLVEU TODA A EUROPA E DUROU 1 559 DIAS

Esta guerra, declarada pela Alemanha à França e Inglaterra e outras nações, envolveu toda a Europa. Para esse fim a Alemanha se preparava 40 anos antes; começou em 1914 e terminou em 11 de Novembro de 1918; durou 1 559 dias.

Teve por consequências, um mês antes da sua terminação – meado de Setembro a fins de Outubro de 1918 –, o aparecimento da epidemia «A Infunza Pneumónica», que se manifestou em toda a Europa.

Só em Portugal morreram 50 000 pessoas ²².

Na freguesia da Marinha Grande, só no mês de Outubro houve 157 óbitos e, durante o mês e meio que durou, houve 250 ²³.

Portugal, na Guerra Europeia [ou seja, I Guerra Mundial, de 1914-18], mobilizou 200 000 homens, dos quais morreram, nos campos de batalha em França, 8 367.

E as despesas resultantes da guerra, em Portugal, são 700 mil contos.

MAIS APONTAMENTOS SOBRE A ANTIGA FÁBRICA NACIONAL DE VIDROS

Pela arrematação de 19 anos, feita em 16 de Setembro de 1908, por António de Bastos Nunes, de Oliveira de Azeméis, que pouco tempo depois vendeu as suas acções à Casa Burnay, fazendo a fusão encoberta com sua Fábrica Nova, a caminho da estação, e foi nomeado administrador gerente das duas Júlio Vieira da Cruz.

10 anos depois, em Agosto de 1918, foram pelo Governò retiradas as lenhas, 15 000 esteres que, pelo contrato de arrendamento, eram dadas ao valor de 51 réis o ester, sendo o seu valor actual, em 1919, de 4:000 a 5:000 réis o estere, posta na fábrica, contando factura, para garantir aos operários os seus meios de subsistência. Esta resolução do Governo foi

pela empresa não ter cumprido o contrato, não dando o respectivo subsídio aos operários, pelas várias interrupções de trabalho na aludida fábrica.

Deu ocasião, este facto de retirarem as lenhas à empresa, [de] parar a sua laboração, em 11 de Janeiro de 1919.

FORNO A TANQUE, PARA GARRAFAS, DE GUILHERME PEREIRA ROLDÃO

Esta fábrica, depois de 13 anos e construção em 15 de Abril de 1906, ampliou o seu fabrico, com um forno a tanque, que começou a sua laboração em 9 de Março de 1919.

A PRIMEIRA VERAÇÃO ELEITA DA CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DA 24 RESTAURAÇÃO DO CONCELHO

A vercação, eleita pelo povo de que é composto este Concelho, cuja posse foi dada pela comissão instaladora na pessoa do seu presidente, José dos Santos Barosa, ficou assim constituída: Presidente do Senado – António Matias; Vice-presidente – Joaquim dos Santos Barosa; Secretário – Joaquim Morais Matias; Vice-secretário – João Magalhães Júnior.

Procedendo-se, em seguida, entre estes, à eleição da comissão executiva, que deu o resultado seguinte: Presidente – José Simplício de Sousa Virgolino; Joaquim Augusto Ferreira de Morais, Dionísio Augusto da Mota, Joaquim Gouveia Pedrosa, Alfredo Luís Feteira.

REGISTO CIVIL

Oficial – José Nicolau Lobo Ferreira Custódio.

Ajudante – José Lúcio Ferreira Gândara.

PRESIDENTES DA CÂMARA MUNICIPAL, DESDE A RESTAURAÇÃO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

1º – José dos Santos Barosa – da Comissão Instaladora

2º – António Matias – da Comissão Instaladora

3º – Ilídio Duarte Carvalho – situação Pimenta de Castro

4º – José Ferreira Custódio Júnior – situação Sidónio Pais
5º – José Simplício de Sousa Virgolino – eleito pelo povo
6º – em 8-4-1919 – Joaquim Augusto Ferreira de Moraes – em comissão.

NOTAS ANTIGAS DA FÁBRICA NACIONAL DE VIDROS

O 1.º forno a gás para cristal, construído, principiou sua construção em 1 de Setembro de 1879 e terminou em 18 de Outubro de 1880. Este forno abateu [a] abóbada e foi reconstruído depois do desmoronamento, e entrou em laboração em 14 de Março de 1882.

O 1.º FORNO A GÁS, PARA VIDRAÇA

Começou a sua construção em 7 de Agosto de 1880 e terminou em 6 de Agosto de 1881.

O FALECIMENTO DO NOTÁRIO JOSÉ FERREIRA CUSTÓDIO JÚNIOR

Faleceu em 14 de Abril de 1919, repentinamente. Era natural da Marinha Grande; os seus patrícios tinham por ele pouca simpatia ²⁵.

MAIS UMA NOVA FÁBRICA DE VIDROS

A caminho da estação, próximo à Nova Fábrica, lado oposto, começou a sua construção, nos primeiros dias de Dezembro de 1919, uma nova fábrica de vidros, que será explorada pela Sociedade Vidreira Marinhense, constituída pelas Sras. D. Balbina Leão de Oliveira, D. Amélia Leão de Oliveira e pelo Joaquim Ferreira Domingues, administrador da mesma fábrica, a quem se deve a sua construção, e António da Silva Frazão.

A FÁBRICA QUE ERA DE MARIANO PEREIRA HENRIQUE

Esta fábrica tinha sido comprada, pouco tempo depois de começar a sua laboração, pelo Sr. Tomás da Cruz & Filhos, que a transformou numa serração.

Foi vendida, em Dezembro de 1919, ao Sr. Manoel Pereira Raposo, para o fabrico de garrafas, com sociedade constituída.

APONTAMENTOS DO FAROL DO PENEDO DA SAUDADE, TIRADOS PELA VISITA FEITA EM 11-10-1919

A construção deste importante farol começou em 1909 e a sua inauguração em 15 de Fevereiro de 1912, ao norte da pitoresca praia de S. Pedro de Muel, que a liga com uma estrada, construída com esse fim, de 800 m. de comprido.

Tem, no livro de registo de 1915, o referido farol [o] n.º 30; tem [de] altura 33 m, com a cúpula, e 55 m acima do nível do mar. Aparelho em sistema [de] incandescência. Aparência e cor da luz, duração da fase: clarões brancos, simples, com 7,5 segundos de intervalo. Alcance, em transparência média atmosférica, 33 milhas. Ilumina todo o horizonte marítimo. Intensidade média, em carcéis, 118; cada carcel equivale a 10 velas, [com] cada pavio de 3 fios.

SOCIEDADE VIDREIRA LUSITANA, LDA.

Esta fábrica de vidros, na Marinha Grande, com sede em Lisboa – Cais do Sodré, 52 –, foi construída com um forno a gás, de 4 cadinhos, para garrafas, no lugar dos Matos, em 15 de Março de 1920, na propriedade que era de Armindo dos Santos Marrazes, sobre a gerência de Emílio Galo Carvalho, sócio da mesma.

Com escrituras, feitas em 1 de Fevereiro do referido ano.

A EXONERAÇÃO DE MEU FILHO, DE AMANUENSE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Por incompatibilidade com o chefe da secretaria, Jaime de Almeida Coutinho, e por ganhar pouco, pediu, por escrito, a sua exoneração, que foi apresentada em sessão do Senado no dia 19 de Janeiro de 1920. Ganhava 1\$116 por dia e passou a ganhar, na ocasião de estar para sair, 1\$50. Não aceitando, foi para chefe da fabricação de garrafas, para a fábrica de vidros de Guilherme Pereira Roldão, no mesmo dia, com o ordenado de 1\$60, que passou a 2\$00, um mês depois.

DEIXEI A ARTE DO VIDRO

Deixei a arte vidreira, que exercia desde os 9 anos de idade, com a categoria de oficial de cristal, até aos 55 anos. Fiz uso da arte 45 anos, 43 na antiga Fábrica Nacional e 2 anos na fábrica de A. Morais & C.^a Lda., onde comecei em 9 de Agosto de 1917. Olhando à minha estabilidade no futuro, ocupei o serviço de pesagem de vidraça aos oficiais e [fui] encarregado do resto da venda, no armazém de artigos de cristal ali fabricados, das pinturas a frio, em vidro verde.

EMPRESA CERÂMICA MARINHENSE, LDA.

Esta empresa foi fundada em Julho de 1920, ao fundo do lugar do Engenho, com o capital de 40 contos, em grande escala, com aperfeiçoamentos mecânicos, sob a direcção de Dionísio Augusto da Mota, José Simplício de Sousa Virgolino, Dr. António Fernandes Gaspar, médico, José Augusto Fragoso, Abílio de Sousa Benedito e outros sócios.

ESTATÍSTICA DA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE, EM 1845

<i>Fogos</i>	<i>Pessoas maiores masculinas</i>	<i>Pessoas maiores femininas</i>	<i>Menores até 7 anos de ambos os sexos</i>
562	965	1 085	449 ²⁷

Movimento da População

<i>Nascimentos</i>	<i>Óbitos</i>	<i>Matrimónios</i>
87	47	18

Confina:

- pelo norte, com a freguesia da Vieira, aceiro da Cova do Lobo, Amor, na distância de 1 légua;
- pelo sul, com a de Maceira e Pataias, na distância de 1/2 légua;
- pelo nascente, com a de Amor, Barosa, Parceiros, na distância de 1 légua;
- pelo poente, com o mar, na distância de 1/2 légua;
- pelos confins desta freguesia, com o ribeiro do Fagundo.

Está nesta Freguesia a Administração Geral das Matas e a particular

dos Reais Pinhais, com 22 Empregados, efectivos ²⁸, e número incerto de carpinteiros, carreiros e trabalhadores.

O Estabelecimento [da] Nacional Fábrica de ²⁹ Vidros, que emprega 170 operários e mais de 100 carreiros.

Anos	Machos	Fêmeas	Total
Em 1838	30	28	58
Em 1839	24	29	53
Em 1840	28	31	59
Em 1841	30	21	51
Em 1842	41	37	78
Em 1843	30	30	60
Em 1844	35	32	67
Em 1845	41	46	87

OS LUGARES DA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE, EM 1845

	Fogos	Homens	Mulheres
Marinha Grande	272	445	546
Engenho	13	22	23
S. Pedro de Muel	1	2	2
Garcia	34	62	65
Portinho e Escovira	8	19	17
Pilado	34	40	55
Carregueiras	4	13	11
Rego	5	14	10
Bico	2	5	4
Figueiras	10	15	17
Casal Galego	10	22	17
Embra	9	19	19
Trutas	9	21	23
Amieira e Pisão	8	15	17
Peroneto	6	16	14
Marinha Pequena	10	20	15
Fagundo	9	10	15
Albergaria	12	24	33
Pedrulheira	6	12	15
Tugeira	6	10	8
Picassinos	25	43	45
Comeira	11	21	20
Amieirinha	4	6	8
Ordem	54	89	86
<i>[Total]</i>	562	965	1 085

[Fonte]: Cópia de uma nota encontrada, na repartição das Matas, que me foi oferecida.

NOVO CAMINHO-DE-FERRO E FLORESTAL, DE VIA REDUZIDA

Reconhecendo a Direcção Geral dos Serviços Florestais a grande necessidade de um caminho-de-ferro florestal de via reduzida, para melhor facilitar as conduções de madeiras e mais produtos do Pinhal Nacional à estação do caminho-de-ferro, linha do Oeste, houve por bem estudar a sua ligação, pondo em prática a sua construção, cujos primeiros trabalhos deram começo em Fevereiro de 1922.

O seu primeiro traçado é da estação [de] caminho-de-ferro, linha do Oeste, à Guarda Nova, a Pedreanes, com ramal à Ponte Nova, pelo azeiteiro norte, com desvios de linha móvel, para os talhões abatidos, até ao talhão 246.

2.º Ramal, da Guarda Nova ao Tremelgo, à ponte das faias, ao talhão 294, pelo sul do alto dos picotos.

2.º ALARGAMENTO DO CEMITÉRIO

Foi alargado o cemitério, pela 2.ª vez, em Junho de 1922, pela Junta de Freguesia.

Para isso cederam o terreno necessário as Matas Nacionais e os carvalhos que estavam nesse terreno, no valor de 200\$00, e a Câmara 1 000\$00, e várias subscrições abertas nas fábricas e donativos, visto as despesas custarem 3 contos e tal.

A POPULAÇÃO DA VIEIRA EM 1911

Em 1911, tinha a Vieira almas 3 505 e fogos 876.

A Marinha Grande, no mesmo ano, tinha almas 6 897, fogos 1 568.

APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS ³⁰ DA MARINHA GRANDE, EM 1922

A Marinha Grande, ligada à estação do caminho-de-ferro, linha do Oeste, a um quilómetro, está situada numa planície, cercada de um verde laço de pinhal, que dá um tom alegre e pitoresco.

Tem, nestes últimos anos, tomado um desenvolvimento extraordinário.

É sem dúvida o centro vidreiro do país, com as suas 14 fábricas de vidros, cristal, vidraça, garrafas e garrafões ³¹, pela importância que as liga

ao seu vasto pinhal nacional, conhecido Pinhal de Leiria, com a sua superfície de 11 331,94 hectares arborizados e a enorme extensão de terrenos particulares que a circundam, pelo seu terrão arenoso, impróprio para as culturas mais essenciais à nossa subsistência. São as lenhas um dos primeiros combustíveis para a fusão e manufactura do vidro.

Fábrica Nacional – Fundada por Guilherme Stephens, súbdito inglês, em 1769, cuja exploração tem sido [efectuada] por empresas particulares, mediante condições de arrendamento. Actualmente está entregue à exploração directa dos seus operários, com a fiscalização do Governo, satisfeitas assim as antigas aspirações ³² dos mesmos, mediante o decreto publicado no DIÁRIO DO GOVERNO, de 16 de Abril de 1919 ³³.

Os seus produtos têm sido apreciados, em lapidação, como se viu há pouco, nos serviços de cristais que concorrem à Exposição do Rio de Janeiro deste ano ³⁴, expostos ao público na mesma fábrica, dias antes de serem enviados.

Fábrica Marquês de Pombal – Fundada em 1917, tem dedicado o seu aperfeiçoado fabrico ao artigo de cristal e fantasia.

Pelos seus produtos, que também concorreram à Exposição do Rio de Janeiro, se viu o aperfeiçoamento que o seu director, João de Magalhães, tem dedicado, num estudo aturado que lhe merece esse ramo de indústria.

Santos Barosa, A. Morais & C.^a Lda., Carlos dos Santos Galo, Guilherme Pereira Roldão, A. Central, Gomes & C.^a Lda., José de Oliveira, Lusitana, Manoel Pereira Raposo, Joaquim Ferreira, A. do Açúcar, a Nova. Esta última, a caminho da estação, parou há meses a sua laboração, para ser transferida para a Póvoa de Sta. Irija.

Do progresso que tem tomado a indústria vidreira nacional, no ramo de cristal, limito-me de passagem a fazer umas ligeiras considerações.

É certo que, em 1880, se procurou aperfeiçoar na Fábrica Nacional um novo sistema de fornos de fusão, o primeiro a gás, de potes para cristal, siemens ³⁵; em 1901, o primeiro a tanque, para vidraça e garrafas.

Em 1908, a empresa exploradora da mesma fábrica introduziu novas máquinas para lapidar, queimar obra, guilocher, cortar chaminés, etc. Fora disso, com pequena excepção, pouco mais se tem adiantado, deixando a desejar o devido aperfeiçoamento e estudo que nos merece este importante ramo de indústria, na qualidade do vidro, novos modelos e preços, acompanhando o mercado, evitando a concorrência do vidro estrangeiro que, por vezes, se tem feito sentir.

A PRODUÇÃO DE VIDRAÇA

A produção de vidraça no país, segundo as estatísticas de 1921, é de 3 500 000 quilos e o consumo é de 4 000 000 de quilos, anual.

A PRODUÇÃO DE GARRAFAS

A indústria de garrafas, no nosso país, é recente, desde 1888, segundo o relatório da Fábrica de Vidros da Amora.

A produção anual é de 10 857 600 e o consumo é de 7 800 000, aproximadamente.

Por aqui se vê que o excesso de produção, de 3 057 600, dá ocasião às 9 fábricas de garrafas paradas:

Só a Marinha Grande produz, em garrafas	6 437 600
Nas outras fábricas do país	4 420 000
	10 857 600

O CONSUMO DE LENHAS NAS FÁBRICAS DO PAÍS

A média do consumo de lenhas nas fábricas, umas por outras, com o desconto da interrupção da laboração por reparações de fornos e paragens, nas 36 fábricas, está calculado 1 metro por hora [e] é de 311 040 metros. Mas, como actualmente só trabalham 27, é de 233 280.

Na Marinha Grande	<i>Lenha</i>	<i>Nº. de fábricas</i>
Serrarias mecânicas na Marinha Grande		5
Consumem por ano, em carrasca e caruma (carradas)	360	
Fábricas de produtos resinosos na Marinha Grande		2
Consumo por ano, carrasca e lenha (carradas)	380	
Fábricas de cerâmica		10
Caruma e mato	1 500	
Padarias – Na Marinha, Vieira e lugares circunvizinhos ao Pinhal Nacional		20
O seu consumo por ano, caruma e mato (carradas)	1 800	
Vieira de Leiria		
Fábricas de limas e machados		14
Consumo por ano – carvão (arrobas)	5 040	
Consumo por ano – carrasca (carradas)	900	
Fábricas de moagens		2
Consumo anual em lenha, carrasca e caruma (carradas)	450	
Fábricas de cerâmicas e lugares próximos	590	5

Resumo:

Consumo por ano, de carradas de mato, lenha, caruma, carrasca e carvão de cepa, nas fábricas da Marinha e Veira.

Caruma	3 140 carradas
Carrasca	1 710 *
Mato	750 *
Lenha	380 *
Carvão de cepa	5 040 arrobas

Empregam as fábricas de vidros – 14 – na Marinha Grande, aproximadamente 1 800 operários ³⁶.

Das 5 fábricas de serralia mecânica, os seus proprietários são: Henry Dubois, Joaquim Periquito & Irmão, António Matias Júnior, Valério da Costa, Manuel Ramos.

As 2 fábricas de produtos resinosos: 1 do Estado, explorada por empresas particulares, sobre ³⁷ condições de arrendamento, a outra de António Maria da Silva; os seus produtos actualmente são de pez e aguarrás. O[s] produto[s] das 10 fábricas de cerâmica, na Marinha, são: tijolo – bruto e furado –, telha de canudo à portuguesa e tipo de marselha, etc. Esta indústria, entre nós, é considerada familiar, pela redução de pouco pessoal empregue. Anualmente produz grande quantidade de tijolo, pelo seu consumo – de que só são feitas aqui as construções –, e abundância de vários jazigos de barro, nesta região.

Entre estas fábricas, há uma, [a] Empresa Cerâmica Marinhense, Lda., em grande escala, com máquinas aperfeiçoadas para esse fim, ao fundo do lugar do Engenho, próximo a Pedreanes, fundada em Julho de 1920, com o capital de 40 contos, sob a gerência de Dionísio Augusto da Mota, sócio, e outros tais, como José Simplício de Sousa Virgolino, Dr. António Fernandes Gaspar, José Augusto Fragoso, Abílio da Silva Virgolino, etc.

Escolas de instrução primária: 2 do sexo masculino e feminino, ambas desdobradas em 2 aulas cada uma, pelo seu numeroso recenseamento escolar.

Escola de desenho dos vidreiros: 1 criada há tempo, mas só começou a funcionar num edifício da Fábrica Nacional, em Outubro de 1921, que é grande a falta [que] se tem feito sentir, entre os operários vidreiros.

Escolas móveis: 4, que têm prestado e continuam a prestar bons serviços nos lugares mais populosos desta importante freguesia.

Edifício da Administração das Matas Nacionais. Este edifício está no centro da vila, onde está instalada a 3.^a Circunscrição dos Serviços Florestais. O seu actual engenheiro silvicultor é o nosso amigo, José Augusto Fragoso, à testa desta importante mata, com critério necessário. Tem sabido viver, há 9 anos, com os povos circunvizinhos à mesma.

Tem um bonito parque, jardim das referidas matas, no lugar do Engenho, a um quilómetro desta vila, ligado por uma estrada a macadame, florestal, bem arborizada, um dos melhores passeios da Marinha, muito frequentado aos domingos, onde está instalada a 10.^a Regência das Matas, com boas instalações, para os seus empregados superiores. Uma escola de guardas florestais, recentemente criada.³⁸

MERCADOS SEMANAIS

Tem 2 mercados semanais, um ao domingo e outro, menos importante, à 4.^a feira, criado em 1904.

FEIRA MENSAL

1 Feira mensal, no 3.^o domingo do mês, criada em 1879. Nunca tomou o fim para que foi criada, hoje reduzida apenas a gado suíno, próximo ao lugar da Ordem.

ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

Esta associação humanitária foi criada pelos operários da Nacional Fábrica de vidros, em 1900. Que bastante contribuiu para a sua instalação o autor deste livro, conforme documentos em seu poder, com a sua banda de música e um grupo dramático, que tem a seu cuidado o teatro da mesma fábrica.³⁹

FÁBRICA DE LICORES

Em pequena escala, sob a firma Coelho & Galo.

COOPERATIVAS DE CRÉDITO E CONSUMO: 2

Uma à Praça, no edifício da Fábrica Nacional, criada em 1920 pelos

operários da mesma. A 2.^a criada pelos guardas e empregados florestais, em 1 de Agosto de 1915, instalada no parque do Engenho.

ESTAÇÃO TELEGRÁFICA POSTAL

É de 2.^a classe, com instalação no largo da fonte velha.

OS LIMITES DA MARINHA GRANDE

É ligada do Nascente por estrada a macadame, a 12 quilómetros [da sede] do seu distrito de Leiria; do Norte com a freguesia da Vieira, a 12 quilómetros, por uma estrada a macadame florestal, atrás do Pinhal Nacional. Sul com a estação [de] caminho-de-ferro, linha do Oeste. Poente com a linda e pitoresca praia de banhos de S. Pedro de Muel, com a sua iniciativa histórica do Duque de Caminha e o Marquês de Vila Real, ligada à Marinha por estrada a macadame florestal, a 9 quilómetros do Pinhal Nacional, frequentada no Verão com famílias não só da Marinha, como de Leiria, Lisboa, etc. Há muito se tem sentido a grande falta de comunicação com as estradas da Batalha, Nazaré, Alcobaça, na conclusão do ramal da estrada n.º 59, que liga a Marinha a Nazaré por Pataias, a macadame, a 20 quilómetros, cujos primeiros trabalhos de construção deram começo em 30 de Março de 1914, pelo traçado de há 30 anos aprovado. Já tem de construção 8 quilómetros.

Pela sua disposição geográfica, é considerada uma terra engarrafada, que muito contribui para o seu restrito desenvolvimento ⁴⁰.

MILITARMENTE

Pertence à 51.^a Divisão e ao Distrito de Recrutamento de Reserva n.º 7, com sede em Leiria.

AGÊNCIAS BANCÁRIAS

Joaquim Matias Sobrinho, Carlos dos Santos Galo. Notário: Dr. José Nicolau Lobo Ferreira Custódio.

NOVO CAMINHO-DE-FERRO DECOUVILLE, FLORESTAL

Para facilitar melhor as conduções de madeira e outros produtos do

Pinhal Nacional para a estação do caminho-de-ferro, linha do Oeste, a Direcção Geral dos Serviços Florestais houve por bem estudar a sua ligação, do Pinhal Nacional ao caminho-de-ferro, linha do Oeste, pondo em prática a construção duma linha da estação à Guarda Nova, Pedreanes, com ramal pelo aceiro norte, à Ponte Nova. Os primeiros trabalhos deram começo em Fevereiro deste ano, através desta importante mata. Em breve se acha concluído um dos melhores melhoramentos da mata [de] que esperamos resultado. Dia da inauguração: 16/02/1923, com um carregamento de toros para a serração do Ramos, à Guarda Nova ⁴¹.

POSTO DA GUARDA REPUBLICANA ⁴²

A pedido da Câmara Municipal deste Concelho e outras entidades, foi cedido, para um quartel para a Guarda Republicana, uma dependência separada do edifício da resinagem, propriedade do Estado, à Praça, cujas obras se acham quase concluídas, feitas à custa das matas para auxiliar o policiamento da mata. É um dos primeiros postos do distrito, com alojamento para 30 praças.

É sem dúvida a Marinha Grande uma terra de higiene, pelos seus ares do pinhal e marítimos e bons nascentes de águas ferroginosas e sulfurosas, em vários pontos do Pinhal Nacional.

MATADOURO MUNICIPAL

Começou a sua construção em 1922, na Rua Ribeiro do Arco, em terreno comprado pelo mesmo.

NOTA À MARGEM

Já por várias vezes temos lembrado o dever de gratidão que os marinhenses devem à memória do grande benemérito e iniciador, Guilherme Stephens, o desenvolvimento da indústria vidreira na Marinha Grande. Já de há muito se devia ter contribuído para a fundação de um modesto busto, erigido à sua memória, na Praça desta vila.

O imperdoável esquecimento representa uma verdadeira ingratidão, não só do povo marinhense, mas muito principalmente dos operários da Nacional Fábrica, por verem satisfeitas as suas antigas aspirações.

Era sem dúvida a esses que competia essa iniciativa ⁴³.

NOTA DAS TERRAS PORTUGUESAS QUE TENHO PERCORRIDO

1	S. Pedro de Muel (uso de águas)	23	Aljubarrota
2	Leiria		Nazaré (uso de águas)
3	Praia da Vieira	24	Valado dos Frades
4	Vieira	25	São Martinho do Porto
5	Monte Real	26	Salir do Porto (uso de águas)
6	Figueira da Foz	27	Alfeizerão
7	Coimbra	28	Vale de Maceira
8	Pombal	29	Tornada
9	Porto	30	Bouro
10	Braga	31	Foz do Arelho
11	Gerês (uso de águas)	32	Caldas da Rainha
12	Cravide	33	Torres Vedras
13	Moita	34	Lisboa
14	Pataias	35	Cascais
15	Martingança	36	Sintra
16	Maceira	37	Outra Banda
17	Arnal	38	Vila Nova de Ourém
18	Batalha	39	Tomar
19	Porto de Mós	40	Santarém
20	Juncal	41	Almeirim
21	Montes	42	Alpiarça
22	Alcobaça	43	Sta. [Maria] da Vitória
		44	Praia do Pedrógão ⁴⁴

A INAUGURAÇÃO DA LUZ ELÉCTRICA NA MARINHA GRANDE

Um dos melhoramentos mais importantes que nos trouxe a restauração do nosso Concelho, depois [de] 9 anos da sua instalação, a 6 de Junho de 1926, dia de festa de igreja da Sra. do Rosário, Padroeira desta freguesia, com grande assistência de povo, às 10 horas da noite, com a banda de música no jardim e fogo de artifício, no adro, foi a inauguração que durou até às 3 horas da madrugada, com grande regozijo.

O RAMAL DE ESTRADA FLORESTAL DE PEDREANES AO TREMELGO

Com os bons esforços do pessoal superior da repartição desta mata, na Marinha Grande, já pela sua grande utilidade, dando acesso aos serviços, foi construído em 1927, por dentro da mata, pelos Serviços Florestais.

É, sem dúvida, o Tremelgo, com o seu viveiro de plantas, um dos passeios mais lindos desta mata. Atravessa a estrada de S. Pedro de Muel, próximo à Guarda Nova, e liga a Pedreanes, com a estrada da Vieira, que também é florestal.

O RAMAL DE ESTRADA DE S. PEDRO À PONTE NOVA

Por conveniências florestais, foi construído este ramal em Janeiro de 1928. É, na verdade, um passeio agradável que têm os banhistas, no Verão, que frequentam esta pacata estância balnear.

É um acesso rápido às conduções dos produtos da mata e da referida extinção dos incêndios, no Verão, que muito abundam nesta mata.

GRÉMIO FLORESTAL

Com muito boa vontade e com fim altruísta, foi criado este grémio e inaugurado em 22 de Agosto de 1928, ao Norte do Parque do Engenho, pelo digno Silvicultor Chefe da 3.^a Circunscrição Florestal, António Arala Pinto, com o fim de educar o guarda e os empregado florestais; com o seu grande esforço de vontade criou uma biblioteca, para distrações do seu pessoal, neste meio pequeno e isolado.

Merece os maiores louvores esta iniciativa; pena é que o tacanho meio o não compreenda, considerações estas de quem foi nomeado os dois primeiros anos para a sua organização, que ⁴⁵ empregou os seus modestos esforços.

A CABINE RURAL DA REDE TELEFÓNICA

Ligou esta rede telefónica a Marinha Grande a Lisboa e ao país, cuja inauguração se fez em 23 de Janeiro de 1930, com assistência do Exmo. Governador Civil de Leiria, que se acha instalada no edifício do Correio, em frente da Igreja.

A SUBSTITUIÇÃO DO ANTIGO RELÓGIO DA TORRE DA IGREJA

Foi substituído este relógio, por se achar velho e gasto, em 26 de Março de 1931, por um novo comprado pela Junta de Freguesia, composta pelos patrícios, Januário Martins Jacinto de Abreu e José Zambuja *[sic]*, pela

importância de 6 contos, cuja parte maior desta quantia foi angariada por donativos e subscrições, etc. [Para] ⁴⁶ a sua inauguração foi escolhido o dia 26 de Março de 1931, por ser feriado, pelo 14.º aniversário da restauração do seu Concelho, dia feriado escolhido pela Câmara da Marinha Grande.

Junto, no mesmo dia, foram inauguradas as colunas de globo [d]a luz eléctrica, a plantação de árvores e o cordão de pedra, em volta do adro da Igreja, separação esta feita pela comissão da iniciativa.

A COMPRA DO PRÉDIO À PRAÇA, PARA SEDE DOS PAÇOS DO CONCELHO

Pela falta que se notava de edifício apropriado para escolas, comprou a Câmara o prédio que era dos herdeiros do Francisco Inácio, à Praça, para a sua sede, pela quantia de 100 000\$00, que foi modificado anteriormente, onde se encontra instalada actualmente a sua sede. Nas dependências traseiras, do mesmo prédio, foram criadas e construídas as cantinas públicas e um pequeno mercado fechado, para carnes e pão, evitando assim [os danos] da acção do tempo.

Conservar este livro é honrar a memória de quem o escreveu

Joaquim Barosa

NOTAS À AMPLIAÇÃO

1. Entenda-se «sob».
2. Entenda-se «sob».
3. No texto lê-se «teve».
4. No texto lê-se «macdam».
5. No texto lê-se «á».
6. Expressão elucidativa, esta de Joaquim Barosa, ao referir-se à Mari-
nha Grande, como «terra engarrafada». Como é do conhecimento
geral, esta cidade continua a não dispor de vias rodoviárias adequa-
das ao seu desenvolvimento e dinamismo, bastando recordar a ain-
da deficiente ligação a Leiria e à própria Auto-Estrada N.º 1.
7. Apesar de Benavente já ter sido afectada pelos terramotos de 26.01.1531
e de 01.11.1755, foi, efectivamente, o de 23.04.1909 que causou danos
mais significativos, reduzindo «a vila a escombros, matando trinta
pessoas» («Benavente», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*,
vol. 4, Lisboa, Editorial Enciclopédia, p. 512). Raul Proença, referin-
do-se ao assunto, salienta: «em Benavente e seus arredores, num total
de 1 067 [casas], 20% tiveram fendas numerosas, 40% grandes ava-
rias e as restantes tornaram-se inabitáveis ou desmoronaram-se, como
a igreja da freguesia, cuja construção fora iniciada no tempo de D.
Sancho I. O número de mortos foi de 2 em Salvaterra, 30 em Bena-
vente e 2 em Samora. Houve, além disso, 35 feridos em Benavente»
(*Guia de Portugal, I: Generalidades, Lisboa e arredores*. Apresenta-
ção e notas de Sant'Ana Dionísio, 2.ª ed., Lisboa, Fundação Calous-
te Gulbenkian, 1982, p. 396-397).

8. Uma dessas comissões deslocou-se a Lisboa em 5 de Dezembro de 1910, do que *O Século* (n.º 10 411, de 06.12.1910) se fez eco: «Chegou ontem, às 10 h e um quarto da manhã à estação do Rossio, o comboio com os excursionistas da Marinha Grande, cerca de 700, que vieram cumprimentar o Governo Provisório da República e pedir-lhe a restauração do concelho [...] Os excursionistas, na sua maioria, fazem parte do pessoal da Antiga Fábrica Nacional, Nova Fábrica, Exploração Vidreira, Central, Roldão e Barosa, Carlos Salgueiro & Companhia, Fábrica de Resinagem e Cerâmica da Marinha Grande».
9. A despeito do intenso movimento em prol da restauração do concelho da Marinha Grande, aquela só viria a ser alcançada em 1917.
10. Decreto de 22.03.1913, no qual se pode ler: «... que seja cedido à Junta de Paróquia da freguesia da Marinha Grande, do concelho e distrito de Leiria, a título de arrendamento, o terreno denominado pas-sal do pároco da referida freguesia, de cerca de 1/2 hectare, encravado no centro da povoação, e constituído por areias soltas e desagregadas, de mínimo valor para a agricultura, a fim de embelezar a povoação, convertendo-o num parque para recreio das crianças das escolas e da creche que lhe ficam próximas, mediante a renda anual de 2\$00...» (*Colecção Oficial de Legislação Portuguesa. Ano de 1913*, vol.I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914, p. 87).
11. No texto lê-se «do».
12. No texto lê-se «Bracurt».
13. A administração da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande foi entregue, mais precisamente, «a uma comissão administrativa composta de três operários, dois vereadores do Município local e dois representantes do Estado, um técnico e outro administrativo» (Decreto n.º 5 406, de 12 de Abril de 1919, *Colecção de Legislação Portuguesa publicada no ano de 1919. Primeiro Semestre*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1921, p. 524-525).
14. Cfr. *supra*, nota 10 desta «AMPLIAÇÃO».

15. A propósito da referida conspiração monárquica, escreveu Ângelo Ribeiro: «A 6 de Julho [e não a 5, como indica Joaquim Barosa] registaram-se tumultos isolados em vários pontos do País. Na Azóia, entre Leiria e Batalha, reúnem-se vários realistas, esperando que se lhes juntem outros elementos conspiratórios do distrito. Parte para ali uma coluna de infantaria. Os sublevados fogem. Efectuam-se algumas prisões» (*História de Portugal*, dir. por Damião Peres, vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, 1935, p. 487).
16. No texto lê-se «parco».
17. No texto lê-se «eram compostos».
18. Voltando ao assunto, noutra parte desta «AMPLIAÇÃO» (cfr. *infra*, nota 38), o autor indica que a população do Concelho da Marinha Grande era, em 1917, de 7 000 habitantes. Note-se que o índice de pessoas por fogo seria, assim, de cerca de 5,5, o que se considera relativamente elevado.
19. Corrija-se a data da referida escritura (que é 12 de Janeiro de 1916 e não, como indica o autor, 27 de Abril), a qual se encontra transcrita em José M. Amado Mendes (col. de Manuel Ferreira Rodrigues), *Santos Barosa – 100 anos no vidro, 1889-1989*, Marinha Grande, 1992, p. 202-204).
20. No texto lê-se: «e começou a sua laboração em de ». Assim, Joaquim Barosa desconhecia a altura em que o dito forno entrou em laboração. Como também não encontrei alusão a qualquer outra data, pode continuar a adoptar-se, como referência, a de 10 de Janeiro de 1918, em que o mencionado forno «levou lume» e se procedeu à respectiva inauguração (J.M. Amado Mendes, *Santos Barosa...*, p. 124; *O Marinbense*, de 12.11.1918, p.2).
21. No texto lê-se «dum».
22. O número de vítimas da «pneumónica», indicado pelo autor (50 000), fica muito aquém de outras estimativas, que se situam entre as 60 000 e as 120 000 (A. H. de Oliveira Marques, *A Primeira República Por-*

tugesa (*Para uma visão estrutural*), Lisboa, Livros Horizonte, s.d., p. 13; Orlando Ribeiro, *Portugal. Geografia de España y Portugal*, t. V, Barcelona, Montaner y Simón, 1955, p. 102; Mário Bacalhau, *Portugal – Quantos somos?*, col. «Problemas quotidianos», Lisboa, Edições Terra Livre, 1977, p. 102).

23. Uma vez que ainda nos faltam estudos, precisos e completos, sobre as consequências da referida peste, os dados fornecidos por Joaquim Barosa, relativos à freguesia da Marinha Grande, revestem-se de certo interesse.
24. No texto lê-se «a».
25. Note-se que, já anteriormente, Joaquim Barosa aludia a uma sindicância feita ao mencionado notário, observando, contudo, que se ignorava «o seu resultado, constando apenas serem encontrados agravos» (cfr. *supra*, «AMPLIAÇÃO»).
26. Entenda-se «sob».
27. De acordo com os números apresentados pelo autor, a população da freguesia da Marinha Grande totalizaria, em 1845, 2 499 habitantes.
28. No texto lê-se «afectivo».
29. No texto lê-se «dos».
30. Entenda-se «monográficos».
31. Note-se que, em dez anos (1912, data da 1.^a edição, e 1922), o número de fábricas de vidro, na Marinha Grande, duplicou (passou de 7 a 14).
32. O autor, aqui como em condições análogas, escreve «inspirações» por «aspirações».
33. Assunto já referenciado *supra* («AMPLIAÇÃO», nota 13).

34. Tratou-se da Exposição Internacional do Rio de Janeiro (em 1922), comemorativa do 1.º centenário da independência do Brasil.
35. No texto lê-se «ciments».
36. Número já indicado pelo autor, anteriormente.
37. Entenda-se «sob».
38. Joaquim Barosa repete seguidamente, de forma mais resumida, a rubrica «Restauração do Concelho da Marinha Grande». Como não acrescenta nada de novo – à exceção da referência à população do Concelho, 7 000 habitantes em 1917 e aproximadamente 8 000 na altura em que escreve, muito provavelmente nos anos 1920 –, suprime-se.
39. Joaquim Barosa repete, novamente, as três rubricas a seguir indicadas: «Delegação da Cruz Vermelha» (a que o próprio autor acrescentou: «Está repetido»), «A Creche de Pereira Crespo» e «Jornal “O Marinhense”». Todavia, como nas duas primeiras os assuntos são aflorados de uma forma muito sucinta, sem se acrescentar nada de novo, de igual modo se suprimem. Quanto à terceira, sobre «O Marinhense», aqui apenas acrescenta que o mesmo era «de pequeno formato».
40. Recorde-se que Joaquim Barosa, já ao tratar da «Construção da estrada da Marinha à Nazaré, por Pataias» (cfr. *supra*, esta «AMPLIAÇÃO»), sublinhava a noção da Marinha como «uma terra engarrafada», o que poderia ser modificado através da abertura e/ou melhoria das estradas.
41. Sobre o referido meio de transporte, conhecido por «Comboio de Lata», ver Artur Neto de Barros, *Subsídios para uma monografia de S. Pedro de Moel*, p. 90-94.
42. Trata-se de uma rubrica já focada anteriormente. Contudo, como contém informação complementar, optou-se pela sua manutenção.
43. A sugestão de Joaquim Barosa só mais tarde viria a ser concretizada, mais precisamente em 1941, um ano após o seu falecimento. Na colu-

na que suporta o busto do fundador da dita fábica, na Praça Stephens, junto ao edifício da Câmara Municipal, encontra-se a seguinte inscrição: «A Guilherme Stephens. O Pessoal da Nacional Fábrica de Vidros. 1941».

44. Joaquim Barosa referencia 45 localidades, dado que, apesar de indicar a Nazaré, não a inclui na respectiva numeração. As povoações indicadas situavam-se, essencialmente, na Região Centro – na zona entre Coimbra e Lisboa –, à excepção do Porto, Braga e Gerês.
45. Entenda-se «na qual».
46. No texto encontra-se apenas «A».

ÍNDICE DE GRAVURAS

	Pág.
Joaquim Barosa	31
O edifício da Administração das Matas Nacionais	39
A Antiga Fábrica Nacional de Vidros	45
Guilherme Stephens	52
Rua Marquês de Pombal	76
Praça Stephens – Edifício de Resinagem	82
A Nova Fábrica de Vidros	85
Fábrica de Vidraça e habitação de Santos Barosa	89
A Praia de S. Pedro de Muel	113
S. Pedro de Muel – Vista geral	119

ÍNDICE

	Pág.
PREFÁCIO À 3ª EDIÇÃO	1
<i>Norberto Barroca</i>	
INTRODUÇÃO	3
NOTAS À INTRODUÇÃO	19
<i>José M. Amado Mendes</i>	
PREFÁCIO À 2.ª EDIÇÃO	25
<i>«Jornal da Marinha Grande»</i>	
PREFÁCIO [À 1.ª EDIÇÃO]	27
<i>Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher</i>	
PRÓLOGO	29
<i>O autor</i>	
MEMÓRIAS DA MARINHA GRANDE	33
CAPÍTULO I – Igreja Matriz, Pinhal de Leiria	35
Igreja Matriz	35
Pinhal de Leiria	40
CAPÍTULO II – A Antiga Fábrica Nacional de Vidros	47
Testamento de Guilherme Stephens	
(Apenas a parte que se prende com a Marinha Grande) ...	53
Testamento de João Diogo Stephens	
(Transcrito na íntegra)	54
Para fazer vidro	72
CAPÍTULO III – Os estragos da Invasão Francesa	73
O concelho da Marinha Grande	74
A visita de D. Maria II	75

Os grandes festejos do centenário do Marquês de Pombal	77
Visita de El-Rei D. Carlos e sua família	77
A visita do Príncipe D. Luís Filipe	78
Visita de D. Maria Pia	79
Caminho de Ferro Americano	79
Fábrica de Ferro	80
O estaleiro para a injeção de postes	81
CAPÍTULO IV – A Fábrica de Resinagem	83
A Nova Fábrica de Vidros	86
Fábrica de Vidros «A Central»	87
Fábrica de Vidraça de Santos Barosa & C. ^a , Sucessor	89
Fábrica de Vidraça A. Morais & C. ^a	89
Fábrica de Vidraça de Ricardo dos Santos Galo	90
Fábrica de Sulfato de Sódio	90
Canalização das água da Embra	91
Teatro Central	91
Fábrica de Vidraça de Guilherme Pereira Roldão	91
CAPÍTULO V – Fábrica de Vidraça à Guarda Nova	93
Fábrica de Vidraça no Engenho	93
Fábrica de Cristal de José Ferreira Custódio	94
Estrada Nacional, a macadame, n.º 59, da Marinha a Leiria	94
Cemitérios da vila	94
Associação de Socorros Mútuos do Montepio	95
Jornal «Autonomia»	97
Sociedade Filomática	97
A Linha do Oeste, de Lisboa a Torres e Figueira da Foz	98
Associação dos Bombeiros Voluntários	98
Associação de Classe dos Operários Vidreiros	99
CAPÍTULO VI – Cooperativa de Crédito e Consumo	101
Serraria Mecânica Francesa	101
Depósito de madeiras e serraria mecânica	102
Depósitos de madeiras	102
Fábrica de produtos resinosos	102
Fábricas de tijolo e telha	103
Fornos de cal	103
Fábrica de bebidas gasosas	103

Fábrica de licores	103
Talhos	104
Escolas de instrução Primária	104
Médicos	104
Farmácias	104
Estação Telegráfica Postal	104
Notário	104
Juízo de Paz	105
Autoridade	105
Mercados	105
Feira mensal	105
Camarista	105
Hotel Abreu	105
Comércio	105
Agências bancárias	106
Registo Civil obrigatório	106
CAPÍTULO VII – Várias Notas	107
Preço dos jornaleiros	108
Descanso semanal	108
Militarmente	108
A iluminação pública da vila	109
Sociedades recreativas	109
Sociedade Instrução e Beneficência 1.º de Agosto	109
Bilhar público	109
A grande falta de escola industrial de desenho	109
Inscrição romana	111
Lanço de estrada da Marinha à Nazaré por Pataias	112
CAPÍTULO VIII – A Praia de S. Pedro de Muel	115
Garcia	121
NOTAS AO TEXTO ORIGINAL	123
AMPLIAÇÃO	137
A construção do 2.º forno a tanque, de vidraça, na Marinha ..	139
Fábrica Marquês de Pombal	139
Forno a tanque, de cristal, na Nova Fábrica	139
Nova Fábrica de Vidraça, por Mariano Pereira Henriques	139

A construção da estrada da Marinha à Nazaré, por Pataias	140
Fábrica de garrafas de José de Oliveira	140
Abalo de terra que ocasionou a catástrofe de Benavente	140
A cota em que está a Marinha Grande acima do nível do mar .	140
Uma das últimas reclamações que a povoação da Marinha Grande e Vieira fez sobre a restauração do concelho	141
Os melhoramentos feitos pela 1.ª Junta de Freguesia Republicana, nos 3 anos de sua gerência	141
Uma sindicância feita ao notário José Ferreira Custódio Júnior, da Marinha Grande	142
As empresas que trabalharam com [a] Antiga Fábrica Nacional de Vidros, desde a sua fundação	142
O passal arborizado e requerido pela Junta de Freguesia, para parque	143
A instalação da Creche Pereira Crespo	143
A retirada do arquivo paroquial para Leiria, para a repartição do Registo Civil	144
Cooperativa de Consumo dos Empregados Florestais	144
A restauração do antigo concelho da Marinha Grande, depois de 79 anos de extinto, em 1838	140
Os fogos de que era composto o antigo concelho da Marinha Grande, em 1836	145
Santos Barosa & C.ª, Limitada	145
A volta do arquivo, de Leiria, da Junta de Freguesia da Marinha Grande	146
O Posto da Guarda Republicana	146
Delegação da Cruz Vermelha	146
A Cooperativa de Consumo «A Aurora»	146
A fábrica de garrafas de José Morais Matias	147
A fábrica de vidro e garrafas, de Carlos dos Santos Galo	147
Fábrica de serração mecânica, de António Matias	147
Fábrica de vidraça e garrafas, de Guilherme Pereira Roldão . . .	147
2.º Jornal «A Restauração»	147
3.º Jornal criado na Marinha Grande, «O Marinhense»	148
A maior guerra que tem havido, declarada pela Alemanha à França [e] Inglaterra, em que se envolveu toda a Europa e durou 1 559 dias	148
Mais apontamentos sobre a Antiga Fábrica Nacional de Vidros . .	148

Forno a tanque, para garrafas, de Guilherme Pereira Roldão	149
A primeira vereação eleita da Câmara Municipal, depois da restauração do concelho	149
Registo Civil	149
Presidentes da Câmara Municipal, desde a restauração do concelho da Marinha Grande	149
Notas antigas da Fábrica Nacional de Vidros	150
O 1.º forno a gás, para vidraça	150
O falecimento do notário José Ferreira Custódio Júnior	150
Mais uma nova fábrica de vidros	150
A fábrica que era de Mariano Pereira Henriques	150
Apontamentos do Farol do Penedo da Saudade, tirados pela visita feita em 11-10-1919	151
Sociedade Vidreira Lusitana, Lda.	151
A exoneração de meu filho, de amanuense da Câmara Municipal da Marinha Grande	151
Deixei a arte do vidro	152
Empresa Cerâmica Marinhense, Lda.	152
Estatística da freguesia da Marinha Grande, em 1845	152
Os lugares da freguesia da Marinha Grande, em 1845	153
Novo caminho-de-ferro florestal, de via reduzida	154
2.º alargamento do Cemitério	154
A população da Vieira em 1911	154
Apontamentos biográficos da Marinha Grande, em 1922	154
Nota das fábricas de vidros do país em 1922	156
A produção de vidraça	157
A produção de garrafas	157
O consumo de lenhas nas fábricas do país Na Marinha Grande	157
Vieira de Leiria	157
Mercados semanais	159
Feira mensal	159
Associação dos Bombeiros Voluntários	159
Fábrica de Licores	159
Cooperativas de Crédito e Consumo: 2	159
Estação Telegráfica Postal	160
Os limites da Marinha Grande	160
Militarmente	160

Agências bancárias	160
Novo caminho-de-ferro decouville, florestal	160
Posto da Guarda Republicana	161
Matadouro Municipal	161
Nota à margem	161
Nota das terras portuguesas que tenho percorrido	162
Inauguração da luz eléctrica na Marinha Grande	162
O ramal de estrada florestal de Pedreanes ao Tremelgo	162
O ramal de estrada de S. Pedro à Ponte Nova	163
Grémio Florestal	163
A cabine rural da rede telefónica	163
A substituição do antigo relógio da torre da igreja	163
A compra do prédio à Praça, para sede dos Paços do Concelho ..	164
NOTAS À AMPLIAÇÃO	165
ÍNDICE DE GRAVURAS	171
ÍNDICE	173

Composição:

Dianatexto, Lda. — Leiria

Fotollto e Montagem:

Colorestúdio, Lda. — Leiria

Impressão e Acabamento

Santos & Costa, Lda. — Porto de Mós

Dep. Legal: 63190/93

